



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

EDINAURA RIOS CUNHA

**DINÂMICA PRODUTIVA E AS DIFICULDADES QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO
FAMILIAR NO CAMPO EM PORTO NACIONAL – TO**

Porto Nacional - TO
agosto de 2018

EDINAURA RIOS CUNHA

**DINÂMICA PRODUTIVA E AS DIFICULDADES QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO
FAMILIAR NO CAMPO EM PORTO NACIONAL – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - *campus* Porto Nacional, requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Geoterritorial
Orientador: Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera
Co-orientadora: Dra. Mariléia Oliveira Bispo

Porto Nacional – TO
Agosto de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C972d Cunha , Edinaura Rios.

DINÂMICA PRODUTIVA E AS DIFICULDADES QUE ENVOLVEM A
PRODUÇÃO FAMILIAR NO CAMPO EM PORTO NACIONAL – TO. /
Edinaura Rios Cunha . – Porto Nacional, TO, 2018.

113 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2018.

Orientador: Atamis Antonio Foschiera

Coorientadora : Marciléia Oliveira Bispo

1. Comunidades Camponesas. 2. Resistência. 3. Dinâmica produtiva . 4.
Porto Nacional - TO. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDINAURA RIOS CUNHA

**DINÂMICA PRODUTIVA E AS DIFICULDADES QUE ENVOLVEM A PRODUÇÃO
FAMILIAR NO CAMPO EM PORTO NACIONAL – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Câmpus* Universitário de Porto Nacional-TO, foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora.

Aprovada em: 24 de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera (Orientador)
Universidade Federal Tocantins – UFT



Profa. Dra. Mariléia Oliveira Bispo (Co-Orientadora)
Universidade Federal Tocantins – UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos
Universidade Federal Tocantins – UFT



Profa. Dra. Vera Lúcia Aires Gomes da Silva
Universidade Federal Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO
agosto de 2018

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus pais, Edísio Nunes e Joana Darque, ao meu digníssimo companheiro, Abemilton Filho, que de forma carinhosa me deu força e coragem, a minha filha, Sofia Rios, que da gestação à defesa acompanha a trajetória deste trabalho e que embora não tenha conhecimento disso, iluminou os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, sem o qual eu não estaria aqui hoje.

A minha filha, Sofia Rios, meu amor maior, meu raio de luz, por desde o meu ventre ter me acompanhado nessa trajetória. E mesmo sem saber/entender o que é uma dissertação, os seus sorrisos me deram força nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, professor Dr. Atamis Antonio Foschiera, pela orientação, confiança, amizade, por ter acreditado em mim e por contribuir com a realização desse sonho e, principalmente, por ter me apoiado no momento em que mais precisei, minha gestação. Agradeço também a sua amada e fiel companheira, Eugenia Foschiera (*In memoriam*), a qual foi uma amiga muito presente, por muitas vezes foi minha companheira de viagens e trabalhos de campo. Eugenia, é uma pena você não está aqui hoje para assistir a minha defesa, sei que você torcia muito por mim e pelo meu sucesso tanto pessoal quanto profissional. Saudades eternas!

A minha co-orientadora, Professora Dr^a. Marcileia Oliveira Bispo, pela amizade, dedicação, compreensão, direcionamento e por ter se disponibilizado a dar continuidade na orientação quando o meu orientador precisou se ausentar.

A minha família, em especial aos meus pais, Edísio Nunes e Joana Darque pela sólida formação dada, que me proporcionou a da continuidade nos estudos até à chegada a este mestrado, por me ensinarem a ser honesta, compreensiva, persistente e nunca perder a fé, vocês fizeram de mim a pessoa que hoje sou. obrigada por serem meu maior exemplo de vida, amo vocês!

Aos meus irmãos, Edinaldo, Joelma, Joel e Everaldo por terem acreditado e demonstrado tanto amor, mesmo quando não estávamos presentes fisicamente.

Ao meu amado esposo, Abemilton Filho, por todo o apoio, companheirismo, incentivo, amor, cumplicidade, por me ajudar quando precisava, sobretudo por suprir a minha ausência junto a nossa bebê nos momentos em que eu não pude está presente. Seu precioso e incansável apoio

foi definitivo em todos os momentos deste trabalho e se eu cheguei aqui hoje é porque você veio segurando minha mão. Obrigada, meu amor!

Aos meus amigos e familiares que nunca estiveram ausentes, agradeço a amizade e o carinho que sempre me disponibilizaram, não iriei citar nomes para não cometer a injustiça de esquecer alguém.

À Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por conceder a bolsa de estudo durante o mestrado para o desenvolvimento desta pesquisa e possibilitar que fosse realizada em regime de dedicação exclusiva.

A todos os professores do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins- UFT.

A minha banca de Exame de Qualificação, Professora Dra. Rosane Balsan e a Professora Dra. Marcileia Bispo pelas contribuições, sugestões e pertinentes apontamentos que foram de grande valia para a finalização desta. Em especial aos membros da minha banca de Defesa, Professor Roberto de Souza e Professora Vera Lucia por terem aceito o convite e se dispuseram a estar contribuindo com o meu crescimento e enriquecimento da pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de mestrado (turma 2016), Israel, Jobherlane, Laurecy, Luiz Ricardo, Shirley, e Silvaldo, pela união, companheirismo, apoio mútuos e pelos momentos de descontração. Em especial ao meu amigo Claudiney Marinho, pela amizade sincera que construímos ao longo desses dois anos, pelas numerosas sugestões dada durante todo esse período, antes de tudo, por estar ao meu lado me incentivando e apoiando, por nunca me deixar desistir. Obrigada pelos momentos de descontração e troca de conhecimentos, você é um grande exemplo de companheirismo. És uma pessoa pela qual tenho grande apreço e respeito, foi e é um grande amigo. Obrigada por tudo, companheiro!

Aos amigos do mestrado (turma 2017/2018), Alisson, Glilbson e Delismar pela amizade sincera, pelo apoio, pelas reflexões críticas, e pelas ajudas inestimáveis para a execução deste trabalho. Muito obrigada!

A Secretária da Coordenação do mestrado, Poliana Cunha, pela sua amizade, paciência, atenção e pela ajuda em todos os momentos que se tornou necessário. Poly, obrigada, por sempre nos atender com tanta simpatia.

Aos colegas dos laboratórios LEGET e NURBA, agradeço o bom convívio, a amizade e pela alegria que sempre estava presente.

Aos técnicos da Ruraltins de Porto Nacional, em especial ao Lucio Ferreira, Maria da Penha e Marcos Barbosa, pessoas especiais as quais obtive muito aprendizado e que me deram apoio nas visitas de trabalhos de campo e materiais solicitados.

Aos professores do IPUR/UFRJ, Carlos Brandão e Hipolita Siqueira, pelo convite em está participando da missão Procad, em parceria com o projeto Procad UFT/IPPUR/UNIR, a experiência foi incrível. Muito obrigada!

Enfim, agradeço de todo o coração os camponeses e camponesas da Comunidade Taboquinha, do Assentamento Pau D'arco e do (Re)assentamento Flor da Serra pela convivência, participação na aplicação dos questionários e entrevistas. Agradeço principalmente por terem me ensinado que não precisamos de muito para sermos felizes.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A produção camponesa no Brasil tem passado historicamente por diversos debates acalorados marcados por uma dualidade de pensamentos antagônicos que compreende o fim ou a continuidade do modo de vida campesina. Há autores que defendem a sua resistência e a sua continuação mesmo diante desta modernização tecnológica introduzida no espaço agrário brasileiro. Assim como também existem intelectuais que acreditam num campesinato em vias de extinção, mediante subordinação das relações não capitalistas de produção à estas novas tecnologias. Outros pensadores ainda envidam esforços para consubstanciar um processo de metamorfose, de transformação da agricultura camponesa em agricultura familiar, tornando-a um segmento do agronegócio. Tais dificuldades de um pensamento universal nos traz a compreensão que estes estudos sequer completaram. Esta pesquisa concentra esforços para a partir de uma análise comparativa do campesinato no município de Porto Nacional-TO, subsidiar este debate. Este município possui um total de trinta e oito (38) comunidades camponesas resistindo diuturnamente à pressão do agronegócio para efetivação de seu grande projeto: a concentração fundiária. Para a pesquisa proposta, a captação dos dados empíricos foi selecionado o Projeto de Assentamento Pau D´arco, o (Re)Assentamento Flor da Serra e Comunidade Camponesa Taboquinha. O objetivo geral desta dissertação compreende analisar a dinâmica produtiva e as dificuldades enfrentadas na agricultura camponesa em Porto Nacional – TO, no ano de 2017. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada revisão bibliográfica, visita de campo, aplicação de questionários e entrevistas com camponeses de realidades distintas. Como resultado final nota-se que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos camponeses perante a produção, eles seguem produzindo a que em pequena escala para a subsistência da família e comercializam os seus excedentes na maioria das vezes dentro da própria comunidade para com isso comprarem o que não é produzido na sua propriedade.

Palavras – chaves: Comunidades Camponesas; Resistência; Dinâmica produtiva

ABSTRACT

The peasant production in Brazil has historically passed through several heated debates, marked by a duality of antagonistic thoughts that includes the end or continuity of the peasant way of life. There are authors who defend its resistance and its continuation even before this technological modernization introduced in the Brazilian agrarian space. Just as there are intellectuals who believe in an endangered peasantry, by subordination of non-capitalist relations of production to these new technologies. Other thinkers are still making efforts to consolidate a process of metamorphosis, transforming peasant agriculture into family agriculture, making it a segment of agribusiness. Such difficulties of a universal thought brings us the understanding that these studies have not even completed. This research concentrates efforts for a comparative analysis of the peasantry in the city of Porto Nacional-TO, to subsidize this debate. This city has a total of thirty-eight (38) peasant communities, resisting daily the agribusiness pressure to carry out its great project: land concentration. For the proposed research, the capture of the empirical data was selected the Pau D'arco Settlement Project, the Flor da Serra (Re)settlement and the Campus Community Taboquinha. The general objective of this dissertation is to analyze the productive dynamics and the difficulties faced in peasant agriculture in Porto Nacional - TO, in the year 2017. As for the methodological procedures, a bibliographical review, field visit, questionnaire application and interviews with peasants different realities. As a final result, it is noted that even with the difficulties faced by the peasants in relation to production, they continue to produce small-scale family subsistence products, and sell their surplus mostly within the community itself, in order to compare what is not produced on your property.

Keywords: Peasant Communities; Resistance; Productive dynamics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Escola Municipal Pau D´arco	67
Figura 2 – interior da Escola Pau D´arco	67
Figura 3 – Igreja Assembleia de Deus	67
Figura 4 – Igreja Católica em construção	67
Figura 5– Sede da Associação Pau D´arco	68
Figura 6– Plantação de milho	70
Figura 7 – Plantação de Cana	70
Figura 8 – Horta em uma das propriedades	70
Figura 9 – Alimentos produzidos pela família de Assentado	70
Figura 10 – Área onde é plantada soja próximo ao assentamento.....	74
Figura 11– Terra sendo preparada para o plantio de soja.....	74
Figura 12– Residência “modelo” - Flor da Serra	78
Figura 13 – Galpão presente em uma das residências	78
Figura 14- Escola Carmencita Matos Maia – Flor da Serra	80
Figura 15 – Pátio da escola Carmencita Matos Maia	80
Figura 16 – Reservatório de água do (re) assentamento Flor da Serra.....	84
Figura 17– Animal morto devido à falta de água e alimento	85
Figura 18– Animal debilitado.....	85
Figura 19 – Bezerro debilitado	85
Figura 20– Pastagem seca.....	85
Figura 21– Plantação de banana	89
Figura 22– Plantação de melancia	89
Figura 23– Plantação de cana	89
Figura 24– Plantação de mandioca.....	89
Figura 25– (re)assentado manuseando a mandioca para a produção de farinha	89
Figura 26– Mandioca usada na produção de farinha.....	89
Figura 27– Horta no sistema Mandala.....	91
Figura 28 – Plantação de melancia e milho irrigado	91
Figura 29– Orquidário	91

Figura 30– Plantas utilizadas para comercialização	91
Figura 31– Criação de Porco – Flor da Serra	92
Figura 32-Criação de galinha – Flor da Serra.....	92
Figura 33– Maquinários aguardando manutenção	94
Figura 34– Lote onde a casa foi derrubada	95
Figura 35– Lote com casa parcialmente destruída	95
Figura 36– Mulher mais jovem da Comunidade	102
Figura 37- Homem mais idoso da comunidade	102
Figura 38– Primeiro presidente da ASPART	104
Figura 39 -Atual presidente da ASPART	104
Figura 40– Prédio da Associação	105
Figura 41– Parte externa da Associação.....	105
Figura 42- Plantação de milho na Associação.....	105
Figura 43– Plantação de feijão na Associação	105
Figura 44 – Técnicos da Ruraltins e camponês na produção de biofertilizante	106
Figura 45- Técnicos da Ruraltins e camponês na produção de compostagem	106
Figura 46- Plantio de arroz e milho	107
Figura 47- Plantio de arroz e cana	107
Figura 48– Horta em uma das propriedades	107
Figura 49 – Produção para o consumo familiar.....	107
Figura 50 – Sistema Agroflorestal (coco, banana e maxixe).....	108
Figura 51 – Plantação de melancia irrigada.....	108
Figura 52- Criação de galinha	109
Figura 53- Criação de porcos	109
Figura 54- Criação de gado	110
Figura 55 – Plantio de soja próximo à comunidade	112
Figura 56– Canal do córrego Bueno.....	112
Figura 57 – Nascente em uma das propriedades	112
Figura 58– Curso ofertado pela Ruraltins aos moradores da Comunidade Taboquinha.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de camponeses do PA Pau D`arco com origem no campo	64
Gráfico 2 Nível de escolaridade de camponeses do PA Pau D`arco	66
Gráfico 3 – Alimentos Produzidos no PA Pau D`arco	69
Gráfico 4 – Disponibilidade de água para consumo e produção nas unidades produtivas do PA Pau D´arco	71
Gráfico 5: Criação de animais nas unidades produtivas do PA Pau D´arco	72
Gráfico 6- Percentual de origem dos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra	79
Gráfico 7- Nível de escolaridade dos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra.....	81
Gráfico 8 – Tempo de moradia na unidade produtiva dos camponeses do (re) assentamento Flor da Serra	81
Gráfico 9- Trabalho desenvolvido pelos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra.....	82
Gráfico 10 – Disponibilidade de água para consumo e produção nas unidades produtivas do (Re) assentamento Flor da Serra.....	84
Gráfico 11 – Percentual de uso de agrotóxico na unidade produtiva do (Re) assentamento Flor da Serra	86
Gráfico 12– Alimentos produzidos no (Re)assentamento Flor da Serra	87
Gráfico 13 – Percentual de cultivo de horta no (Re)assentamento Flor da Serra.....	90
Gráfico 14- Criação de animais no (re)assentamento Flor da Serra.....	92
Gráfico 15– Outras Rendas obtidas pelos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra....	93
Gráfico 16– Forma de obtenção da unidade produtiva pelos camponeses da Comunidade Taboquinha	98
Gráfico 17– Local de origem dos camponeses da Comunidade Taboquinha	100
Gráfico 18- Nível de escolaridade dos camponeses da Comunidade Taboquinha.....	102
Gráfico 19 – Alimentos produzidos na unidade familiar da Comunidade Taboquinha	106
Gráfico 20- Criação de animais na unidade familiar da Comunidade Taboquinha.....	108
Gráfico 21- Origem da agua da unidade familiar da Comunidade Taboquinha.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comunidades Rurais existentes no Município de Porto Nacional-TO.....	60
Quadro 2 - Tamanho da Unidade Produtiva dos camponeses da Comunidade Taboquinha....	99

LISTA MAPAS

Mapa 1 – Localização do Projeto de Assentamento (PA) Pau D’arco	62
Mapa 2 - Localização do (Re) Assentamento Flor da Serra.....	77
Mapa 3 - Localização da comunidade Taboquinha	96

LISTA DE SIGLAS

ACAR-GO- Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás
CAPPOL- Cooperativa Agropecuária Portuense Ltd.
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPTER- Cooperativa de Trabalho Prestação de Serviços Assistência Técnica e Extensão Rural
CPT- Comissão Pastoral da Terra
EFA- Escola Família Agrícola
EIA- Estudo de Impacto Ambiental
EMATER-GO- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Goiás
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEAB -Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC- Movimento das Mulheres Camponesas
MPA- Movimento os Pequenos Agricultores
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA- Projeto de Assentamento
PIB- Produto Interno Bruto
PJR- Pastoral da Juventude Rural
PND- Plano Nacional de desenvolvimento
POLOCENTRO -Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRB- Projeto de Reassentamento de Barragens
PRODECER- Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
RIMA- Relatório de Impacto Ambiental
TDA- Título da Dívida Ativa
UHE- Usina Hidrelétrica de Energia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Área de estudo, problema da pesquisa e justificativa.....	20
CAPÍTULO I – ABORDAGENS SOBRE O CAMPESINATO.....	27
1.1 A tese do fim do campesinato	27
1.2 Camponês ou agricultor familiar?.....	30
1.3 A criação e recriação do campesinato e do latifúndio	32
1.4 O campesinato como ordem moral – Woortmann	34
1.5 O camponês na perspectiva de Teodor Shanin	36
CAPÍTULO II - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS NO CERRADO.....	41
2.1. As origens da modernização agrícola	41
2.2 A modernização da agricultura no campo brasileiro.....	47
2.3- A produção agrícola moderna no município de Porto Nacional – TO.....	52
CAPÍTULO III – TIPIFICAÇÃO DOS CAMPONESES EM PORTO NACIONAL-TO, DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS.....	57
3.1 Uma descrição histórico-geográfico do Assentamento Pau D’arco	61
3.2 O processo de implantação do (Re) Assentamento Flor Da Serra	75
3.3 Comunidade Taboquinha.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a produção camponesa tem passado, historicamente, por vários debates, tendo posições tanto que defendem seu desaparecimento, como as que falam em continuidade, bem como aqueles que destacam sua transformação para agricultores familiares. A modernização agrícola e seu vínculo com o mercado tem sido identificado, nos últimos tempos, como elemento principal na reconfiguração do campesinato.

Fernandes (s/d) apresenta três paradigmas ligados ao debate sobre campesinato: o fim do campesinato; a metamorfose do campesinato e o fim do fim do campesinato. Essas diferenças no entendimento sobre o campesinato estão vinculadas às transformações que foram ocorrendo no campo ao longo da história. Já Oliveira (2007) identifica três abordagens teóricas relacionadas ao campesinato: a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios; a permanência das relações feudais¹; a criação e recriação do campesinato no latifúndio². Também, existem possibilidades de analisar o campesinato enfatizando a questão econômica, como modo de produção, pela lógica do capital ou como ordem moral, como destaca Woortmann (1990).

A produção no campo brasileiro sofreu uma profunda e intensa transformação decorrente da modernização tecnológica. Essa modernização se iniciou nos países desenvolvidos e, posteriormente, ocorreu à transferência dessas tecnologias modernas aos demais países, muitas vezes, sem o devido cuidado de adaptação às realidades locais. Como consequência ocorreu a reconcentração fundiária e o êxodo rural.

No Brasil, a atuação de diferentes organizações de camponeses veio questionando esse processo de concentração fundiária e a desvalorização da importância da participação da produção familiar na lógica econômica e social. Esses destacam a sua relevância para o desenvolvimento do país, uma vez que geram empregos, renda e, também, são a principal fonte de produtos alimentares.

Duas questões são abordadas na defesa da produção camponesa, uma vinculada à sua inserção no processo produtivo capitalista, adequando-se às normas de mercado; outra

¹ Essa abordagem tinha destaque na segunda metade do século passado, porém, na atualidade, não tem maior representatividade, o que justifica a sua não inserção nesse debate.

² As perspectivas de Fernandes (sd) e Oliveira (2007) têm vários elementos em comum e serão tratadas conjuntamente, hora usando a terminologia de um ou de outro, ou uma terceira.

destacando o “modo de vida” do produtor familiar no campo, ligado à questão ambiental, à defesa de uma vida mais saudável e a não homogeneização produtiva.

Em Porto Nacional/TO, ocorreram diferentes alterações territoriais que redefiniram a dinâmica da produção camponesa. Como elementos dessas transformações pode-se destacar: a) a criação de reassentamentos rurais devido à construção da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) de Lajeado; b) a formação de assentamentos rurais pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); c) a pressão do agronegócio da soja sobre os camponeses em geral.

A dissertação está dividida em três capítulos onde o primeiro aborda diferentes concepções relacionadas ao campesinato; o segundo é dissertado sobre a lógica da resistência camponesa frente a expansão da agricultura comercial, da modernização agrícola e, da apropriação de suas forças produtivas, com ênfase ao município de Porto Nacional-TO; o último é revelador da produção camponesa das três comunidades citadas acima e as dificuldades que as famílias vêm enfrentando para se manter na unidade produtiva.

Área de estudo, problema da pesquisa e justificativa

A ocupação do Norte Goiano, atual estado do Tocantins, segundo Lira (2011), se deu por duas vertentes principais e uma de menor expressão. As vertentes principais são Norte/Sul e Sul/Norte a de menor expressão é Leste/Oeste.

A vertente Norte/Sul teve como referência franceses que estavam alojados nas terras do atual estado do Maranhão que subiram o rio Tocantins. A vertente Sul/Norte é marcada pela penetração de bandeirantes paulistas na captura de índios e na busca de metais preciosos. A vertente Leste/Oeste tem como referência a criação do gado e o tropeirismo ligando o Norte Goiano com Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

O município de Porto Nacional está localizado na microrregião de Porto Nacional e na mesorregião oriental do Tocantins, o qual possui uma área total de 4478,52km². Conforme dados censo realizado pelo Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE), no ano de 2010, o município possui uma população de 49.146 habitantes (ATLAS BRASIL, 2013).

Porto Nacional teve sua origem no século XVIII. Enquanto povoado recebeu o nome de Porto Real por está situado a margem do rio Tocantins. Teve sua atividade econômica ligada ao abastecimento de regiões auríferas com produtos farmacológicos, vestuários, sal, querosene etc.

Com a decadência da mineração Porto Nacional, por ter um papel importante na navegação passa a ser o povoado de referência, ocorrendo à transferência da sede do Julgado de Monte do Carmo, no ano de 1809, para esse povoado. A decadência da mineração levou a mudança da economia para o setor agropecuário, com a criação de gado e uma agricultura de subsistência e/ou de pequena expressão comercial.

Messias (2012) destaca que no ano de 1861, quando o Brasil já era Império, por uma Resolução Provincial, Porto Real foi transformado em Porto Imperial. Já no período republicano, em 1890 por um Decreto Lei Estadual passa para denominação de Porto Nacional.

Com a construção da BR 153, na década de 1960 o eixo econômico é desviado do rio Tocantins para essa rodovia fazendo com que Porto Nacional perdesse expressão econômica. Uma redução do impacto da construção da BR 153 se dará com a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional, em 1979 ligando a cidade com a referida rodovia. (Oliveira, 1997)

Para Messias (2012, p. 25), era através deste rio que corriam toneladas de metais preciosos com destino a Lisboa- Portugal. O rio Tocantins “É um rio de significativa importância histórica, política, econômica e de comunicação para a região” de Porto Nacional.

Um diferencial no campo de Porto Nacional e região se dará com a instalação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), em 1968, em Porto Nacional. Segundo Rocha (2015, p.69) a mesma “tinha como objetivo prestar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas no município de Porto Nacional e região”. O autor destaca também, que neste período (1968) não existia máquinas nas lavouras do município, apenas arado com tração animal e a maior parte dos investimentos eram utilizados na pecuária. Uma das atividades desenvolvidas pelos técnicos da ACAR era montar projetos para aquisição de crédito rural, porém, a não existência do Banco Brasil no município tornava o processo moroso e em descompasso com as épocas de plantio.

Outro elemento de mudança no campo de Porto Nacional e região se deu através da implantação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criado pelo Decreto Lei nº 1179, de 06 de junho de 1971. Dentre os objetivos do PROTERRA estavam os financiamentos fundiários destinados a projetos ou programas de colonização e de reforma agrária e o financiamento dos demais investimentos rurais, objetivando a regularização, a organização e modernização das propriedades rurais.

O processo de modernização da agricultura de forma mais abrangente se iniciará na década de 1970 com a instalação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Goiás (EMATER-GO), no município de Porto Nacional, no ano de 1975. Rocha (2015,p.70) destaca que:

A partir da implantação da EMATER, o município de Porto Nacional começa a sua transição de uma pecuária, ainda em moldes tradicionais de criação, para a agricultura em larga escala em meados da década de 1970, quando produtores locais e migrantes iniciam a produção de arroz sequeiro em escala comercial.

Ainda segundo Rocha (2015) destaca que a modernização agrícola levou a uma diminuição das “roças de toco” muito presentes na época. O autor também menciona que antes da modernização agrícola não se tinha o cercamento de terras o que levou a formação conflitos: a) com o início do cercamento tiveram conflitos por áreas de terra, b) a falta de cercamento gerou conflitos entre criadores de gado e agricultores, pois o gado invadia as áreas plantadas.

Na década de 1980 passa a se destacar na produção agrícola, juntamente com o arroz, e a soja. Essa produção moderna vai passar por crise no final da década de 1980 e início da década de 1990. Uma retomada na produção de soja vai ocorrer a partir de meados da década de 2000.

No que tange a questão fundiária ligada, a produção familiar no campo de Porto nacional, pode-se destacar, entre os anos 2000 e 2009 a instalação de cinco projetos de assentamentos por parte do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA) e oito Projetos de (re) assentamentos de Barragens (PRB) devido à construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE de Lajeado) (ROCHA, 2015).

Os elementos aqui apresentados apontam para uma diversidade de situações em que se fizeram presentes possibilidades de existência de produção camponesa no campo diferenciados por períodos e situações. Essa diferenciação em diferentes momentos históricos, incluindo alguns recentes, justificam a necessidade de estudos mais amplos sobre as condições em que se encontram na atualidade a produção familiar do campo em Porto Nacional.

O município de Porto Nacional possui um total de 38 comunidades rurais sendo elas: Assentamentos formados pelo INCRA, Comunidades criadas por meio do Crédito Fundiário,

Comunidades rurais que surgiram através de Associações e (Re)assentamentos formados pela ³Investco.

Diante das transformações que vem ocorrendo no campo em Porto Nacional-TO (Século XXI) e o crescimento das grandes áreas produtivas próximos as comunidades camponesas, de que forma ocorre a organização dos camponeses para enfrentar os conflitos que os cercam? Quais são as dinâmicas produtivas desses camponeses? E quais são suas demandas?

Para a realização da pesquisa no intuito de responder a esses problemas foi feito um recorte espacial para melhor compreensão das questões propostas, assim optamos pelo assentamento Pau D`arco, (re)assentamento Flor da Serra e pela Comunidade Taboquinha no município de Porto Nacional-TO.

O objetivos geral da pesquisa foi analisar a dinâmica produtiva e as dificuldades enfrentadas pela agricultura camponesa no campo em Porto Nacional – TO, no ano de 2017. E como objetivos específicos buscamos: Compreender as diferentes formas de produção e comercialização do modo de vida camponês no assentamento Pau D`arco, (re) assentamento Flor da Serra e Comunidade Taboquinha no campo em Porto Nacional-TO; Identificar as diferentes formas coletivas de organização (social, política, associação e igrejas) dos camponeses das comunidades citadas contextualizar as diferentes dificuldades e contradições que envolvem os camponeses das comunidades em estudo.

Desenvolvimento da pesquisa

As pesquisas no âmbito das ciências sociais necessitam de pressupostos e metodologias específicas, para a realização desta a metodologia aplicada foi desenvolvida a partir de estudos relacionados a geografia agrária, apoiada no materialismo histórico dialético.

O delineamento da pesquisa utilizado foi teórico-empírico. A fundamentação teórica foi realizada por meio de revisão de literatura em teses, dissertações, artigos e livros relacionados ao tema e também através de rádio, televisão e internet, tudo isso com o objetivo de ter acesso a tudo que foi dito, falado ou filmado sobre o assunto proposto. A base empírica se deu por meio de levantamentos de campo, no contexto da produção camponesa no campo em Porto Nacional.

³ Empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhaes (também conhecida como UHE de Lajeado) no ano de 2000 no rio Tocantins, nas divisas dos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado há 50km da capital, Palmas.

Nas pesquisas sociais segundo, Richardson (2008, p. 70) existem dois importantes métodos a serem usados na abordagem de investigação, o método qualitativo e o quantitativo. “O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” já o método qualitativo:

“[...] podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON,2008, p. 70 e 80).

Ainda que há discursões existentes sobre a dicotomia desses métodos, nesta pesquisa foi utilizada os dois métodos apresentados, uma vez que segundo Richardson (2008, p. 80), “há domínios quantificáveis e outros qualificáveis. A prioridade depende da natureza do fenômeno analisado e do material que os métodos permitem coletar”

Os níveis de estudos utilizados foram os explicativos e descritivo. O descritivo se fez presente no momento em que buscou descrever as características dos camponesas como a idade, escolaridade, estado civil, entre outros. Já o explicativo ocorreu no momento em que foi buscado o esclarecimento e entendimento das formas de produção das famílias estudadas.

Para a realização da pesquisa utilizou-se de instrumentos para a coleta de dados e de desenvolvimento de técnicas que facilitam a desenvoltura. As técnicas utilizadas foram: bibliográficas, documental e de campo. Os instrumentos manuseados foram: entrevista e questionário, caderneta de campo, câmera fotográfica, gravador e ficha de controle onde era anotado os dados e endereço dos entrevistados.

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi dado por meio de levantamento de materiais (livros, artigos, revistas, teses e dissertações, entre outros) onde juntamente com o orientador foi montado uma tabela com os autores e assuntos a serem estudados no decorrer dos dois anos na pós-graduação. Nesta etapa foram definidos os conceitos a serem utilizados como também estabelecido os fundamentos da pesquisa.

Posteriormente a esse levantamento passou-se a fazer as leituras e fichamentos dos autores pré-selecionados e em seguida foram estabelecidos o contorno da pesquisa de campo.

Após a realização dos trabalhos de campo foi feito a tabulação e as análises dos dados coletados.

Pesquisa de Campo

Ao fazer reconhecimento das condições do campo de Porto Nacional, em setembro de 2016, fui informada através de um conhecido que a Ruraltins vinha fazendo levantamento de dados semelhante ao que pretendia realizar.

Assim que soube da notícia entrei em contato com a Ruraltins, na pessoa do Sr. Lucio Ferreira, o qual me possibilitou acompanhar as visitas técnicas para levantamento de dados e auxiliar na aplicação dos questionários.

Os questionários aplicados era uma das atividades prevista num convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e a Ruraltins onde tinha como objetivo caracterização das unidades de produção familiar de Porto Nacional.

No total foram aplicados 94 questionários, intitulado “Formulário para Caracterização da Unidade de Produção Familiar – UPF” contendo um total de 25 perguntas incluindo abertas e fechadas em onze comunidades distintas.

Após conversas com o meu orientador e técnicos da Ruraltins de Porto Nacional, surgiu a ideia de utilizar esses dados para a realização da dissertação. Neste sentido, nós seguiríamos colaborando com a aplicação dos questionários e iria em momentos diferentes fazer entrevistas para dar base qualitativa à dissertação.

Para a obtenção dos questionários já aplicados e dos que ainda estavam em andamento, foi feita uma solicitação formal junto ao Presidente da Ruraltins, o qual liberou o uso dos dados para a realização da pesquisa.

Por meio da aplicação dos questionários e entrevistas buscou-se levantar aspectos sociais, econômicos e culturais das famílias camponesas estudadas.

Realizamos um total de 33 visitas de campo com os servidores da Ruraltins a qual iniciou em agosto de 2016 e finalizou em setembro de 2017, onde por motivo administrativo a empresa teve que dá uma cessada nas atividades que vinha desenvolvendo.

Após o encerramento das visitas foi feito um levantamento dos questionários aplicados e separação dos quais nós pretendíamos trabalhar. A intenção inicial era estudar todas as comunidades camponesas do município, no entanto devido ao tempo para pesquisa, a coleta

de dados e análise optamos por três comunidades. Para a escolha das comunidades a serem estudadas foram estabelecidos alguns critérios:

1º comunidades a qual o acesso à terra apresentasse algum diferencial, ou seja, uma comunidade de assentados pelo INCRA, outra de (re) assentados da UHE de Lajeado e por último uma comunidade camponesa tradicional.

2º comunidades em que apresentavam o maior número de questionários aplicados no qual facilitaria para a pesquisadora a visita individual tendo em vista que a mesma estava gestante com diagnóstico de gravidez de alto risco, onde a ida as comunidades rurais onde o acesso é difícil, estradas sem asfaltos e muito esburacadas, poderiam acarretar em um aborto espontâneo.

Levando em consideração os critérios estabelecidos foram selecionados o Assentamento Pau D`arco onde tinha sido aplicado 30 questionários o qual não seria necessário a aplicação de mais, pois já havia a amostragem esperada, o (Re)assentamento Flor da Serra que possuía 07 questionários aplicados, mas devido o mesmo ser próximo à área urbana e apresentar as casas bem próximas umas das outras facilitaria a pesquisadora na aplicação de 20 questionários a mais, para alcançar a amostragem desejada e por último a Comunidade Camponesa Taboquinha onde ha 27 famílias, tal comunidade possuía 08 questionários aplicados sendo necessário a aplicação de mais 07. Tendo em vista que a amostragem estabelecida de famílias entrevistadas em cada comunidade seria de 60% ou mais.

Após selecionar as comunidades, foi feito o agendamento para o retorno da pesquisadora onde seria feito a aplicação de questionários na porcentagem desejada e também para a realização de entrevistas com sujeitos que apresentavam algum diferencial de informações que pudessem qualificar as informações obtidas pelas entrevistas (lideranças, comerciantes, moradores mais antigos, etc.). Somando um total de 23 visitas em momentos diferentes as quais iniciavam pela manhã e retornava no final da tarde.

Após a finalização das visitas realizou-se o tratamento dos dados para a análise dos resultados e elaboração da dissertação a qual está dividida em três capítulos.

A dissertação está dividida em três capítulos onde o primeiro aborda diferentes concepções relacionadas ao campesinato; o segundo é dissertado sobre a lógica da resistência camponesa frente a expansão da agricultura comercial, da modernização agrícola e, da

apropriação de suas forças produtivas, com ênfase ao município de Porto Nacional-TO; o último é revelador da produção camponesa das três comunidades citadas acima e as dificuldades que as famílias vêm enfrentando para se manter na unidade produtiva.

CAPÍTULO I – ABORDAGENS SOBRE O CAMPESINATO

1.1 A tese do fim do campesinato

Para os intelectuais que defendem a tese do fim do campesinato, o mesmo não sobreviveria à expansão do capitalismo no campo. Esses são conhecidos como ligados a vertente do marxismo ortodoxo agrário. Os expoentes máximos da vertente do marxismo ortodoxo agrário são Kautsky e Lênin (CAMACHO, 2013). Para um autor como Lênin, há uma correlação entre a expropriação camponesa, mercado interno e o desenvolvimento do capitalismo. Assim, no final do século XIX era possível observar num país como a Rússia “o processo de formação do mercado interno tal como ele na teoria da produção capitalista”, teve sua gênese “graças à transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre” (LÊNIN, 1988, p. 36).

O próprio Marx já havia verificado o processo anteriormente citado na Inglaterra; esse país encontrava-se num estágio mais avançado do capitalismo à época em que Marx viveu. A *acumulação primitiva*, como ele a denominou, se dava por meio da “liberação de parte da população rural”, em todos os casos mediante ao uso da violência, assim, “liberam-se também seus meios alimentares anteriores”, agora, “O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares” (MARX, 2013, p. 816). Dessa forma, havia também o processo de formação do mercado interno. Essa foi a origem do trabalhador capitalista acompanhado de seu processo

de subjugação, e “o estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2013, p. 787).

Já na realidade brasileira, o campesinato sempre teve que lutar pela sua inserção na terra e pela sua permanência nela quando a conquistava, segundo José de Souza Martins (1995). Sendo assim, não se pode aplicar no Brasil a totalidade das formulações teóricas da Europa do início do século XX, o que não diminui o valor da obra destes teóricos. Entretanto, José de Souza Martins argumenta quanto às hipóteses de Lênin sobre a *desintegração do campesinato*, afirmando que na Rússia, o camponês era tido como um estamento, uma figura remanescente do modo de produção feudal, e que por conta disto, *não queria deixar a terra*, ao passo que no Brasil,

[...] o campesinato é uma classe, não um estamento. É *um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1995, p. 16).

Para todos os fins, o campesinato se apresenta como uma classe social no capitalismo, mesmo que isso pareça contraditório, e é ao mesmo tempo um *modo de vida* (MARQUES, 2008). Atualmente, o camponês se torna uma criação do próprio modo de produção burguês, ele criado e reinventado contraditoriamente (OLIVEIRA, 1987; 2001; MARTINS, 1995). O capitalista utiliza-se “dessas relações de trabalho não-capitalistas”, devido ao fato de elas pouparem “investimentos em mão-de-obra”, assim, “ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realiza a metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Ao analisar o marxismo ortodoxo agrário Camacho (2013, p. 131) destaca cinco características principais do mesmo: **“a evolução linear, a sequência histórica, a dissolução do campesinato, a superioridade da grande empresa agrícola e a contraposição entre a grande e a pequena exploração”** (grifo do autor).

Sobre a dissolução do campesinato, o marxismo ortodoxo agrário vê o fim do campesinato como algo inevitável, pois “devido à necessidade de expansão do capitalismo industrial que tende a concentrar e centralizar, o campesinato será eliminado por não conseguir incorporar o progresso técnico necessário para competir com os grandes estabelecimentos” (CAMACHO, 2013, p.132). Ao tentar produzir para o mercado os camponeses acabariam falindo, pois, a competição com as empresas capitalistas seria desigual.

Os defensores do marxismo ortodoxo agrário entendem que a indústria se expandiria de maneira irrestrita em todas as regiões fazendo sucumbir todas as formas de relação não capitalista, nada escapando da expansão da mesma. Ocorre a superioridade da grande empresa agrícola em relação ao campesinato levando-o a proletarização. O capitalismo teria o poder de eliminar todas as formas de produção que não fossem totalmente capitalistas. Os camponeses acabariam vendendo suas terras para as empresas capitalistas e acabariam se proletarizando.

Para os marxistas ortodoxos agrário, Segundo Camacho (2013 p. 134), “a sociedade capitalista é composta por apenas duas classes sociais, a burguesia (capitalista) e o proletariado (trabalhadores assalariados)”.

Em relação ao campesinato, os marxistas ortodoxos entendem que ele “representa um resíduo retrógrado condenado irremediavelmente ao desaparecimento” (CAMACHO, 2013 p. 132) e que na sociedade capitalista não há lugar histórico para os camponeses. Essa vertente prega o fim do campesinato via proletarização ou aburguesamento e destaca a superioridade do proletariado enquanto classe revolucionária, sendo a proletarização do campesinato necessária para alcançar o socialismo. Para esses, a classe revolucionária somente poderia ser o proletariado, pois era esse que vivenciava a exploração do trabalho.

Para Oliveira (2007), em relação aos teóricos que defendem a tese do fim do campesinato, o elemento chave é a modernização, dado pelo avanço do modo de produção capitalista no campo. Isso corresponde dizer que o fim, ou seja, a destruição do camponês deveria transcorrer por dois diferentes caminhos, tendo a modernização como referência: 1º - através de uma diferenciação interna; 2º - pela modernização do latifúndio.

A diferenciação interna seria “provocado pelas contradições típicas de sua inserção [camponeses] no mercado capitalista” e como resultado ocorreria a formação de duas classes sociais: “os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam” (OLIVEIRA, 2004, p. 09). Ao produzir para o mercado o camponês poderia torna-se vítima ou fruto do processo.

A destruição do campesinato por meio da diferenciação interna se daria porque um grupo de camponeses conseguiria se tecnificar e manter-se produzindo diante das exigências impostas pelo mercado. Estes, em consequência dessa integração, comprariam as propriedades de um outro grupo que não conseguiria se manter produzindo em suas terras por não se inserirem na lógica do mercado. A tendência dos que não conseguiram se manter produzindo no campo é tornarem-se assalariados urbanos ou rural.

Quanto a destruição do campesinato pela modernização do latifúndio, segundo Oliveira (2007), esse processo se daria através da inserção de máquinas e insumos modernos nas grandes e médias propriedades. Assim, com a tecnificação da produção, haveria a formação de empresas rurais capitalistas e esses latifundiários se transformariam em grandes capitalistas do campo.

Os interesses dos empresários rurais capitalistas e dos camponeses ricos seriam homogêneos e o sistema capitalista seria implantado de forma plena no campo, onde, segundo Oliveira (2007, p. 9), “[...] os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário) ”.

1.2 Camponês ou agricultor familiar?

O termo agricultura familiar, que parece ser natural na atualidade, possui, na verdade, poucos anos de existência. Sua origem está ligada, principalmente, ao modelo produtivo desenvolvido nos Estados Unidos da América.

Autores estadunidenses diferenciavam o sistema de agricultura familiar (*family farm*) do sistema de agricultura industrializada empresarial, destacando que o modo de agricultura familiar é o trabalho realizado pela família, diferentemente da agricultura industrializada empresarial, que é o trabalho assalariado.

Nessa mesma perspectiva se manifesta Neves (2007 p. 217):

A característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, qualquer que seja o seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família.

Com a modernização da agricultura, segundo alguns estudos, quem tinha pequena propriedade baseada na mão de obra familiar, tendia a não mais conseguir sobreviver produzindo no meio rural em função dos elevados investimentos financeiros necessários no novo modelo produtivo.

Os integrantes deste grupo familiar recebiam mais de 40 denominações ao longo do território brasileiro. Neves (2007 p. 221) apresenta algumas dessas denominações, que entende ser de maior relevância:

Agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário, ao lado dos termos de qualificação da dependência- colono, meeiro, parceiro, arrendatário- ou de apropriação provisória e informal da terra- posseiro- demonstra a preocupação com a diversidade de modos de existência e o irreconhecimento de uma categoria genética de designação.

O termo agricultura familiar não constava na relação das denominações acima referidas. Ele passa a se destacar a partir da década de 1990, quando estudos passavam a mostrar que produtores familiares se adequaram à lógica capitalista de produção na agricultura. Agora não seriam mais um estorvo ao sistema, mas sim, adeptos e servidores dele.

Segundo Abramovay (1994), ocorreu um processo de metamorfose com os produtores familiares, passando de camponeses (tradicionais/excluídos), para agricultores familiares (modernos/incluídos).

O mesmo é fruto da convergência de alguns intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outros. “Estes dedicaram-se para o reconhecimento do projeto de valorização dos produtores familiares rurais que mantinham relações pouco estruturadas com o mercado” (NEVES 2007.p. 230).

Através dessa busca ao reconhecimento, o uso dos termos agricultura familiar e agricultor familiar passou a ser recorrente e a integrar os conteúdos programáticos de disciplinas das universidades brasileiras e instituições voltadas para atualização profissional, também, será tema de seminários e congressos e outras formas de divulgação e debate sobre o meio rural (NEVES, 2007).

Com a definição de um novo ator social no processo produtivo rural (agricultor familiar), se fazia necessário uma ação de mobilização política, visando o reconhecimento social do mesmo e a busca de políticas institucionais que fossem adequadas à sua situação.

O reconhecimento institucional se deu a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que é uma política que apoia o setor da agricultura familiar para obtenção de crédito agrícola, sendo suas ações de interesse social para uns e econômicos para outros. (NEVES, 2007).

Schneider (*apud* NEVES, 2007 p. 237) descreve as seguintes características necessárias para que os agricultores familiares se encaixassem nas normativas do PRONAF:

- 1 – possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- 2 - deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- 3 - explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- 4 - utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;

- 5 - residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- 6 - possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60 mil.

Como o PRONAF incorporou agricultores familiares com variadas condições sociais e de produção, estes foram segmentados em diferentes grupos, identificados por letras do alfabeto que vão de “A” até “E”. Essa subdivisão se deu de acordo com a renda bruta anual do agricultor e foi dada em ordem crescente, sendo que no grupo “A” encontravam-se os agricultores familiares mais carentes e no grupo “E” os com maior renda anual.

A partir destas leituras e da pesquisa de campo, optamos pelo uso do termo camponês, pois entendemos que o campesinato é sinônimo de luta e resistência frente ao capital e isso é o que de fato foi encontrado nas três comunidades estudadas, onde será discutido no capítulo III.

1.3 A criação e recriação do campesinato e do latifúndio

Oliveira (2007) aponta a existência de uma corrente que vai tratar da criação e recriação do campesinato e do latifúndio dentro e não de fora do modo capitalista de produção, destacando que ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações especificamente capitalistas no campo (assalariadas), ele produz e reproduz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (não capitalistas). Em relação ao campesinato o autor entende que o mesmo deve ser “entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra” (OLIVEIRA, 2007 p.11). O camponês mesmo sendo expulso da terra deseja a ela retornar, nem que para isso ele tenha que migrar para um lugar mais distante da sua região de origem.

Sobre a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (a tese do fim do fim do campesinato), Mançano (s/d), fala que a diferenciação do campesinato não serve como justificativa para a sua extinção. Para ele “é fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato” (MANÇANO, s/d, p. 01). No entanto, é importante para o capital que esse camponês se mantenha ativo, pois precisa dele para o seu próprio crescimento. Para o capital, a renda capitalizada da terra é mais vantajosa que o assalariamento.

O camponês pode se recriar através do arrendamento, compra, ocupação e migração. Pegando estas quatro formas de recriação, nota-se que o camponês “assim se desenvolve num constante processo de territorialização e desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato” (MANÇANO, s/d, p. 01). Mas, para explicar essa colocação o mesmo autor fala que “o que é compreendido como fim também tem o seu fim na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda capitalizada da terra, gerada pelo trabalhador familiar” (MANÇANO, s/d, p. 01). Por isso,

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação (OLIVEIRA, 2005, p.474).

Sobre a tese do fim do fim do campesinato Mançano (s/d), diz que essa tese apresenta duas vertentes distintas, onde a 1^o- desenvolve ações para o aumento de camponeses através da reforma agrária, e a 2^o- produz ações para a continuação dos camponeses no campo, pois acham que a sua existência já é o bastante.

Para Fernandes (sd), aceitar o conceito de Camponês implica em compreender esses processos de construção teórica e leituras históricas na perspectiva da superação. A questão fundamental a ser considerada aqui é que o Agricultor Familiar é um Camponês. As diferenças entre esses dois sujeitos – que são um – é ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação.

A Via Campesina também defende a utilização do conceito de camponês. Vieira (2011) apresenta justificativas de porquê da utilização do conceito de camponês em seus discursos, e consequentemente, na expansão do mesmo junto à base dos movimentos sociais vinculados a ela. A retomada e fortificação do conceito de camponês pela Via Campesina tem como orientação geral a contraposição ao modelo capitalista neoliberal da agricultura, que tem expropriado produtores familiares, explorado trabalhadores rurais, levado à ampliação dos desmatamentos, tem fornecido produtos com grande presença de elementos químicos nocivos, etc. Busca apresentar uma alternativa de produção no meio rural, que não siga, exclusivamente, a lógica de mercado. Desta forma, o conceito surge como fator de resistência à exclusão social e alternativa saudável de produção.

Por envolver uma grande variedade de sujeitos, o termo camponês também cumpre o papel de unificá-los, criando uma identidade única, tendo como referência um “eu” (camponeses) e um “eles” (produtores capitalistas).

Vieira (2011) aponta a função de resgate histórico da ideia de camponês, que ao longo dos tempos foi sujeito de importantes manifestações e lutas sociais, que marcaram a história da humanidade. Esse entendimento vai contra o pensamento que tenta passar a ideia da imobilidade de atuação e organização dos camponeses e previa o seu desaparecimento.

A manutenção e fortificação do camponês também destaca uma continuidade de ações em escala internacional, mostrando que a Via Campesina enquanto instituição é nova, porém o que representam é a continuidade de algo histórico com inovações em seus métodos de organização e atuação, destacando novos temas para o debate, como meio ambiente, a participação da mulher na sociedade e fugindo da homogeneidade ideológica.

Nos subitens seguintes será abordado assuntos relacionados ao campesinato segundo dois autores; Wootmann que discute o campesinato como ordem moral e Teodor Shanin que fala do camponês segundo a sua perspectiva.

1.4 O campesinato como ordem moral – Woortmann

Woortmann (1990) faz uma análise sobre campesinato, onde destaca a ideia de campesinidade. Sua análise será realizada a partir de estudos de caso de camponeses das diversas regiões brasileiras. O mesmo destaca diversas denominações atribuídas regionalmente aos mesmos, como: colonos no sul do Brasil; sitiante no nordeste; donos de fazenda no centro-este; comunidades amazônicas na Amazônia, entre outros.

Segundo Woortmann (1990), o conceito campesinato pode compreendido de diversas formas, entre as quais destacam-se: como uma economia, como modo de produção ou pela lógica do capital. Diferentemente destas proposições o autor busca compreender o campesinato como uma sociedade camponesa. Essa perspectiva não nega a análise econômica, porém se atém mais em uma interpretação subjetiva, onde,

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não como exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorizações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p.12).

Woortmann (1990, p. 13) diz preferir não falar em camponeses, mas sim de campesinidade, que representa “uma qualidade presente em maior e menor **grau** em distintos grupos específicos”. Essa ideia de grau não está vinculada a lógica de mercado. Nesta perspectiva, os valores sociais se sobressaem, deixando de lado a lógica econômica e a subordinação ao capital. A família é o ponto central, possuidora de um grande valor, o valor-família, permanente no tempo.

O autor ressalva que atualmente não se encontra camponeses puros, o que existe é uma campesinidade em diferentes graus de articulação ambígua com a modernidade. O camponês ao se integrar com o mercado não significa necessariamente que ele reduziu o seu grau de campesinidade ou deixou de ser camponês por esse motivo. Ele pode vender para o mercado, porém a sua ordem social é mais como um todo do que individualista. Não é o mercado quem vai ditar o seu grau de campesinidade. Ao produzir para o mercado não quer dizer que ele está integrado ao mercado em relação às tendências dominantes.

A trajetória camponesa não é linear, pois nem sempre segue para uma dimensão da modernidade, podendo ocorrer situações que busca-se reconstruir a tradição. A tradição nesse sentido não representa “o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói possibilidades do futuro” (WOORTAMANN, 1990, p. 17).

Buscando categorias comuns entre os diferentes grupos de camponeses no Brasil, Woortmann (1990) destacou três: terra, família e trabalho. As mesmas existem de forma articuladas não podendo ser vistas isoladamente, necessitando ser entendidas de uma forma relacional. Estas também estão vinculadas a valores e princípios organizacionais como honra e hierarquia. Numa perspectiva econômica essas categorias também se fazem presente, porém podem ser separadas umas das outras numa perspectiva individual.

Das diversas compreensões do campesinato, o caráter familiar do trabalho é algo comum para todas, existindo, então, uma concepção camponesa do trabalho. Contratos de assalariados ou outros colaboradores ocorrem com objetivo de complementar o trabalho familiar. Esse ato, segundo Woortmann (1990), é denominado de ajuda.

Um pai de família se torna um assalariado em último caso, porque esse é o papel designado ao filho quando existe um tempo livre na propriedade ou uma necessidade esporádica ou ainda uma ação de ajuda a outros camponeses. De forma geral o trabalho fora da propriedade se dá de forma espontânea sendo uma obrigação formal. É comum neste sentido ocorrer um processo de reciprocidade.

Existem comunidades onde predominam relações de parentesco em que a colaboração entre vizinhos se dá apenas como a troca de tempos não ocorrendo pagamento pelo trabalho realizado. “[...] Essa troca não é pensada como trabalho, mas como ajuda entre iguais, e que será retribuída [...] não se está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade” (WOORTMANN, 1990, p. 32). Pessoas dessa comunidade só poderão receber pagamento se forem trabalhar em outra comunidade.

Existem grupos sociais parentais onde o lucro sobre a produção é vista de forma negativa, porque alguém está ganhando à custa de outros, negando a moralidade. Em caso em que ocorre o negócio, isso deve se dar em um espaço fora da comunidade, principalmente em feiras em áreas urbanas. Ao realizar a negociação na feira o produtor mantém a sua autonomia.

Terra de trabalho representa a realização do pai e da família bem como de liberdade, é um espaço da família. A liberdade, sempre do pai de família se baseia na autonomia do processo de trabalho e do saber que esse passa aos seus descendentes. [...] “A transmissão da terra sem o saber não a transforma em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai ‘governa’, dá a direção do processo de trabalho” (WOORTMANN, 1990, p. 43).

É através do controle do tempo da família e do processo de trabalho e da terra de produção que garante a liberdade do pai. Em comunidades que ocorrem relações sociais e econômicas comunitárias (cooperativas, associações, igreja etc.), nesta lógica acabam dando o direcionamento para as atividades a serem desenvolvidas, tirando a liberdade do pai. O trabalho ao invés de fazer o trabalho faz o cativo. A assistência técnica e extensão rural não participativa, que tenta impor técnicas externas sem levar em consideração o conhecimento dos camponeses pode ser entendido como ingerência na autonomia dos mesmos. Neste sentido a liberdade para o camponês é conquista através do trabalho realizado para “nós” (família) em oposição ao trabalho realizado para o “outro” (fora da família) (WOORTMANN, 1990).

1.5 O camponês na perspectiva de Teodor Shanin

Shanin (1980) destaca que existem razões para se definir camponês, bem como para não o fazê-lo. Tal decisão não é inconsequente, pois vai refletir o entendimento sobre o pensamento teórico dos debatedores.

O autor, para chamar a atenção da necessidade do debate sobre o conceito de camponês, apresenta uma literatura do século XIII, a *Declinatio Rustica* Alemã, que destacava seis definições para a palavra camponês: “vilão, rustico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e no plural o termo camponês era definido como: miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis” (SHANIN, 1980 p. 43, grifo do autor).

Em sua revisão teórica sobre o camponês, Shanin identifica várias perspectivas de entendimento sobre o mesmo, que serão apresentadas abaixo.

1 - O camponês é uma mistificação: A explicação para isso é dada pelo fato de o camponês existir em diferentes continentes, estados ou regiões e apresentarem características diferenciadas, tanto localmente como globalmente. Também, as características desses em um momento histórico poderiam não ter sido as mesmas em alguns anos, décadas ou séculos atrás.

Se o termo camponês não for considerado em sua historicidade, dentro do contexto social em que é analisado, temporalmente e espacialmente, pode se transformar “em reificações da realidade ou, o que é ainda pior, em manipulações conscientes por políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígios. Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação” (SHANIN, 1980, p.44).

A volta ao debate sobre campesinato se deu devido ao revigoramento do debate marxista, no qual alguns o destacam como importante e atual e, outros, o negam.

2- O camponês como generalização: Shanin (1980) destaca que estudiosos apresentaram características gerais dos camponeses que poderiam ser identificadas em diferentes localidades e sociedades do mundo. Neste sentido apresenta seis características e especificidades para distinguir os camponeses em comparação com os outros:

1 – trabalho familiar, controle dos meios de produção, economia de subsistência, qualificação ocupacional multidimensional (agricultura, extrativismo, artesanato), planejamento da produção não capitalista, entre outros.

2 - organização política típica dos camponeses, com presença de intermediação e apadrinhamento, segmentação vertical, auto poder de rebeldismo, etc.

3 - normas e conhecimentos típicos muitos semelhantes, como racionalização tradicional e conformismo, tradição oral, padrão específico de socialização e aprendizado ocupacional, cooperação.

4 – semelhanças na organização social e seu funcionamento, com padrão geográfico típico e subserviente a redes sociais mais amplas de dominação política economia e cultural.

5 - dinâmica social específica, com padrões típicos de propriedade e herança, sendo que a vida segue uma dinâmica baseada nos ciclos naturais (ano agrícola).

6 - mudanças estruturais bem próprias. Com a expansão comercial o camponês amplia sua atuação na produção agrícola (agriculturação), abandonando tarefas não agrícolas, que são assumidas pelas indústrias. Diminui-se o trabalho coletivo em prol de suas áreas particulares. Também, ocorre a expansão para novas áreas (territorialização) da lógica camponesa.

O surgimento de estudos camponeses nos anos de 1960 estava relacionado com as novas tentativas de definir o camponês pela exploração da lógica estrutural subjacente a sua camponesidade, onde estabeleceu quatro características do camponês (SHANIN,1980):

a) a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e a exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN,1980, p.50).

Para o autor, esses elementos, de forma desvinculada e sem maiores especificações, são insuficientes para caracterizar os camponeses, não podendo desconsiderar suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo.

Após o ano de 1968 tem ocorrido, por parte de marxistas, um apelo de desconceituação de camponês, o que para o Shanin (1980) representa uma interpretação errônea dos escritos de Marx.

3 - A diferenciação camponesa: No século XIX, para economistas, acadêmicos e marxista ortodoxos, capitalismo significava descamponesização, sendo que a discussão se centrava na forma e velocidade que isso ocorreria. Eram poucos estudiosos que se opunham a descamponesização. (Shanin, 1980 p. 54).

Kautsky, com base no que ocorria na Alemanha, foi um dos defensores do fim do campesinato e descreveu que o maior responsável seria a indústria. Já Lênin, com base na Rússia, apontou à dinâmica intercamponesização de aprofundamento das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe como cruciais para a descamponesização, onde os camponeses ricos comprariam as terras dos mais pobres, o que levaria ao surgimento de capitalistas rurais e proletários rurais.

Na década de 1970 ocorreu um novo processo de debate sobre a caracterização/diferenciação de camponês tendo como referência a transformação capitalista

da agricultura a qual resultou em três tendências principais: processo de diferenciação, pauperização e marginalização.

A tendência de diferenciação aborda que a crescente acumulação de capital nas mãos dos ricos e/ou capitalistas rurais e urbanos tenderia produzir emprego para os recém-pauperizados, tornando-os proletários e expandindo o capitalismo. Para Shanin (1980) esse processo não se deu de forma acelerada como previam alguns teóricos, pois os camponeses não se dissolveram nem se diferenciaram em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados, eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam à economia capitalista circundante, que permeia suas vidas. Exemplos de manutenção ou ampliação do campesinato ocorreram no México, no Brasil, na China e na Rússia.

O processo de pauperização ocorre com a expropriação das terras dos camponeses e a formação de uma população excedente, “vivendo do subemprego rural, da cultura da pobreza, das favelas, etc.” (SHANIN, 1980 p.57). Essas pessoas não representam um exército de mão de obra de reserva para as indústrias, pois não alcançaram a qualificação necessária.

A marginalização dos camponeses ocorre devido à diminuição da importância de sua produção em escala nacional. Esses se tornam tecnicamente atrasados, assumem atividades menos valorizadas e servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, oferecendo mão- de- obra e alimentação barata e mercado para bens que geram lucros (SHANIN, 1980).

4 - Modo de produção: Para entender os camponeses como modo de produção, Shanin (1980 p.61) apresenta o seguinte conceito: “modo de produção representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) em que são providas as necessidades materiais da sociedade, em um dado estágio de seu desenvolvimento”.

Shanin (1980) aponta uma perspectiva que nega o campesinato como modo de produção e duas que aceitam. Os que negam destacam que falta aos camponeses uma estrutura político-econômica autossuficiente, pois ocorre a exploração e apropriação do excedente por grupos externos a eles.

Uma das perspectivas que defendem o modo de produção camponesa se utiliza de parte da ideia do grupo que o nega. Ela destaca que ocorre uma relação entre dois distintos modos de produção, um secundário (explorado) e um dominante (explorador). Neste sentido o modo

de produção camponês seria o secundário, que seguiria determinações do modo dominante. Mesmo subordinado, o modo de produção camponês continuaria a existir.

A segunda perspectiva parte de um entendimento mais simplificado de modo de produção, que se caracteriza “como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social, um conceito de alcance muito reduzido [...], como um modo de produção *sui generis*” (SHANIN, 1980 p. 64).

5 - Camponeses e Modos: Para Shanin (1980), os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas e que tem se mantido enquanto tal em diferentes modos de produção, porém se adequaram a cada um deles. Eles perpassam modos de produção influenciados e influenciando sociedades distintas. Para compreender o campesinato deve-se considerar os camponeses “tanto enquanto tais, como dentro de contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem” (SHANIN, 1980 p.60).

6 - Camponeses como uma moda: A partir da década de 1920, até a de 1960, em função do modelo desenvolvimentista, o campesinato perde importância no debate intelectual e nas políticas progressistas. Devido à modernização na agricultura, as discussões sobre o meio rural se direcionam para a dualidade entre características modernas verso características tradicionais de produção.

Com as críticas ao modelo desenvolvimentista e seu projeto modernizante de produção agrícola e a manutenção do campesinato no meio rural o debate sobre camponeses voltou a ganhar destaque.

A retomada do debate sobre o campesinato levou editores e acadêmicos a uma corrida de publicação sobre o tema. Essas publicações tornaram-se moda, sendo utilizado o termo camponês como “truque editorial”, servindo, muitas vezes, mais aos interesses do capital ou para fazer carreira acadêmica, sem mesmo ter uma consistência teórica e reconhecimento conceitual. Como consequência ocorrerá um desencantamento e novo desprestígio do conceito de camponês (SHANIN, 1980).

Levando em consideração o que já foi escrito, o capítulo II discorre sobre o surgimento da modernização agrícola e a sua expansão para o Cerrado e para o município de Porto Nacional-TO, local em que está inserido a área de estudo desta pesquisa.

CAPÍTULO II - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS NO CERRADO

2.1. As origens da modernização agrícola

O desejo de compreender o processo em curso da modernização da agricultura no Brasil nos conduz à necessidade de entendermos como o capital tem se apossado da agricultura, revolucionando, subordinando práticas que não compreende ao modo de produção capitalista e, até mesmo recriando outras formas de produção. Estas questões não consistem simplesmente em estabelecer um ponto de extinção de formas não capitalistas de produzir, haja visto que a modernização da agricultura não se desenvolve no mesmo processo que a indústria, ela possui leis próprias.

O modo de produção capitalista se desenvolveu primeiramente nas cidades. Foi, portanto, a indústria a grande responsável por uma profunda revolução econômica deste meio de produção. Porém, segundo Kautsky (1980, p. 30-31) o desenvolvimento da indústria e do comércio produziu no meio urbano novas necessidades que a indústria rural não podia

satisfazer. Segundo este mesmo autor (idem, p. 31) “[...] só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso”.

O capital industrial foi aos poucos se apropriando das condições produtivas do campo, pois a agricultura apresentava consideráveis obstáculos ao seu domínio. Esse domínio do capital foi denominado por Sorj, Goodman e Wilkinson (2008) como “apropriacionismo”. Num primeiro momento houve apenas uma subordinação da agricultura ao capital como asseverou Oliveira (1987). Vários elementos do feudalismo atuaram concomitantemente ao processo de ascensão do capitalismo na Europa, a muito estudado na Rússia por Lênin (1988). Do ponto de vista técnico o capitalismo promoveu uma verdadeira revolução nos processos produtivos da agricultura; dessa forma, a velha afirmativa de Marx se torna pertinente, pois este acreditava que

Um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que, por um lado, ele transforma a agricultura, de mero procedimento tradicional, de natureza empírica e mecânica, praticado pela parte menos desenvolvida da sociedade, numa aplicação científica consciente da agronomia, na medida em que isso é possível, em geral, dentro das condições dadas com a propriedade privada (MARX, 2017, p. 678).

A modernização da estrutura produtiva no campo ocorreu através da inserção de elementos como implementos agrícolas, inovações químicas e mecânicas, insumos e adubos químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, financiamentos entre outros. Estados Unidos e Europa foram os precursores desta modernização, que só mais tarde começou a se difundir por outros países. Segundo Sorj, Goodman e Wilkinson (2008), nos Estados Unidos teve maior avanço o desenvolvimento de máquinas e implementos agrícolas, por ter uma vasta área para produção e pouca mão de obra. Já na Europa, onde a terra disponível para agricultura era pouca e exaurida, destacou-se o desenvolvimento da indústria química voltada, inicialmente, para a adubação. A ciência nunca na história da humanidade havia se desenvolvido em patamares tão exorbitantes, podendo-se afirmar como Milton Santos (2014), o fato de a ciência ter se tornado uma verdadeira força produtiva, atuando diretamente na produção material da sociedade.

Vivemos hoje, cercados de objetos técnicos, cuja produção tem como base intelectual a pesquisa e não a descoberta ocasional, a ciência e não a experiência. Antes da produção material, há a produção científica. Na verdade, tratam-se de objetos científico-técnicos e, igualmente informacionais (SANTOS, 2014, p. 215).

Entre 1820 a 1870, houve uma grande mudança no processo de trabalho agrícola nos Estados Unidos, onde o trabalho simples e os implementos de madeira foram substituídos por

máquinas puxadas por cavalos. Essa mudança, embora simbólica diante dos grandes avanços que estavam por vir, acabou desenvolvendo a multiplicação da área que apenas um homem era capaz de cuidar. Neste mesmo período, houve também a mudança nos arados, onde os instrumentos rústicos confeccionados de madeira, deram lugar aos arados mais sofisticados feitos de ferro e aço. Outros elementos de tração animal também foram importantes para essa transformação tecnológica geral, como: “rastelos, semeadeiras, maquinas de plantar milho, enxadas, capinadeiras de dois sulcos, ceifadoras de feno e ancinhos”. Esse avanço tecnológico colaborou para a rápida materialização setor de maquinário agrícola, sendo que, em 1892, foi construído primeiro modelo de trator automático movidos à gasolina em Iowa- EUA (SORJ, GOODMAN E WILKINSON, 2008, p. 14).

A inserção do motor a combustão, após a Primeira Guerra Mundial, representou um salto no processo de modernização. Neste sentido, Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 19) compreende que “nas décadas de 1920 a 1930, a difusão das colhedoras mecânicas combinadas (ceifadeira e debulhadora), movidas por motores a gasolina acelerou-se gradualmente as técnicas produtivas, substituindo a máquina debulhadora estacionária e a enfardadora de cereais na colheita dos pequenos grãos”. Porém, é após a Segunda Guerra Mundial que o uso de máquinas e equipamentos agrícolas se expande de forma mais acelerada.

A apropriação mecânica e as inovações biológicas usaram de diversos artifícios para conseguirem ampliar o controle sobre o processo rural de trabalho. No início de 1950 alguns equipamentos tiveram que se adequar à determinadas culturas para adaptar-se a mecanização plantio, do trato e da colheita como por exemplo as plantadeiras de beterraba e algodão. Tais fatos deve-se às modificações genéticas realizadas em laboratório altamente tecnificados e, introduzidos em plantas a serem cultivadas. Estas mudanças tinham como propósito o aumento da produtividade, redução do uso da força de trabalho humano e, conseqüente aumento do lucro aos donos dos meios de produção.

Na Europa, no início do século XIX, os sistemas mistos de agricultura criaram formas de produção intensiva e de alta produtividade nas culturas aráveis assim como na criação de animais. Esse ato ficou conhecido como “alta agricultura” ou “alta alimentação”. Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 25) relatam que tais sistemas alcançaram sua maior intensidade “através da suplementação da produção interna à unidade agrícola, de culturas forrageiras e adubo orgânico, por compras externas de tortas de sementes oleaginosas e fertilizantes”. O uso de tortas oleaginosas na criação de gado ganhou uma grande escala em

rápida expansão após a década de 1815 e, sua finalidade até 1860 convergia tanto na produção de carne quanto na produção de esterco para fins de adubação orgânica.

Os gastos com fertilizantes foram introduzidos nas unidades agrícolas no início do século XIX, tendo a sua base de adubos ósseos (fosfato e nitrogênio). No entanto, Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 26) falam que “Os depósitos domésticos de coprólitos forneceram suprimentos comerciais de superfosfatos antes que as importações mais baratas de rochas fosfáticas começassem, na década de 1870”. Com isso, Lawes (um dos fundadores da indústria de fertilizantes) criou um método inovador; começou a fabricar superfosfatos através do tratamento dos coprólitos, fazendo com que esta indústria crescesse de forma muito rápida conquistando vários espaços. Até 1850 já existiam seis fabricas de superfosfato funcionando na Inglaterra.

No entanto, a partir da década de 1870, o sulfato de amônia produzido a partir dos dejetos das minas de gás começou a se destacar. Segundo Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 27-28) “esta inovação, que criou um novo grande setor industrial no período entre as duas guerras mundiais, representa um avanço revolucionário na apropriação industrial dos ciclos naturais de produção agrícola”. Devido às ofertas dos fertilizantes nitrogenadas estarem virtualmente ilimitada, “a renovação da base material da produção podia ser acelerada e sua produtividade intensificada”. A síntese de amônia é o auge de uma extensa luta para pôr o lado da oferta na economia do nitrogênio, pois, nas culturas de sistemas intensivos ele é o mais importante determinante, sob o controle industrial direto.

Os cientistas, na década de 1890, com a justificativa de acabar com o problema da fome em diferentes escalas territoriais começaram a manipular em grande proporcionalidade o nitrogênio industrial, que passaram a ser consumidos nas propriedades rurais para fins de correção das fragilidades nutricionais do solo, o que dedutivamente implicaria em uma maior produtividade nas colheitas cultivadas. Neste intervalo de tempo a indústria de superfosfato (adubação mineral) estava crescendo de forma acelerada, utilizando métodos simples de esmagamento e composição. Os fabricantes de fertilizantes passaram muito tempo distante do progresso químico. Estas inovações eram reflexo da emergência de uma nova disciplina - a química/física - e avanço da engenharia química.

Uma das vanguardas do progresso técnico na indústria química foi à síntese da amônia. A indústria de amônia sintética ampliou-se grandiosamente na década de 1920 a partir da introdução de novas técnicas em laboratório capaz de combinar compostos de hidrogênio e nitrogênio relacionados com fórmula química deste composto representada por

NH₃. Neste processo os gases nitrogênio e hidrogênio são combinados diretamente a pressão e temperatura, sendo sua reação, uma reação de equilíbrio químico, onde o elemento natural ferro é utilizado como catalizador.

A produção em grande escala da amônia sintética pela indústria especializada tornou esta matéria prima mais acessível à outras empresas do setor químico e com isso criaram seus próprios processos. Sua aplicação compreende não somente a agricultura. Esta fórmula é muito utilizada em ciclos de refrigeração devido seu elevado potencial de vaporização de calor e temperatura. Também, quando combinado com água é utilizado num processo de absorção de outros nutrientes. Para a agricultura são bastante utilizado como fertilizantes para correção de solos com alto grau de escassez nutricional, fator importante para o desenvolvimento da agricultura.

A transição da matéria-prima vegetal para mineral e, desta, para a síntese de amônia revela como esta apropriação se tornou uma ferramenta de grande valiosidade econômica e científica principalmente no que trata um dos elementos importante do modo de produção capitalista: a acumulação de riqueza. Neste caso a acumulação por parte da indústria química, virando assim um admirável núcleo de pesquisa e desenvolvimento científico (SORJ, GOODMAN E WILKINSON, 2008).

O Estado foi o principal estimulador da ciência agrícola nos anos iniciais do século XXI, pois não existiam um instrumento de apropriação que concedesse direitos de propriedades por parte do capital industrial. Os Estados Unidos foi o país que mais se destacou nas pesquisas agrícolas usando financiamento governamental. Entre 1850 a 1914 foram criadas diversas estações experimentais e instituições de ensino superior voltadas a pesquisa agrícola.

Entre 1915 e 1920 se intensificam os estudos sobre as sementes híbridas de milho que tinham maior potencial de produção e produtividade. Com a mudança do milho comum para o híbrido forçou os produtores a comprar sementes todo ano, levando a lucros monopolísticos pelas empresas que conquistariam através das sementes híbridas geradas para diferentes sistemas ecológicos. As inovações biológicas eram vendidas através de sementes, mas a hibridização garantia aos capitais industriais um ganho muito maior sobre a produtividade. Em meados da década de 1950, o setor privado havia se tornado o grande pesquisador do novo milho híbrido, muitas vezes recebendo auxílio público (SORJ, GOODMAN E WILKINSON, 2008).

Com o passar do tempo surgiram novas técnicas de hibridização, nas quais foram ligeiramente inseridas as técnicas mecânicas e químicas de apropriação. Na década de 1920 foram introduzidas as colheitadeiras na produção de milho e logo após a inserção de tratores de vastas utilizações, próprio para o cultivo em fileiras e forte o bastante para mover máquinas. Para além destas constatações quanto ao uso de variedades técnicas, o produtor em condições econômicas favoráveis encontra à sua disposição os produtos químicos, que certamente favorece no aumento da produtividade de uma determinada área. Nesse sentido, Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 30,) apontam para a possibilidade de ocorrências diferenciadas o que podemos compreender como “a convergência das inovações mecânicas, químicas e genéticas para formar um ‘pacote` tecnológico complementar e de integração crescente, que incorpora tanto o processo de trabalho quanto o processo natural de produção”. A utilização desses produtos (pacote tecnológico) de forma combinada propiciaria um aumento considerável na produção e produtividade, levando a ocorrer a “revolução verde” no campo.

Segundo Brum (1988, p. 44), o processo denominado de Revolução verde, como ficou mundialmente conhecido “foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal”

Em relação a esse processo Inocêncio (2010, p. 65) fala que o mesmo foi o encarregado nos anos seguintes “pelo desenvolvimento de plantas modificadas geneticamente, imune a pragas e adaptadas aos mais distintos climas do mundo e serviu para escamotear os poderosos interesses econômicos, políticos, ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização”.

A modernização agrícola, foi uma das formas mais importantes para internacionalizar o segmento do apropriação, adequando procedimentos de criação de plantas de clima temperado para outros ambientes. Sorj, Goodman e Wilkinson (2008, p. 39) destacam que “[...] em grande medida, a revolução verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônomicas e de insumos industriais genéricos”. O discurso ideológico e sobremaneira economicista de combate à fome mundial serviu de referência para a difusão internacional da revolução verde.

2.2 A modernização da agricultura no campo brasileiro

A modernização da agricultura no campo ocorreu inicialmente nos Estados Unidos e na Europa e posteriormente nos demais países menos desenvolvidos. Matos e Pêsoa (2011, p. 290- 291), destacam que no Brasil a modernização da agricultura chegou na metade do século XX, com o intuito “de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas”. Esta agricultura moderna se consolidou de fato a partir da década de 1960, por meio da inserção de inovações tecnológicas no processo produtivo e através da criação dos complexos agroindustriais. A intenção era modernizar copiando o modelo dos países que já tinham esse modelo concretizado, tendo como referência os Estados Unidos.

O Estado foi o maior promovedor desse desenvolvimento por meio de investimentos e criação de políticas públicas que favorecessem os avanços técnicos-científicos no campo brasileiro. Segundo Delgado (2001) a modernização da agricultura brasileira se deu em duas fases: o primeiro momento compreende o aumento do uso de tratores e de fertilizantes industriais; o segundo momento através do surgimento, no final da década de 50, da industrialização da produção agrícola com a aparição das indústrias de bens de produção e insumos.

Elias (2003) analisando as correlações descritas por Delgado acrescenta mais um terceiro momento que compreende a modernização da agricultura brasileira. Para ele na década de 1970 ocorreu a integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, agroindústrias entre outras. Outra coisa deve ser levada em consideração quando se fala do processo de modernização da agricultura brasileira; é o fato referente à diversificação da produção em virtude da estrutura internacional em que estava inserida a economia brasileira. Assim,

A presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável abriu espaço para uma nova estratégia de integração às correntes múltiplas de comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais, transformando radicalmente o quadro anterior aos anos 60, marcado pela estagnação das exportações e dependência de um único produto – o café. Sobressaíram-se, a partir daí, produtos como soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carnes de aves e de bovinos (MAZZALI, 2000, p. 19).

A modernização da agricultura no campo tem o discurso do modelo ideal, porém ela deve ser compreendida como uma incursão crescente das inovações tecnológicas e das

transformações da relação capital e trabalho, a qual abrange também as relações sociais, políticas e culturais. Os dados apresentados sobre a produção agrícola compõem uma realidade distorcida do que realmente é, escondendo assim as consequências geradas pelo agronegócio aos biomas, aos trabalhadores e a sociedade como um todo. (MATOS e PESSÔA, 2011).

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnicos-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, ou seja, as empresas rurais. (MATOS, 2012, p. 218).

As consequências associadas à modernização são grandes. Essa nova dinâmica gera modificações no processo de trabalho, como o aumento do desemprego e da terceirização, trabalhos informais, redução do número de trabalhadores com carteira assinada, aumento da precarização do trabalho, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades e, também, destruição e contaminação do meio ambiente, entre outras situações

Na visão do Estado, o agronegócio é o modelo ideal, além de modernizar o campo, o mesmo contribui com o crescimento e com o progresso no campo brasileiro, cooperando com o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) o qual é responsável pelo aumento de empregos e a produção de alimentos.

No Brasil, a modernização iniciou no Sul, nos anos de 1950 e, rapidamente atingiu outras regiões do país. No entanto, todos os investimentos subsidiados pelo governo começaram a gerar lucros após dez anos (MATOS e PESSÔA, 2011). A produção de soja, devido à demanda internacional se expandiu rapidamente ocupando o espaço de diversas culturas tradicionais.

Nem todos os produtores conseguiram (e ainda não conseguem) acessar os avanços técnicos-científicos que subsidiaram a modernização da agricultura brasileira. Esta constatação caracteriza um processo desigual e contraditório, gerando exclusão tecnológica, ideológica, econômica e, sobretudo, social. Matos e Pessôa (2011, p. 297) destacam que “a modernização das atividades agropecuárias visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em conta todas as repercussões sociais e ambientais advindas desse modelo”.

Ao se tratar da modernização tecnológica no campo, as autoras falam que;

[...] com a modernização tecnológica da agricultura, consolidam-se as empresas rurais capitalistas. Com isso, a visão de latifúndio passa a ser coisa arcaica, do passado, enquanto a empresa rural moderna é sinônimo de desenvolvimento do campo e também de modernidade. Da mesma forma *surge* o “novo” personagem: o empresário rural. “Surge”, porque não houve a transformação do camponês no empresário, mas, a sua substituição; em muitos casos pelo homem cidadão. (MATOS e PESSÔA, 2011, p. 301).

Segundo as autoras, ao analisar a trajetória da evolução da modernização da agricultura brasileira, entende-se que para compreender a articulação das políticas públicas é preciso dividir este caminho em três períodos da história: no primeiro momento, que compreende desde 1960 e início de 1980, o Estado cumpriu o seu papel de indutor e financiador da agricultura moderna no país o qual deu o seu apoio máximo com incentivos fiscais e financeiros. Período este reconhecido com a “idade de ouro” para os médios e grandes produtores agropecuários.

O segundo momento da trajetória de modernização compreende a década de 1980, reconhecida por muitos como sendo a “década perdida”. Este fato se deve à escassez de recursos estatal, do capital privado internacional e, do capital privado nacional. Corresponde ao momento em que entrava em ruínas o período da ditadura civil militar (em curso desde 1964) e reiniciava a democracia brasileira, o que de certa forma inviabilizou os incentivos fiscais e financeiros, colocando em crise esta estrutura de modernização em andamento. O terceiro e mais recente momento da agricultura brasileira está diretamente relacionada a reestruturação das políticas agrícolas e a adesão das políticas neoliberais, ocorridas a partir de 1990. Este período marca a retomada aos incentivos fiscais e financeiros integrada ao modelo de produção internacional da agricultura moderna. (MATOS e PESSÔA, 2011)

Segundo as autoras, entre as décadas de 60 e 80, o Estado manteve uma política forte em relação a:

[...] Concessão de subsídios (credito Rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e implantação de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos, ou seja, o Estado promoveu a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária (MATOS e PESSÔA, 2011, p. 302).

Para estas autoras o principal instrumento utilizado para a consolidação da modernização agropecuária brasileira foi o Sistema de Crédito Rural (SNCR). No início da década de 1970 o Estado ampliou o seu instrumento para difundir a agricultura moderno através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A criação

desse órgão foi importante, pois era ela quem coordenava e executava as pesquisas científicas para a agropecuária em todo o território nacional.

O Estado deu incentivos no Cerrado brasileiro para a consolidação da agricultura moderna, segundo de Matos e Pessôa (2011, p. 305) foi através de “incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestrutura, como eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas e construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas. Toda essa direção sucedeu-se na década de 70, com as Políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) a qual fazia parte da estratégia de ocupação econômica.

O Cerrado foi alvo do cultivo de grãos, sobretudo a soja, devido as suas características topográficas climáticas e hídricas. Além dos fatores físicos, o Cerrado é um lugar estratégico para facilitar a logística de escoamento da produção. Para (INOCÊNCIO 2010, p.120) “dentro suas principais ações, para que o capital se expandisse em direção as regiões centrais do Brasil, pode ser destacada: a construção de Goiânia; a expansão do sistema viário e a construção de Brasília”.

No entanto, o Estado, no intuito de facilitar o desenvolvimento da agricultura moderna no Cerrado, criou diversos programas, dentre os quais se destacaram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER).

Segundo Matos e Pessôa (2011), “O POLOCENTRO foi um dos condutores do processo de modernização do Cerrado, responsável por significativo movimento do capital”. Tal programa tinha como finalidade o incentivo para que produtores de regiões Sul e Sudeste migrassem para o Cerrado para desenvolver a produção agrícola moderna. O PRODECER foi criado em 1979, por meio acordo entre Brasil e Japão, tinha como finalidade promover o desenvolvimento agrícola do Cerrado (MATOS e PESSÔA, 2011, p. 306).

Inocêncio (2010, p. 134), destaca que para que ocorresse a execução do PRODECER passaram-se 6 anos, após passar pelas fases de planejamento “Estes anos se subdividiram em estudos preliminares, planejamento da estrutura do projeto, formatação do sistema de financiamento, administração etc., pelos governos e setores privados dos dois países[...]”.

Devido a isso, o PRODECER se desenvolveu em etapas. A primeira, PRODECER I, iniciou-se como projeto piloto em 1980, no estado de Minas Gerais, em uma área com cerca de 58.754 hectares. O PRODECER II, iniciado em 1987, ocorreu na Bahia e região Centro Oeste, implantando projetos nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O

PRODECER III, implantado em 1994, teve como foco ampliar a fronteira agrícola para os estados do Maranhão e o Tocantins. As autoras destacam que;

Tanto o PRODECER quanto o POLOCENTRO objetivaram a incorporação das terras do Cerrado sob os moldes empresariais de produção, com o uso de capital e tecnologia e o direcionamento da produção para as culturas destinadas à exportação e as agroindústrias (MATOS E PESSOA, 2011, P. 307).

Em relação à produção agrícola, a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, ficou marcada pela redução dos investimentos governamentais em detrimento da expansão empresarial e também pela instabilidade econômica a qual foi batizada como a “década perdida”.

Na década de 1980, os Estados Unidos era conhecido como “a cesta de pão do mundo” e era também o maior exportador de cereais ao Japão, com a queda de produção do trigo e da soja, houve um aumento dos preços dos produtos, devido os seus produtos regularem o mercado mundial, através desse acontecimento os japoneses ficaram com medo de faltar alimento em seu país, começaram a buscar outras alternativas. (INOCÊNCIO, 2010)

Já no Brasil na década de 1990 houve uma nova reestruturação nos instrumentos da política agrícola brasileira a qual concentrou o crédito rural nos programas de suporte à comercialização, melhorando o sistema de transporte e armazenagem em detrimento de outros setores. Mesmo com essa redução do crédito rural o Estado não desamparou esta atividade nos últimos 20 anos e o mesmo se reorganizou e estimulou as atividades por meio de “financiamentos para investimentos e custeio a juros baixos, aumento de carências, renegociação de dívidas e aumento de prazos” (MATOS E PESSÔA, 2011, P. 308).

No Século XXI, por intermédio de parcerias públicas e privadas, surgiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva. O PAC tem como objetivo;

Investir na construção de infraestrutura logística (construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, e hidrovias); energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis) e social e urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos, para assim estimular o investimento do setor privado, reduzir as desigualdades regionais, aumentar a competitividade e a produtividade das empresas (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 310-311).

Formou-se um pacto entre os governantes brasileiros e o agronegócio. Matos e Pessoa (2011, p. 311) destacam que isso é perceptível “nas políticas públicas dos investimentos na

agricultura empresarial e nas parcerias estabelecidas entre Estado e agronegócio”. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) pode notar-se as alianças feitas com o agronegócio para dar continuidade ao crescimento desta atividade, em detrimento de uma concretização eficiente da reforma agrária.

O termo agronegócio surgiu no Brasil na década de 1990, sendo divulgado pelo governo e pela mídia com um “ar” de moderno, novo, considerado como sinônimo de progresso e produção. No entanto, esse progresso e produção está nas mãos de poucos, ou seja, ele produz para quem paga mais. Esse termo é usado para destacar as grandes propriedades modernas, as quais se trabalham com a monocultura através de tecnologias avançada e pouca mão-de-obra. Grande parte desta produção é voltada para o exterior ou para às agroindústrias, que por sua vez, também tem no exterior um importante mercado consumidor.

O modelo do agronegócio se baseia em renda e lucros exorbitantes, sendo este, oposto da produção camponesa, a qual tem como principal referência à família, a terra e o trabalho ambos em pequena escala. Tendo como base o agronegócio as autoras destacam que;

O agronegócio tornou-se uma espécie de ‘ouro verde’ para o governo, visto que contribui de forma significativa para a superávit da balança comercial. O Brasil é um dos líderes mundiais em produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro em produção e exportação de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera as vendas de soja, milho, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. No que se refere a soja, o Brasil ostenta o segundo lugar na produção, perdendo apenas para os Estados Unidos (MATOS E PESSÔA, 2011, p. 312).

O agronegócio, tem total apoio do Estado, obtendo assim grandes investimentos governamentais. Matos e Pessoa (2011, p. 313) destacam que, “o agronegócio foi se alastrando no campo brasileiro, ‘disputando’ territórios produtores de culturas alimentícias, expulsando camponeses do campo e/ou explorando a força de trabalho deles ou manipulando a sua produção”.

2.3- A produção agrícola moderna no município de Porto Nacional – TO

Devido à dificuldade de encontrar material que fala detalhadamente sobre a modernização agrícola no município de Porto Nacional-TO, justifica-se a utilização de

citações da dissertação de mestrado do ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro Rocha, intitulada de “O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional-TO”. Defendida no ano de 2015.

O Estado foi o responsável pela inserção da modernização agrícola no município de Porto Nacional – TO. Isso ocorreu por meio da instalação, em 1968, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), na qual faziam parte do quadro de funcionários técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários, os quais prestavam assistência técnica aos agricultores e pecuaristas no município e nas regiões adjacentes. (ROCHA, 2015)

Segundo Rocha (2015), até o ano de 1968 ainda não existiam máquinas nas lavouras do município, o que tinha era apenas arado com tração animal. Através da ACAR-GO iniciou-se a implantação de formas mais modernas de cultivo e também o estímulo para a aquisição de maquinário para a lavoura. Além desses incentivos a associação se responsabilizava por desenvolver projetos para aquisição de cartas de crédito rural para fins de subsídios da modernização da agricultura no município de Porto Nacional.

Colaborando com as ações da ACAR-GO, ocorreu a implantação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), que compreendeu o programa que mais se destacou no apoio ao acesso de financiamento agropecuário, o qual tinha como objetivo a organização e modernização das propriedades rurais. Uma das vantagens principais do PROTERRA era que os produtores tinham um prazo de doze anos para quitarem suas dívidas e dois anos de carência (ROCHA, 2015).

A ACAR-GO funcionou até 1974 e foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Goiás (EMATER) no ano de 1975. Rocha (2015, p. 70) acrescenta que após a instalação da EMATER no município “começa a transição de uma pecuária em larga escala, em meados da década de 1970, quando produtores locais e migrantes iniciam a produção de arroz sequeiro em escala comercial”. Neste período existia apenas um produtor que manuseava maquinário na produção agrícola, os demais produtores utilizavam serviços manuais para produzir. Em 1975 a EMATER iniciou a implantação da modernização na produção de arroz consorciado com capim em uma área de 50 hectares, a qual serviu como área experimental. (ROCHA, 2015)

Em 1976 surgiu um segundo produtor de arroz, o Sr. Deijaime Aires, e este começou através da influência da EMATER, obtendo para sua propriedade três tratores e uma colheitadeira. Nessa propriedade tinha cerca de onze a quinze homens prestando serviço. Em 1977 em Porto Nacional já se encontrava uma estrutura de produção de arroz sequeiro bem

organizada. Através da intervenção da EMATER e, o sucessivo crescimento no cultivo e no manejo da cultura do arroz sequeiro, Porto Nacional passou a ser constituir um centro atrativo para produtores de diferentes regiões do Brasil. (ROCHA, 2015).

Antes de ser implantado a produção de arroz em escala comercial predominava a agropecuária extensiva, onde o gado era criado solto. Rocha (2015, p.73) relata que houveram alguns conflitos entre os produtores de arroz e os criadores de gado, pois “[...] as áreas de pastagens geralmente se estendiam entre os municípios, sendo que na época havia pouco ou nenhum cercamento das terras e, a invasão das lavouras pelo gado eram constantes”.

No ano de 1966 foi fundada a Cooperativa Agro-pecuária Portuense Ltda denominada (CAPPOL). Onde tinha como atividade inicial a venda de ferragens e objetos em geral e, posteriormente passou a ser referência para a produção agrícola. Rocha (2015, p. 74) destaca que “com a construção dos primeiros silos de armazenagem a CAPPOL se tornou um dos mais importantes polos de recebimento de arroz no norte de Goiás, operando com grande escala de comercialização entre 1970 a 1984”.

Através da criação da Cappol, o município de Porto Nacional ganhou um destaque respeitável no antigo Norte Goiano e nos municípios próximos, pois segundo Reinaldo esta cooperativa representava de forma “direto ou indiretamente na época, um desenvolvimento na região, pois seus sócios eram praticamente 100% proprietários de terras e lidavam com a agricultura e pecuária”. (REINALDO, 2016. p. 110)

Em 1981 começou a surgir plantação de soja no município e com a decadência do mercado do arroz, no ano de 1984, alguns produtores passaram a produzir soja. No entanto, segundo Rocha (2015, p. 75) “a produção de soja neste município tem um início bastante incipiente e envolta nos mesmos problemas da produção de arroz, com um agravante, pois a comercialização era feita em Anápolis-GO [...] aumentando o custo da logística e diminuição da qualidade do produto”.

Essa fase inicial da produção de soja apresentou algumas dificuldades. Para Rocha (2015, p. 76) os fatores que levaria esta estagnação seria especialmente “ a) falta de variedades de sementes próprias para o solo, b) falta de empresas de originação de soja, c) falta de regulação de preços, d) produção em modo convencional, e) desestímulo com quebras de nas safras”.

Na década de 1990 há um crescimento de áreas com produção de soja, que, segundo Rocha (2015) esse aumento é resultado da decadência da produção de arroz na metade de

1980. Porém no ano de 2000 as áreas colhidas reduziram bastante, pois existiam fatores negativos que tornavam a produção de soja pouco rentável.

Em meados de 2000 tem-se uma nova fase de crescimento das áreas de plantio de soja no município de Porto Nacional, que para Rocha (2015, p. 77) foi motivada “pela chegada de empresas de originação de soja e migrantes de origem sulista, especializados na produção”. A maior parte das empresas instaladas em Porto Nacional são formadas por capital estrangeiro e algumas delas são brasileira com capital estrangeiro.

Ao se tratar da instalação dessas empresas no município de Porto Nacional, Rocha (2015, p. 82) descreve que “essas empresas estabelecem monopólio sobre o território utilizando-se de estratégias corporativas para poder desenvolver suas atividades, uma vez que a legislação brasileira restringe a aquisição de terras por estrangeiros”. Fatores físicos também contribuem para a expansão da soja no município como a topografia e a localização das terras.

Devido a expansão da produção de soja o preço das terras no município se valorizou consideravelmente. Rocha (2015, p. 84) revela que “Essa estruturação territorial para produção de soja por empresas de originação, insumos, maquinário, transporte, assistência técnica, genética e instituições de ensino tem impactado o meio rural e a área urbana portuense.

Grande parte dessas empresas instaladas em Porto Nacional e nos municípios adjacentes, possuem apenas o escritório de representação montado no município, onde eles fornecem máquinas e insumos agrícolas, assistência técnica e compram a produção.

No ano de 2010, começou a se instalar em Porto Nacional, em maior quantidade, as empresas de implementos agrícolas. Tanto o aumento da área de produção quanto da safra tem atraído essas empresas a se instalarem neste município, localizando-se, principalmente às margens da TO-050.

Um das justificativas do porquê que o município de Porto Nacional está se transformando em um polo atrativo para a expansão do agronegócio, segundo Rocha (2015, p. 97) é “a proximidade com a capital, Palmas, e a possibilidade de abertura de mais áreas para produção de soja”. Outras empresas afins estão sentindo também o efeito dessa expansão econômica como hotelaria, restaurantes, postos de combustíveis, oficinas mecânicas, retificas, entre outras.

Ao se tratar das empresas que estão se instalando no município de Porto Nacional, Rocha (2015, p. 97) fala que:

Outro ramo de atividade que vem dando suporte na produção de soja em Porto Nacional é a de pesquisa e desenvolvimento de sementes certificadas, por meio de melhoramento genético. Com isso têm por finalidade fazer com que certa cultivar tenha maior adaptação às condições locais de solo, clima, etc. aumentando a sua produtividade.

Há dez anos essas empresas vêm se instalando no município, sendo que, algumas delas utilizam áreas de soja de produtores para realizar experimentos. Todas elas são empresas multinacionais, oriundas dos Estados Unidos, Alemanha, Argentina e África do Sul, as mesmas chegaram no período de 2006 a 2012. (ROCHA, 2015).

Rocha (2015) aponta em sua pesquisa que grande parte dos produtores de soja de Porto Nacional tem como origem familiar os estados do Sul do país, sendo a grande parte deles do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que estavam produzindo na Bahia e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na justificativa desta constatação o autor fala que

São famílias que se deslocaram nos anos de 1970, por ocasião dos programas oficiais de colonização, ou nos anos de 1980 e 1990, inseridos nas colonizações privadas, ou, mais recentemente, atraídos pela rentabilidade da lavoura para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e que agora se deslocaram em direção a esta fronteira agrícola. (ROCHA, 2015, p. 99).

O autor destaca que com “a chegada desses produtores, vem ocorrendo, novamente, um efeito de distinção entre o que é local e o que é de fora no contexto da produção agrícola”. Esta chegada nem sempre é harmoniosa, muitas vezes gera conflitos pois “de um lado estão aqueles que se movimentaram em direção à modernização, ampliação da monocultura e do capital, os denominados modernizadores, e de outro, aqueles que pensam a terra como parte de si mesmo, como necessário à sua existência e apenas para o consumo” (ROCHA, 2015, p. 101).

Em sua pesquisa Rocha (2015, p. 102) mostra que ao se tratar dos produtores de soja em Porto Nacional, nota-se que não existem naturais de município. “Os sojicultores, neste sentido, são diferenciados da população local, pelo fato de saberem que, quem produz soja não é portuense”. Assim sendo, a produção de soja neste município se distingue não só pelos fatores econômicos, mas também do fator sociocultural o que tange a fisionomia e os traços culturais.

Diante disso, o capítulo subsequente (III) faz-se uma análise da produção camponesa no Projeto de Assentamento Pau D’arco, o (re)Assentamento Flor da Serra e Comunidade

Camponesa Taboquinha, e discute sobre a produção e as dificuldades que as famílias vêm enfrentando para se manter na unidade produtiva.

CAPÍTULO III – TIPIFICAÇÃO DOS CAMPONESES EM PORTO NACIONAL-TO, DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS

Desde o regime fundiário Colonial até a implantação da Lei de Terras instituído em 1850, no regime fundiário Imperial, atribuía-se o direito à terra no Brasil pelo seu caráter produtivo assim como pelo domínio da força de trabalho escravo. Esta proposição nos orienta

ao pensamento de Martins (1986, p. 03) de que “o país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. Para ele, o cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.

A Lei de Terras de 1850 preconizava o acesso à terra pela compra, um fato totalmente diferente ao período que precede esta data, tornando impossível o direito de um grande contingente populacional de camponeses que viviam sob processo de exploração da sua força de trabalho nas imensidões territoriais dos latifúndios. O que compreende as questões agrárias no Brasil está estritamente relacionado a estrutura fundiária e, isto quer dizer, o direito de propriedade, de posse ou de uso da terra. Tais implicações são, portanto, determinantes do processo histórico do que podemos definir por reforma agrária brasileira.

Foi, portanto, na crise dos latifúndios nordestino, iniciados desde a segunda metade do século XIX e agravados a partir da década de 1930, com a desvalorização dos derivados da cana de açúcar que seus respectivos proprietários, numa tentativa de garantir a renda da terra, concederam o seu uso em forma de arrendamento para às famílias de trabalhadores destes canaviais. O processo de nacionalização da economia, impulsionado pelos subsídios estatais no governo Vargas e posterior subsídios estrangeiros após 1945, a terra dos latifúndios arrendada foi requerida aos seus donatários, negando o seu uso pelo grande contingente de camponeses arrendatários.

Instaura-se uma crise conjuntural pelo acesso à terra no Brasil por parte das famílias camponesas em consequência destes requerimentos e reafirmação dos domínios de propriedade. Em razão desta negativa de permanecerem na terra para garantia da sua reprodução social que se inicia uma forma organizada de contestação da concentração fundiária. Trata-se das Ligas Camponesas, que conforme aqui descrito, compreende um movimento de camponeses expulsos da terra que objetivavam lutar de forma organizada contra o processo de reintegração de domínio (agora subsidiados pelo capital estatal e estrangeiro, para fins de produção de monocultivos) e, formar a possibilidade de (re)entrar na terra. Esta forma de organização de luta tornou-se uma característica peculiar, não só à região nordeste, mas também às demais regiões do Brasil.

As Ligas camponesas passaram a ser reconhecida como sinônimo de rebeldia, porém de grande representatividade. Suas reivindicações resultaram na compreensão da necessidade de assegurar por parte do Estado, o cumprimento da função social da terra. E, certamente, mesmo compreendendo que o Estatuto da Terra de 1964 que trata sobre os direitos e

obrigações dos imóveis rurais para fins de reforma agrária e política agrícola no Brasil, ter sido fundamentado a partir de propostas de projetos que contemplassem os interesses da burguesia agrária, ele também é resultante desta luta de camponeses pelo direito de acesso à terra.

O período histórico que retrata o golpe civil militar no Brasil (1964-1985) representou a contramão da reforma agrária que deveria ser colocada em curso pelo Estatuto da Terra. Na verdade, tais propostas foram abandonadas para implantar um grande projeto de concentração fundiário por todo território nacional. Trata-se da formação de latifúndios com subsídios estatais para cumprimento do Programa de Integração Nacional (PIN), através das Superintendências de Desenvolvimento (SUDAN, SUDENE, SUDECO, SUDESUL) por todas regiões do Brasil. O quantitativo da produção destes latifúndios serviriam para subsidiar com matéria prima tanto o setor industrial brasileiro quanto e principalmente o estrangeiro.

O projeto de subordinação da agricultura brasileira à indústria nacional e internacional compreenderia o fim de formas não capitalistas de produção como os das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) e camponesas. Porém, a descontinuidade dos subsídios financeiros no início da década de 1980 revelou imediatamente um aumento significativo de trabalhadores da terra lutando para entrar e/ou para permanecer na terra de trabalho e, contra a concentração fundiária da terra de negócio. O processo de redemocratização brasileiro ocorrido na metade da década de 1980 evidenciaram um grande contingente populacional de camponeses requerendo o que preconizava o Estatuto da Terra, ou seja, a garantia do acesso à terra, condicionada pela sua função social.

Na Constituição de 1988 foi assegurado como dever do Estado a condição de promover e criar condições de acesso à terra pelas famílias de trabalhadores rurais, de preferência nas regiões onde historicamente habitavam. Esta proposição colocou lado a lado interesses antagônicos de classes sociais distintas. E certamente ocasionaram grandes conflitos por todo território nacional, haja visto que os “proprietários de terras” lutavam para assegurar seus domínios e, inclusive ampliá-los, enquanto que as comunidades tradicionais requeriam suas áreas griladas pelos primeiros e, as famílias camponesas lutando pelo direito de acesso e permanência na terra.

Os Projetos de Assentamento no Brasil foram então colocado em curso com mais efetividade a partir da década de 1990, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso e também Luís Inácio Lula da Silva. Tais situações foram mais facilitadas devido à crise instaurada no latifúndio devido à restrição do processo de financeirização e concessão de

subsídios estatais para estes. A aquisição de terras para fins de reforma agrária compreende a transferência de domínio de uma respectiva área para o Estado, quando detectada como improdutivo. Tais processos de aquisição se dá principalmente por desapropriação e sua finalidade é o cumprimento da função social da terra. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a instituição governamental responsável por estes procedimentos.

Desta forma, após reconhecer o imóvel rural como improdutivo e de interesse público para fins de reforma agrária, é publicado um decreto presidencial que declara a propriedade como de interesse social. O caráter de desapropriação compreende a compra da propriedade e, seu pagamento se dá por Título da Dívida Ativa (TDA) para à fração natural da propriedade e, em dinheiro para as áreas “beneficiadas”, ou seja, para as áreas transformadas pela atividade humana.

A partir desta condição o INCRA se responsabiliza de proceder a divisão parcelar da área orientado pelo seu caráter produtivo e ambiental e, realiza um processo de cadastramento e seleção das famílias a serem assentadas. Conforme descrito anteriormente a estrutura fundiária para uso e ocupação de terras no Brasil compreende três características básicas: o direito de propriedade, a posse e o uso da terra. Como as áreas destinadas aos Assentamentos corresponde ao processo de desapropriação de grandes áreas particulares e conseqüente transferência de domínio para o Estado, na fase inicial de implantação e, por um longo período (décadas) os camponeses selecionados recebem o Direito de Concessão de Uso e, o direito de propriedade somente é aferido com o processo de titularização.

No Tocantins essa realidade não foi diferente, nesta propositura segue as análises da dinâmica produtiva e das dificuldades que envolvem as comunidades camponesas do projeto de assentamento (PA), Pau D’arco (re) assentamento da usina hidrelétrica de Lajeado, Flor da Serra e da comunidade camponesa Taboquinha.

De acordo com a secretaria de Produção e Desenvolvimento Econômico Municipal (quadro 01), existem no município de Porto Nacional 38 comunidades rurais, sendo 09 Assentamentos criados pelo Incra, 07 Comunidades formadas através do Credito Fundiário, 14 comunidades formadas por meio de Associações locais e 08 projetos de Reassentamento formados pela Ivestico, totalizando 1.057 famílias camponesas.

Quadro 1: Comunidades Rurais existentes no Município de Porto Nacional-TO

Forma de Acesso a Terra e Regulamentação	Nº de Comunidades	Nº de famílias
Assentamentos – Incra	09	339

Crédito Fundiário - Crédito Fundiário	07	107
Comunidades rurais – Associações	14	308
Reassentamentos - Investco	08	303
Total	38	1.057

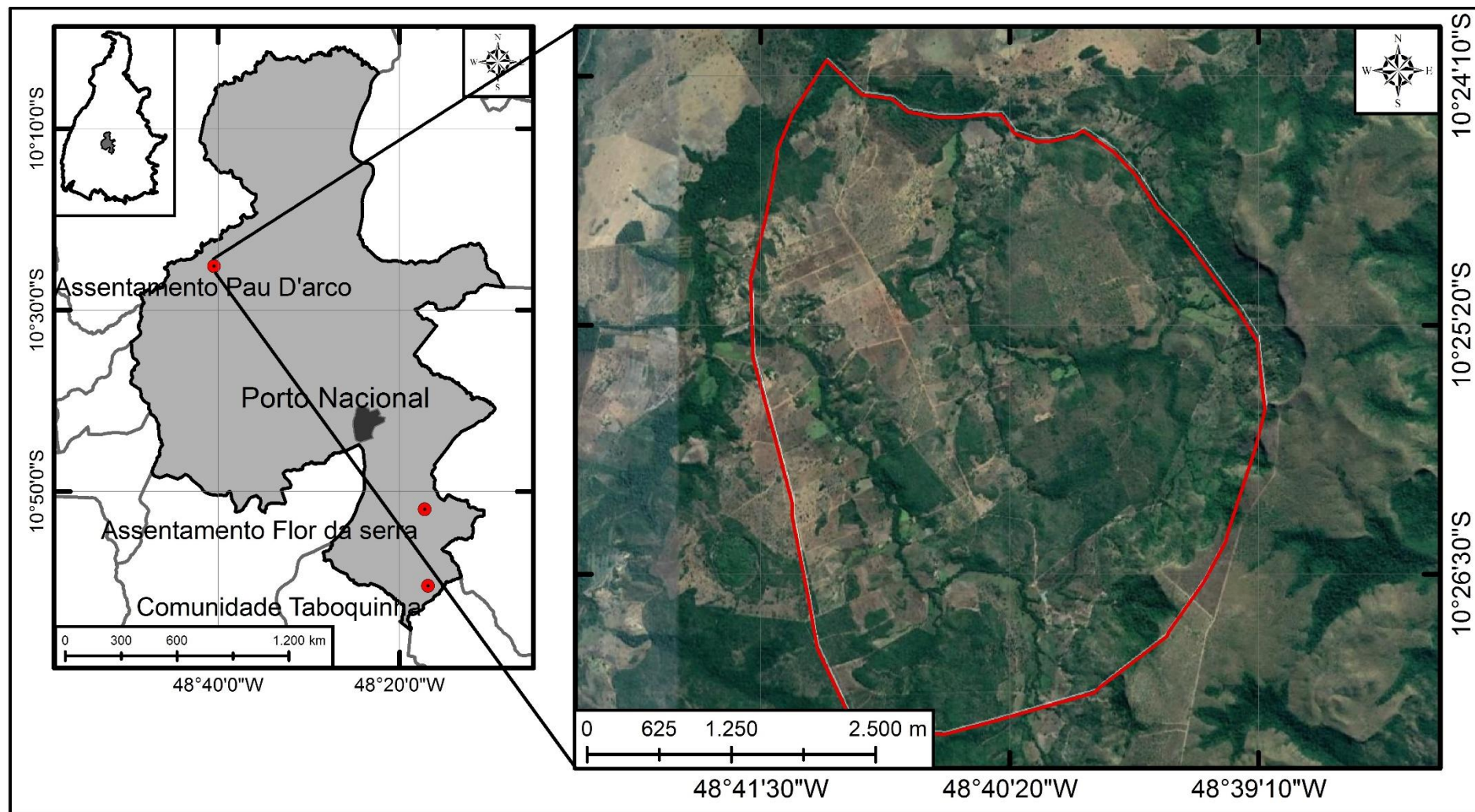
Fonte: Secretaria de Produção e Desenvolvimento Econômico do município de Porto Nacional, adaptado por Cunha, E. R.,2018.

3.1 Uma descrição histórico-geográfico do Assentamento Pau D'arco

O Projeto de Assentamento (PA) Pau D'arco (mapa 01) se origina da desapropriação de uma fração de terras da fazenda Paraíso II no município de Porto Nacional, em outubro de 2000. Está localizado na região noroeste deste município e, distante 87 quilômetros da sua sede. Compreende uma área de 1.526,63 hectares declaradas de interesse social para fins de reforma agrária, prevista nos termos dos artigos 18 e 20, inciso VI da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 e, artigo 20 da Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.

O INCRA, após publicado o decreto de desapropriação desta área, através da sua Superintendência Regional (SR) no estado do Tocantins requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) licença prévia de viabilidade ambiental objetivando a criação do Projeto de Assentamento denominado Pau D'arco com finalidade de assentar 45 famílias camponesas cadastradas no seu banco de dados de trabalhadores da terra que encontravam-se ociosos - principalmente no município de Porto Nacional-TO - do direito de exploração de unidades produtivas, estando estes na sua maioria na periferia da sede deste município e, municípios circunvizinhos.

Mapa 1 – Localização do Projeto de Assentamento (PA) Pau D'arco



Organização: Cunha, E. R.. Elaborado por Cardoso, G. em maio de 2018

Os estudos realizados pelos técnicos da Unidade Executora (UE) do INCRA em Porto Nacional no ano que antecede a criação do PA Pau D'arco quanto a viabilidade econômica, social e ambiental do assentamento conduziram-se pela compreensão de destinar 1.125 hectares para formação de 45 unidades produtivas, com dimensões média de 25 hectares e, 400 hectares para composição da Reserva Legal (RL) e formação de agrovila, ambos de interesse e uso coletivo. Desta maneira, desde o ano 2000 os camponeses foram orientados a ocuparem as parcelas sorteadas, local que nos reportamos para coleta de dados tanto da terra de trabalho, quanto da composição familiar, assim como da força de trabalho empregado na produção de excedentes.

Para análise e compreensão da dinâmica produtiva e dificuldades enfrentadas pelos camponeses das unidades produtivas no PA Pau D'arco foram aplicados 30 questionários para famílias distintas e ocupantes de suas respectivas parcelas. Tais questionários pretendiam diagnosticar as realidades e contradições vivenciadas neste assentamento, desde sua criação, no ano 2000, o que compreende um tempo histórico de 18 anos até os dias atuais. Além desta ferramenta metodológica foram realizadas entrevistas com diversos dos camponeses que participaram dos questionários aplicados. A escolha para as entrevistas se dava aleatoriamente, desde quando havia entendimento de um interesse espontâneo de relatar sobre experiências individuais ou coletivas vivenciadas dentro e fora do PA.

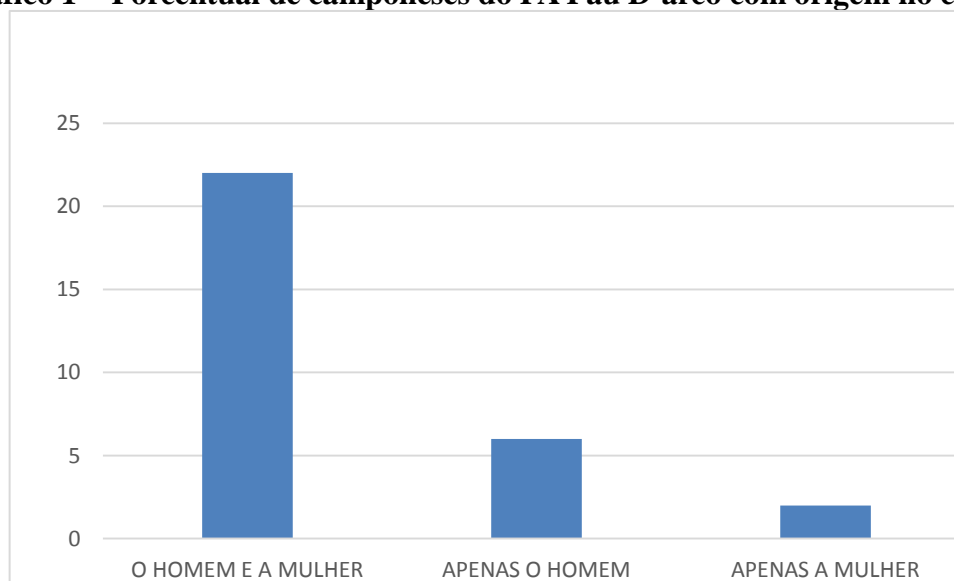
Inicialmente os dados exibidos nos questionários aplicados apresentam uma relevância quanto à origem das famílias camponesas ocupantes das unidades produtivas no PA Pau D'arco. Todas famílias assentadas à princípio, estavam em municípios do estado do Tocantins. Este fato é revelador de dois elementos importantes a serem analisados: a primeira situação compreende uma demanda por terras para o cumprimento da função social no estado do Tocantins e, esta é uma realidade do Brasil, mas sobretudo da região Norte: a segunda situação e talvez a mais importante está diretamente associado a proximidade da moradia anterior destes camponeses em relação ao assentamento formado. Assentar camponeses nestas condições implica diretamente em um tempo maior de permanência nas unidades produtivas, por caracterizarem alguns elementos importantes no imaginário destes como de identidade e de pertencimento.

Esta última situação fica bem evidenciada com relação a localização do PA Pau D'arco, em Porto Nacional. Ele está distante a mais de 80 km da sede do seu município e, 23 km e 50 km da sede de Pugmil e de Paraíso do Tocantins respectivamente. Mesmo estando

em um determinado município as famílias camponesas assentadas possuem uma interação maior com os municípios vizinhos. Estas relações não se restringe tão somente a compra e a venda de produtos necessários para sua reprodução social, mas relações culturais, como os festejos, a arte, a culinária, dentre outros. O deslocamento para a sede do seu respectivo município ocorre em predominância quando, por necessidade, precisam resolver questões de ordem burocrática, seja ela na prefeitura, em cartórios, associação, ou, por questões de saúde.

Outro fato relevante consiste nas relações de trabalho e de existência que estas famílias possuem com a terra. Conforme o gráfico 01 a seguir dos 30 entrevistados, 22 delas, ou seja, 73,3% delas relataram possuir na suas histórias de vida um vínculo direto ou indireto com a terra. Isso quer dizer ao se cadastrarem junto ao INCRA para requerer o direito de exploração de uma parcela de terras destinadas à reforma agrária, estes camponeses estavam conferindo o que Martins (1995) e Oliveira (2001) afirma em que os camponeses no Brasil são constantemente expulsos da terra de trabalho, porém e, insistentemente continuam lutando para (re)entrar na terra e nela permanecer.

Gráfico 1 - Porcentual de camponeses do PA Pau D`arco com origem no campo



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Os camponeses oriundos da cidade, nem sempre possui o perfil de trabalhadores do campo. Portanto, são eles os mais suscetíveis ao abandono das unidades produtivas, haja visto que a lida cotidiana com a terra de trabalho requer destes um esforço superior às atividades desenvolvidas na cidade. Não queremos aqui dizer que este camponês que se inscreveu junto ao INCRA solicitando uma parcela de terras para exploração familiar não seja capaz de

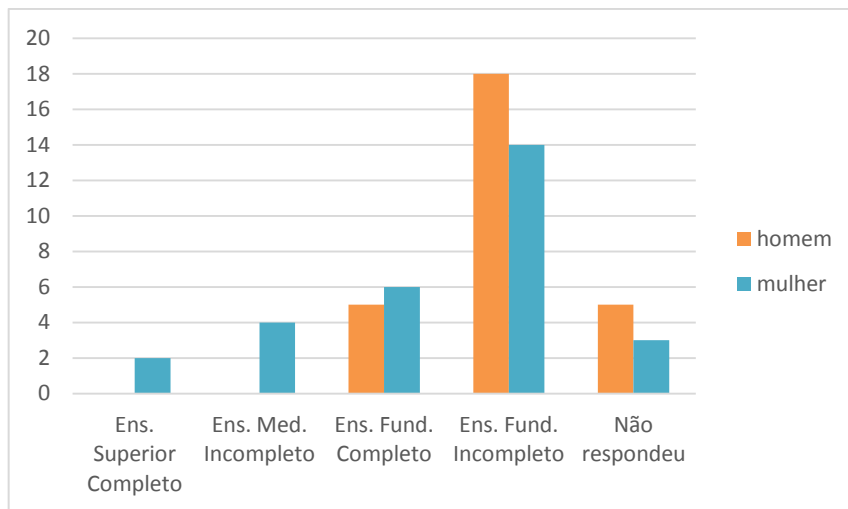
garantir na terra a sua reprodução social e cultural. O que de fato entendemos é que constitui-se um processo mais lento devido à necessidade de adaptação a esse novo modo de vida e, isso, certamente influencia na permanência ou no abandono da unidade produtiva.

A média de idade dos entrevistados corresponde a 54 anos de idade para os respectivos chefe de família. Este dado é revelador do processo de envelhecimento conferidos especialmente à estes integrantes das famílias. Esta situação é consideravelmente esclarecedora do processo migratório de jovens dos assentamentos no sentido dos espaços urbanos ou, de outros assentamentos em formação. Somente é possível compreender essa lógica quando consideramos os fatores internos e externos que favorecem a saída dos jovens dos assentamentos. Nesse sentido, o caráter indivisível da unidade produtiva, principalmente condicionado pelo nível de fragilidades do solo e também pela extensão (25 hectares) da unidade familiar, assim como pelos fatores de atração presentes em predominância no espaço urbano, como por exemplo, oferta de emprego, formação educacional, dentre outros, são de fato os responsáveis por estas constatações.

Outro dado bastante contundente consiste no percentual de matrimônios para estes entrevistados. Dos 30 chefes de famílias que responderam ao questionário 25 deles estão casados, ou seja, 83% destes estão em condições de união estável. Dentre os demais 3 são viúvos e 2 divorciados. Entendemos que essa realidade não corresponde à realidade dos espaços urbanos e, talvez, nem represente toda realidade de outros assentamentos. Porém, esta condição matrimonial é reveladora da tipificação do camponês. O trabalho executado na unidade produtiva se define majoritariamente pela ocupação de todos integrantes da família, exprimindo uma relação de trabalho não assalariada, porém necessária para composição da renda familiar, a partir de uma relação de produção de excedentes, o que contraria a ideia de que a agricultura camponesa é somente produtora de subsistência.

Quanto a escolaridade das famílias assentadas conforme o Gráfico 02, das 30 famílias entrevistadas nenhuma delas se declararam analfabetas, devido muitas delas morarem na área urbana antes de serem assentadas onde o ingresso à escola é mais acessível. A variável que se destaca compreende o percentual de camponeses chefes de família com o ensino fundamental incompleto, no qual 18 homens e 14 mulheres possuem esse grau de escolaridade. O gráfico também revela quanto a variável nível de escolarização, o que compreende uma relação de proporcionalidade inversa, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor é o número de camponeses com grau de escolaridade correspondente.

Gráfico 2 Nível de escolaridade de camponeses do PA Pau D'arco



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Esta relação é certamente um reflexo de toda realidade do nosso país e, nem sempre corresponde à realidade dos assentamentos rurais. No PA Pau D'arco o processo de escolarização da comunidade parece nos uma tomada de consciência coletiva e, certamente é significativo nas decisões para geração de emprego e renda de cada unidade produtiva. Assim também compreendemos a persistência na formação educacional das chefes de famílias. Das entrevistadas somente mulheres concluíram o ensino médio e ensino superior. 04 mulheres concluíram o ensino médio e duas o ensino superior. Estas últimas trabalham na escola da comunidade, onde uma é professora e a outra ocupa o cargo de diretora.

A Escola Pau D'arco (figura 01 e 02) cuja responsabilidade pelo funcionamento é do município de Porto Nacional foi fundada no ano de 2012. Antes da construção da escola as aulas aconteciam na antiga sede da associação. Segundo a diretora da escola, Sra. E. G. M., a escola funciona em dois turnos (matutino e vespertino) oferecendo à comunidade do PA e também para comunidades próximas desde a educação básica infantil ao ensino fundamental, em turmas multisseriadas. Pela manhã recebem alunos até o quinto ano e no período da tarde do sexto ao nono ano. Atualmente a escola atende 34 alunos, sendo que 18 destes são da comunidade. O deslocamento destes alunos até a escola é realizado por transportes escolar no período matutino e vespertino. O quadro de funcionários da escola é composto por 07 servidores, sendo que 05 deles residem na comunidade, 01 na cidade de Paraíso do Tocantins e outro na cidade de Pugmil.

Figura 1- Escola Municipal Pau D'arco

Fonte: Cunha, E. R., – maio de 2018

Figura 2 – interior da Escola Pau D'arco

Fonte: Cunha, E. R., 2018– maio de 2018

Muitos dos alunos que concluíram o ensino fundamental e querem dar continuidade aos estudos sentem a necessidade de ter que se mudar para sede dos municípios próximos, haja visto que não existe oferta tanto para o ensino médio quanto para o ensino superior. Uma alternativa que tem despertado interesse para os jovens estudantes deste PA compreende a oferta do ensino fundamental e do ensino médio profissionalizante integrado aos cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Agroecologia pela Escola Família Agrícola (EFA) localizado à 5 km da sede do município de Porto Nacional.

Na comunidade há dois jovens que concluíram o curso de Técnico em Agropecuária na EFA, um deles tem a intenção de mudar para a cidade em busca de emprego na sua área de formação, já a outra pretende continuar na comunidade onde a mesma exerce o cargo de secretaria na escola local e dá auxílio técnico aos moradores da comunidade.

A participação das famílias em atividades sociais é voltada sobretudo para a igreja (figura 03 e 04) e associação. Os encontros semanais dos camponeses ocorrem nesses dois ambientes. Até o momento, apenas a igreja evangélica está em uso e, a igreja católica encontra-se em construção.

Figura 3 – Igreja Assembleia de Deus

Fonte: Cunha, E. R., maio de 2018

Figura 4 – Igreja Católica em construção

Fonte: Cunha, E. R., maio de 2018

As representações coletivas da comunidade ocorrem por meio de duas associações. A primeira associação foi fundada em 2001, tem como presidente o Sr. I. P. dos S. que exerce o mandato desde 2006. Os encontros na associação da comunidade ocorrem uma vez a cada último domingo do mês. A associação possui 47 sócios que pagam uma taxa de cinco reais mensais que é usada para pagar as despesas da mesma. A segunda associação foi fundada em 2010. Ela não possui sede própria e por isso os encontros ocorrem mensalmente na residência do presidente, Sr. Raimundo Pinto da Silva. Esta associação possui 27 sócios.

Ambas as associações têm como objetivo servir seus integrantes em busca de causas comuns, além de reunir esforços para reivindicar melhorias para a comunidade desenvolvem interesses coletivos de trabalho visando a melhor qualidade de vida e desenvolvimento social e econômico para a comunidade.

Segundo presidente da primeira associação Sr. I. P. dos S., através da associação a comunidade já foi beneficiada com cursos de capacitação na área de manejo da produção, cursos de artesanatos para a complementação de renda e curso de preservação dos recursos hídricos. Nota-se através da fala de seu representante que existe uma preocupação com a preservação ambiental de todo projeto de assentamento em que estão inseridos. Segundo ele,

Todos nós da comunidade somos muito preocupado com a questão ambiental. Aqui nós fazemos de tudo para evitar queimadas e estamos sempre trabalhando em busca de preservação. Isso é bom não só para nós; é bom também para as gerações futuras. (Sr. I. P. dos S., entrevista realizada em 11/06/2018)

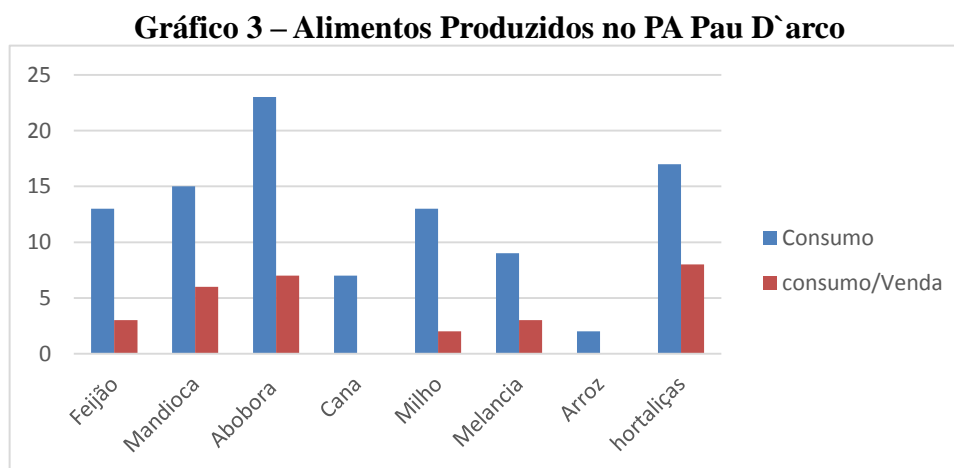
A Associação Pau D'arco (figura 05) presidida pelo senhor I. P. dos S. possuía o direito de exploração de uma área no PA Pau D'arco de 50 hectares para uso coletivo de seus associados.



Esta área compreendia a mesma dimensão de duas unidades produtivas e sua exploração somente era permitida mediante assembleia dos membros associados.

O primeiro plantio coletivo ocorreu no ano de 2003 onde foi cultivado mandioca e melancia. Todas as etapas, desde a limpeza da área, o plantio, a manutenção e a colheita foram realizadas coletivamente. A comercialização destes gêneros alimentícios se deu através da associação e, seu lucro foi dividido entre os sócios. Porém, sob relato do seu presidente em função da ocorrência de desentendimento entre os sócios a produção coletiva foi suspensa e a área destinada para o assentamento de duas famílias.

Em relação a plantação (gráfico 03), foi perguntando o que se planta para o consumo familiar e o que é destinado para a venda. Das trinta famílias entrevistadas, foi possível notar que plantam alimentos de ciclos curtos como o feijão que é cultivado em 16 destas propriedades onde todas plantam para garantia do consumo familiar e, destas 03 propriedades são produtores de excedentes. A mandioca é cultivada em 21 das propriedades analisadas. Na mesma situação analisada para o feijão, em todas estas propriedades sua produção se destina ao consumo familiar e somente 06, após beneficiar a mandioca e transformá-la em farinha, agregando valor à este produto é comercializado principalmente nos mercados regionais (feiras e comércio).



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

A abobora (figura 09) é produzida por todas as famílias nas suas unidades produtivas e, somente 07 dessas famílias comercializam seu excedente. A cana (figura 07) é plantada em 07 e o milho (figura 06) em 15 propriedades. Esses alimentos, segundo os assentados, geralmente são usados para o consumo da família e dos animais (bovino, aves e suínos). A melancia é cultivada em 12 unidades pesquisadas e, somente 03 destas famílias

comercializam seu excedente produzido. O arroz foi declarado somente por 02 famílias como uma prática comum de cultivo nas suas respectivas unidades produtivas. A produção desta cultura é somente para o consumo.

Figura 6– Plantação de milho



Fonte: Cunha, E. R.– maio de 2018

Figura 7 – Plantação de Cana



Fonte: Cunha, E. R.– maio de 2018

Figura 8 – Horta em uma das propriedades



Fonte: Cunha, E. R.– maio de 2018

Figura 9 – Alimentos produzidos pela família de Assentado



Fonte: Cunha, E. R.– maio de 2018

A horta (figura 08) devido seu ciclo curto e de grande consumo no lar destas famílias é evidenciado em 25 unidades produtivas das pesquisadas. Produzem pimenta, cebola, couve, abobrinha, coentro, maxixe e alface. Destes 08 famílias comercializam seus excedentes. Além do que é plantado, as famílias disseram colher frutos do cerrado (Caju, murici, mangaba, buriti entre outros) os frutos colhidos servem tanto para o consumo quanto para a produção de polpas para serem consumidas e também comercializadas.

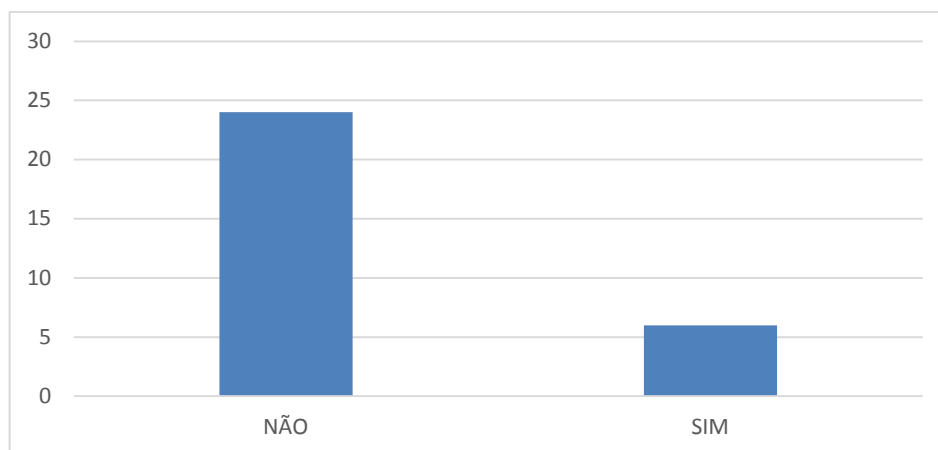
A comercialização de excedentes nas unidades produtivas é uma prática comum em percentual significativo destes camponeses. Esta ação compreende uma renda complementar das famílias pesquisadas. Os gêneros alimentícios comercializados como feijão, farinha, abóbora, milho, melancia e as hortaliças e alguns frutos (mamão, manga e caju), parte deles são vendidos dentro da comunidade e outra parte nos municípios de Pugmil e Paraíso que são os municípios mais próximos. As vendas são realizadas diretamente ao consumidor, sendo que alguns dos produtos são entregues em supermercados para serem revendidos.

Além da falta de documentação da propriedade a qual dificulta os pequenos produtores a ter acesso ao Crédito Rural, as maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias perante a produção, segundo a Sr^a E. G. M., é a falta de maquinários, insumos, transporte, escassez hídrica, estradas, as quais se encontram num estado crítico, dificultando assim o transporte dos alimentos até áreas urbanas. Outra queixa dos camponeses é o descaso do poder público. (E. G. M, entrevista realizada em 15/05/2018).

Dos fatores que dificultam a produção, a escassez hídrica ou a falta de técnicas para coleta e armazenagem de água é o maior deles. Contrariando a primeira impressão ao chegar ao assentamento onde foi possível notar a presença de cursos d'água e muitos buritizais próximo a comunidade, no questionário, quando perguntado se havia água suficiente para a produção (gráfico 04), 24 famílias disseram que não. Sobretudo no período de baixa pluviosidade os córregos que passam pela comunidade ficam praticamente secos. O córrego Pau D'arco, de onde origina o nome deste assentamento é o mais resistente em períodos de seca; tem sua vazão bastante reduzida mas não chega a interromper o seu curso. No entanto, as famílias tem receio de utilizar a água do mesmo devido a existência de plantio de soja em áreas circunvizinhas à cabeceira do córrego.

“[...] O córrego Pau D'arco é difícil secar, mas você sabe como é, né? A gente não confia em pegar água de lá não, porque os fazendeiros grandes plantam soja na cabeceira dele e depois vem a chuva e a gente fica com medo da água tá contaminada de veneno, o jeito é esperar o caminhão pipa com água pra nós bebe [...]” (Assentada Pau D'arco, entrevista realizada em 15/05/2018)

Gráfico 4 – Disponibilidade de água para consumo e produção nas unidades produtivas do PA Pau D'arco



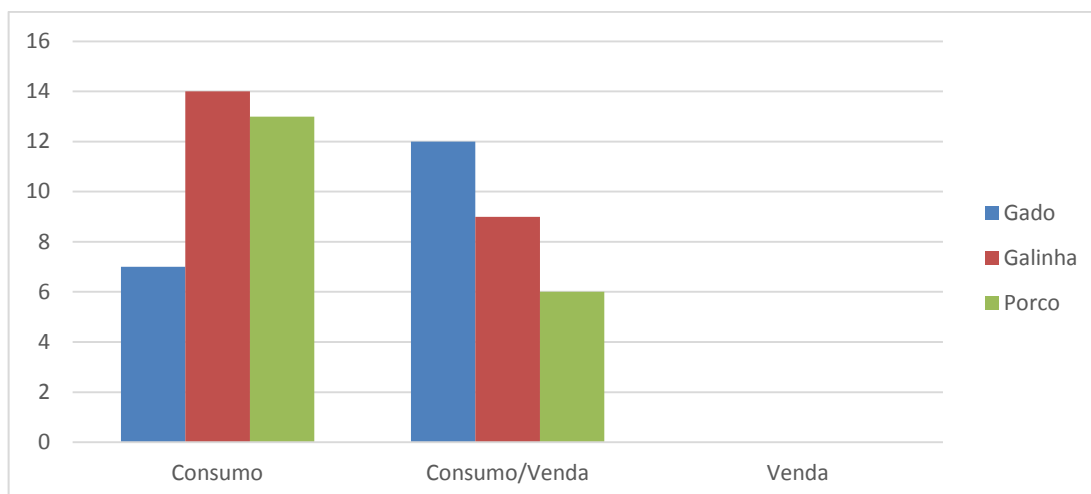
Fonte: Cunha, E. R., 2018.

No geral, 06 famílias disseram que a água existente na propriedade é satisfatória. Dessas, uma família possui poço semi-artesiano na unidade produtiva. Na agrovila existe dois poços semi-artesianos, um na escola e outro em uma das propriedades. Segundo a assentada, Maria Filomena, no período chuvoso a água da cisterna e dos córregos dá para suprir as necessidades das famílias, mas, no período de seca os córregos e as cisternas reduzem a uma condição de semi-escassez gerando um fator limitador de consumo e de produção. A única alternativa encontrada pelas famílias até o momento é o abastecimento feito pelo caminhão pipa três vezes na semana (segunda, quarta e sábado).

Para que o abastecimento seja feito o presidente da associação entre em contato com a Prefeitura do Município de Porto Nacional, solicitando o caminhão onde o mesmo capta água no córrego em uma das fazendas vizinhas e leva para as famílias. (Filomena, entrevista realizada em 15/05/2018)

Quanto a criação de animais (gráfico 05), 19 chefes de família declararam possuir rebanho bovino. O seu destino compreende tanto o consumo familiar de carnes e derivados, quanto a comercialização principalmente de bezerros em idade de desmama para recria em médias e grandes propriedades circunvizinhas. O número médio de bovinos criado pelas famílias varia de 01 a 30 cabeças. A galinha é criada por 23 famílias das famílias entrevistadas. É a criação mais frequente no assentamento onde o número de animais nas parcelas variam de 20 a 150 cabeças. O principal destino desta criação é o consumo familiar. Somente 09 famílias declararam a venda tanto de aves quanto dos ovos. Do geral, 19 famílias fazem a criação de porcos e, apenas 06 famílias realizam a venda de uma parte de sua criação. O número médio de animais corresponde a 08 cabeças.

Gráfico 5: Criação de animais nas unidades produtivas do PA Pau D'arco



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Segundo as famílias, a venda desses animais é realizada para manter a criação e manutenção dos mesmos bem como, para arcar com algumas despesas da propriedade (reforma de casa, compra de algum bem material, fazer cerca, etc.) e também da família (em caso de doença, na compra de roupa, calçado e na compra de alguns alimentos que não são produzidos pelos mesmos). No caso do gado, a venda é feita quando os animais ainda são pequenos (bezerros). O valor comercializado por cada animal varia de R\$ 600 à R\$ 800 reais. O preço exigido depende muito do período do ano e do estado em que o animal se encontra. Grande parte das galinhas e dos porcos vendidos ocorre dentro da comunidade e esporadicamente no município de Pugmil.

A alimentação desses animais estão relacionadas a produção agrícola, no caso das aves e dos porcos a alimentação é feita com grãos de milho, sobras de comida, frutas e verduras. Já a dieta do gado, nem sempre é possível manter apenas com o que é produzido algumas famílias se veem na obrigação de comprar alimentos e rações, cujo produtos são usados na alimentação dos mesmos.

No assentamento Pau D`arco onze camponeses sendo 06 homens e 05 mulheres fazem a complementação da renda (trabalho acessório) familiar em trabalhos fora da unidade de produção. prestam serviços em empresas situadas nos municípios mais próximos, na escola da comunidade e nas grandes fazendas vizinhas.

O assentamento é cercado por grandes propriedades, onde é possível notar-se a produção de soja em larga escala (figura 10 e 11). Em entrevista com um dos funcionários dessas fazendas (o qual não quis se indentificar) relatou que o dono da fazenda que ele trabalha mora na cidade de Ribeirão Preto-SP, e que é proprietário de oito fazendas na região,



onde o forte delas é a produção de soja e a criação bovina.

A mudança de paisagem observado nas fotos anteriores retratam o avanço do agronegócio no território analisado. Estas realidades contrasta com a possibilidade de permanência da agricultura camponesa nas unidades produtivas. E essa constatação já é evidenciada pelos camponeses, o que compreende um certo aldeamento do assentamento com a lavoura, a poluição dos curso de águas, a poluição de agrotóxicos por deriva das correntes de ar, a diminuição da fauna e da flora, a escassez das águas, a transferência de superpragas e superinsetos para os cultivos da agricultura camponesa, dentre outros. Assim,

[...] os espaços que hoje poderiam ser da caça estão antropizados, tornaram-se território das lavouras de soja, de cana de açúcar e das pastagens. Neste sentido, muitos ainda se lembram da época em que as terras do norte de Goiás/Tocantins quase não tinham valor comercial e suas áreas estavam disponíveis para a coleta[...]. (BATISTA, 2009, p. 146)

Antes da chegada da soja, os pequenos produtores não tinham a preocupação em documentar suas terras por medo de grilagem e, tampouco usar os recursos naturais como a água dos córregos e rios. Hoje esse medo se faz presente na vida dessas famílias; sobretudo o medo de um futuro não tão distante.

3.2 O processo de implantação do (Re) Assentamento Flor Da Serra

No Brasil, existem inúmeras Usinas Hidrelétricas (UHE) já implantadas, além de vários projetos em fase de planejamento ou execução. A matriz hidráulica é a nossa principal fonte geradora de energia, para se ter uma ideia, no ano de 2017 ela foi responsável por 65,2% de toda a eletricidade produzida no território, totalizando cerca de 407,3 TWh. Isso se deve à grande demanda exigida pela industrialização tardia e subdesenvolvida em que se encontra inserida a economia de um país como o Brasil, assim, alterações ambientais e socioeconômicas nas áreas afetadas pelos seus reservatórios são consequências inevitáveis em virtude das condições técnicas de implantação desses empreendimentos.

“A produção de energia elétrica no Brasil surge concomitantemente, ao período de transição de uma economia primária exportadora para uma economia industrial”, assim, “diferenciando-se dos países centrais, onde a industrialização surgiu anteriormente ao desenvolvimento da eletricidade” (FOSCHIERA, 2009, p. 89). Tendo a sua primeira instalação no estado de Minas Gerais, onde no mesmo estado na década de 1880 houveram novas instalações de UHE no qual grande parte da energia produzida era usada para a iluminação pública. Somente no final do século XIX e início do século XX que se expandiu para as demais regiões do país sob o domínio do capital internacional (FOSCHIERA, 2009).

A região Norte vem sendo o novo alvo dessa política energética, uma vez que a Amazônica concentra cerca de 20% do sistema hidrográfico do planeta, desse modo, “A Amazônia tem como nova função: a monocultura das águas para a produção de energia elétrica. E como as outras monoculturas brasileiras, esta é mais uma que atende aos interesses capitalistas” (SIEBEN, 2012, p. 80).

No estado do Tocantins, com o apoio irrestrito do governo, houve a construção por meio de uma empresa privada da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que também é conhecida como UHE de Lajeado; está localizada entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, a qual entrou em funcionamento no ano de 2001.

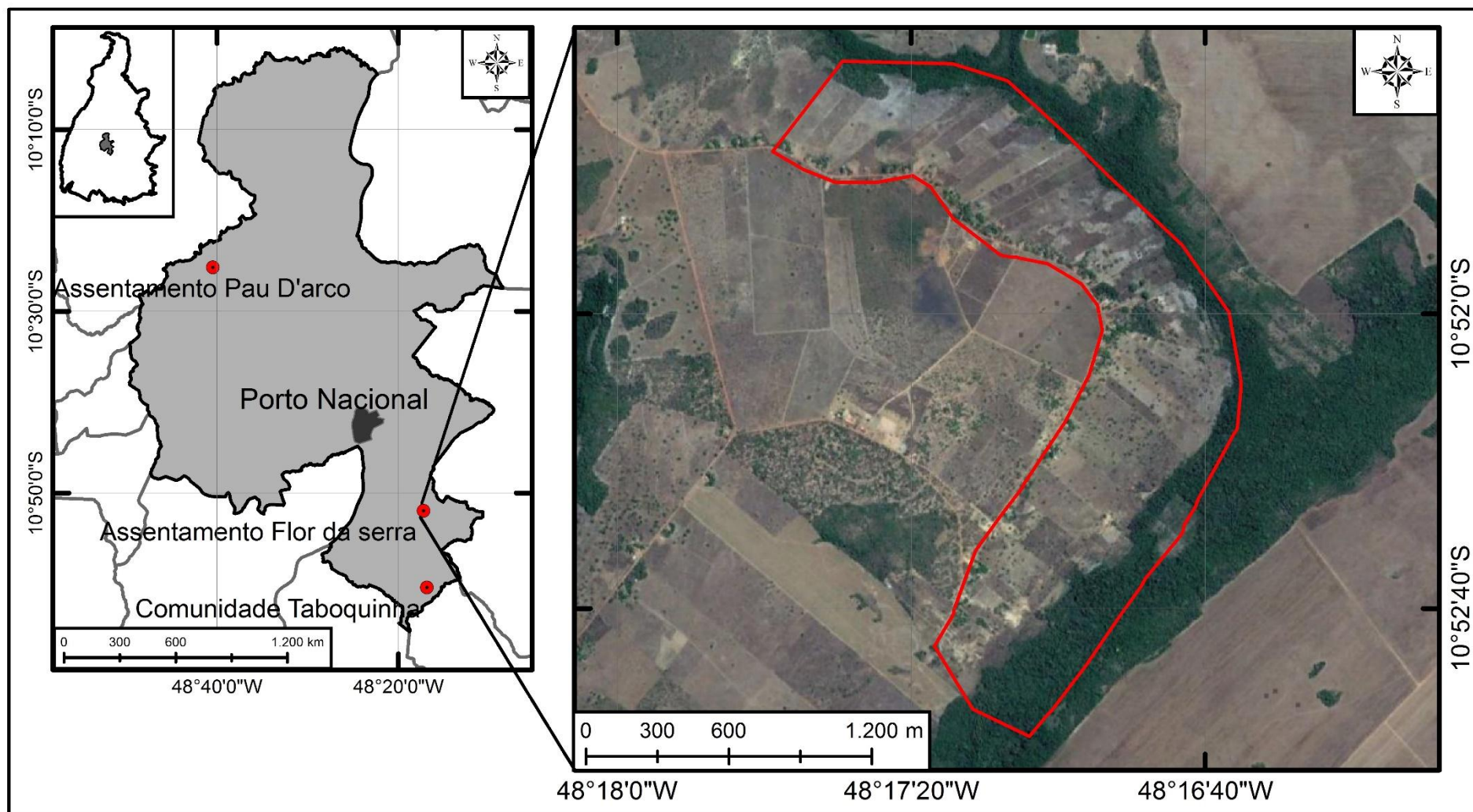
Com a construção da UHE de Lajeado, e o conseqüente fechamento das comportas formou um reservatório de 630km², o que resultou na submersão de terras nos municípios de Miracema do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional, Lajeado e Palmas. Em consequência disso, diversos estabelecimentos rurais e famílias foram afetadas. Grande parte das famílias camponesas eram proprietárias das terras em que viviam, nestas propriedades

desenvolviam atividades como a agricultura e a pecuária, além da pesca artesanal, assim, a produção da vida imediata daqueles sujeitos estava pautada no plantio de roça e a criação de pequenos animais voltada para o consumo familiar e, em partes, para o comércio.

O tratamento das populações rurais atingidas pela UHE de Lajeado ocorreu por meio de indenizações em dinheiro, reassentamento coletivo e “auto-reassentamento”. Em consequência disso, para atender às populações atingidas foram criados 12 (Re) assentamentos rurais no estado do Tocantins, sendo oito em Porto Nacional, e o restante dividido entre os municípios de Ipueiras, Lajeado, Brejinho de Nazaré e Miracema do Tocantins (BATISTA, 2009).

Os (Re) assentamentos rurais criados no Município de Porto Nacional (Brejo Alegre, Córrego do Prata, Flor da Serra, Luzimangues, Mariana, Olericultores, Pinheirópolis Rural e São Francisco de Assis), todavia, o (Re) Assentamento a ser estudado é o Flor da Serra

Mapa 2 - Localização do (Re) Assentamento Flor da Serra



Organização: Cunha, E. R.. Elaborado por Cardoso. G. em maio de 2018

O (re) Assentamento Flor da Serra está situado a 20 km do núcleo urbano de Porto Nacional, possui uma área total de 1.603 hectares, o mesmo é subdividido em 49 lotes individuais. As famílias (re) assentadas viviam em áreas ribeirinhas nos municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, mais especificamente nas fazendas “Corredor, Landi, Cachimbo e Lagoinha; chácaras Santa Izabel, Morro Alegre, Portinho e Bela Vista; regiões Matança, Pedrinhas, Carreira Comprida, Retiro e Pinheirópolis; área urbana da Vila Nova e Draga” (BATISTA, 2009, p. 111).

O (re) assentamento conta com infraestruturas e instalações de uso coletivo (estradas vicinais internas, sistema de abastecimento de água, posto de saúde, escola, dois campos de futebol e dois galpões), área de reserva legal e áreas de Preservação Permanente. O local onde o projeto foi implantado é uma área onde antes predominava a pecuária extensiva como atividade produtiva (BATISTA, 2009).

A maioria dos lotes possui um formato longitudinal e as casas (figura 12) estão posicionadas na frente do lote bem próximas umas das outras e a poucos metros da rua, cada casa possui como anexo um pequeno galpão (figura 13) onde serve para guardar as ferramentas e utensílios utilizados no dia-a-dia; ao que tudo indica, certos padrões do espaço urbano foram utilizados como referência na produção deste espaço. A quantidade de cômodos varia de acordo com o tamanho das famílias, onde foi acrescentado um ou mais quartos. Segundo Batista (2009, p.98) “o tamanho dos lotes dos reassentados não-proprietários era de 4 hectares, já os dos proprietários foi estabelecido o equivalente ao tamanho de seu imóvel desapropriado acrescido de 75% de sua área”. As residências ficam distantes dos Cursos d`água, ainda que alguns lotes serem interceptados pelo Rio Areais e pelos córregos.

Figura 12– Residência “modelo” - Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R.– maio de 2018

Figura 13 – Galpão presente em uma das residências



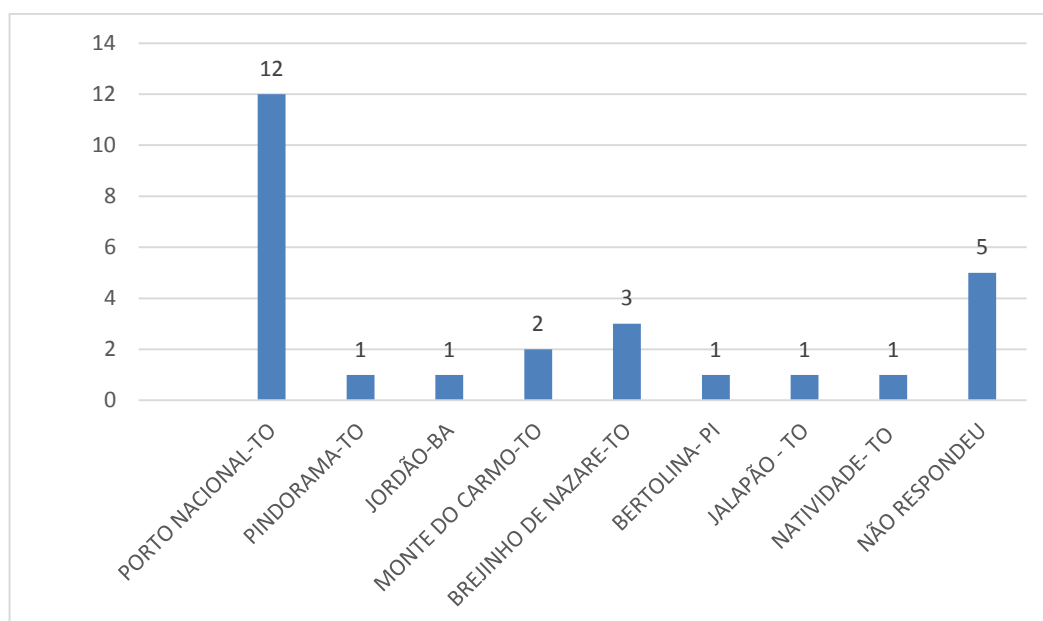
Fonte: Cunha, E. R. – maio de 2018

Atualmente residem no reassentamento 40 famílias. Para a realização da pesquisa foram aplicados questionários a 27 delas. Em relação ao estado civil dos núcleos familiares, 22 delas são casadas, 03 divorciados e 02 são viúvos. A média de idade dos (re) assentados é de 52 anos para os homens e 41 para as mulheres

A grande maioria das famílias reassentadas são naturais do estado do Tocantins, sendo 12 de Porto Nacional, 01 de Pindorama, 02 de Monte do Carmo, 03 de Brejinho de Nazaré, 01 da região do Jalapão e 01 de Natividade do Tocantins. E apenas 03 famílias são naturais de outros estados, 01 de Jordão-Bahia, 01 de Bertolândia-PI. Os camponeses que vieram de outros estados relataram que o motivo da vinda foi devido a exclusão de oportunidades para obter um pedaço de terra para trabalhar com a família, para a realização deste sonho eles tiveram que migrar para o Tocantins.

No geral, 27 dos entrevistados disseram ter origem camponesa (gráfico 06), somente um homem disse não possuí-la, pois o mesmo adquiriu a terra através de compra para acompanhar a esposa que queria morar no campo. Um fator importante a se destacar é que o número de jovens e crianças presentes na comunidade é bem expressivo. Em algumas das residências chegam a morar cerca de 09 pessoas (pai, mãe e filhos e em alguns casos, um ou dois netos) realidade esta que se difere de muitas comunidades existentes no município onde o êxodo do elemento “jovem” já se faz presente.

Gráfico 6- Porcentual de origem dos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Em uma conversa prévia com famílias da comunidade sobre a educação, foi destacado que tanto os pais quanto os filhos sempre estudaram em escolas públicas (urbanas e/ou do Campo). Antes de se mudarem para o Flor da Serra, os estudos dos filhos/netos eram realizados em escolas rurais e nas cidades vizinhas.

A comunidade possui uma escola que recebe o nome de Carmencita Matos Maia (figuras 14 e 15) a responsabilidade do município de Porto Nacional, a escola conta com 22 funcionários, sete deles residem na comunidade, desses sete, três já foram alunos e retornaram como professores (as). A escola atende 113 alunos sendo 48 da comunidade e 65 alunos das fazendas vizinhas e do Assentamento Zé Pereira.

Os alunos que residem na comunidade e cursam o ensino médio, técnico ou superior deslocam-se para a cidade de Porto nacional em transporte escolar público e/ou particular ou mudam-se para a cidade para morar com parentes e retornam para suas casas nos finais de semana ou nas férias escolares (julho e dezembro).

Figura 14- Escola Carmencita Matos, F. da Serra



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 15 – Pátio da escola Carmencita Matos Maia



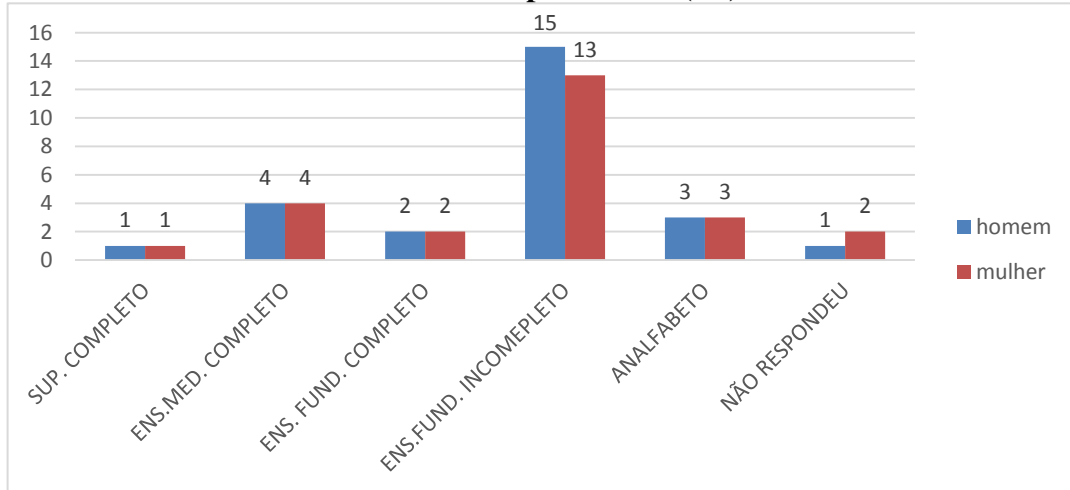
Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Na escola foi implantado o projeto da horta comunitária o qual funcionava sob a responsabilidade dos servidores e alunos. Contudo, o procedimento do projeto teve que ser interrompido por falta de água. Segundo informação do diretor, o projeto pretende ser reativado assim que a escola conseguir recurso para a aquisição de uma caixa d'água maior capaz de suprir os anseios da comunidade escolar. (Fernando, entrevista realizada em 18 de maio de 2018).

No que se refere ao grau de escolaridade dos (Re) assentados, foi possível notar no (gráfico 07) que grande parte das famílias tanto os homens (15) quanto as mulheres (13) possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que 04 homens e 04 mulheres conseguiram concluir o mesmo. Um homem e uma mulher disseram ter concluído o ensino Superior, a mulher é formada no curso de pedagogia e o homem no curso de Biologia. 04

casais disseram ter concluído o ensino médio e 01 homem e 02 mulheres disseram ser analfabetos.

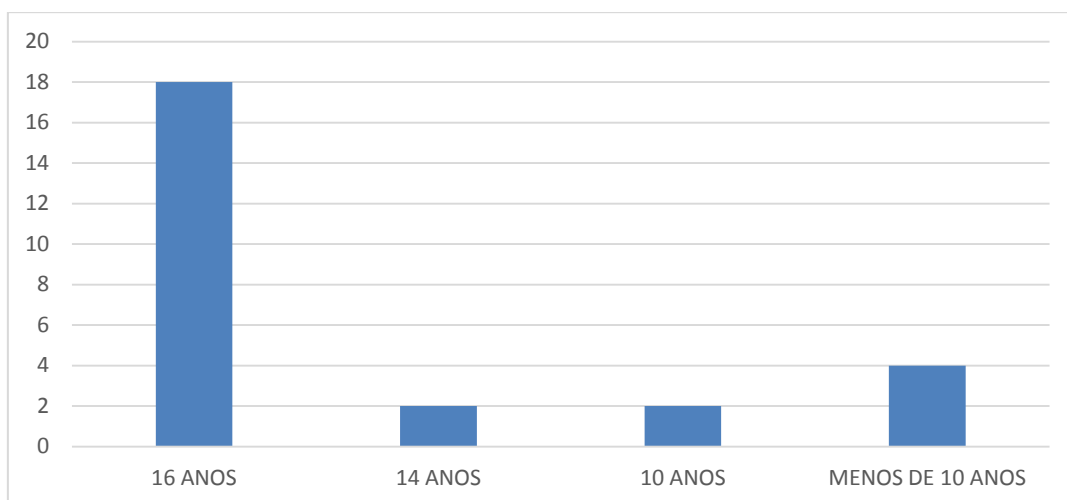
Gráfico 7- Nível de escolaridade dos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

O tempo de fixação das famílias no imóvel atual (Gráfico 08) mostra que o maior número delas (18) moram na comunidade desde a sua criação, ou seja, todas elas tiveram um vínculo muito forte com o rio e com as áreas férteis para a plantação antes de serem (Re) assentadas no Flor da Serra. Duas famílias residem na comunidade há 14 anos, 02 há dez anos e 04 famílias moram lá a menos de 10 anos. Desse total, quatro delas disseram ter conquistado a propriedades através de compra e duas receberam as terras através de herança.

Gráfico 8 – Tempo de moradia na unidade produtiva dos camponeses do (re) assentamento Flor da Serra

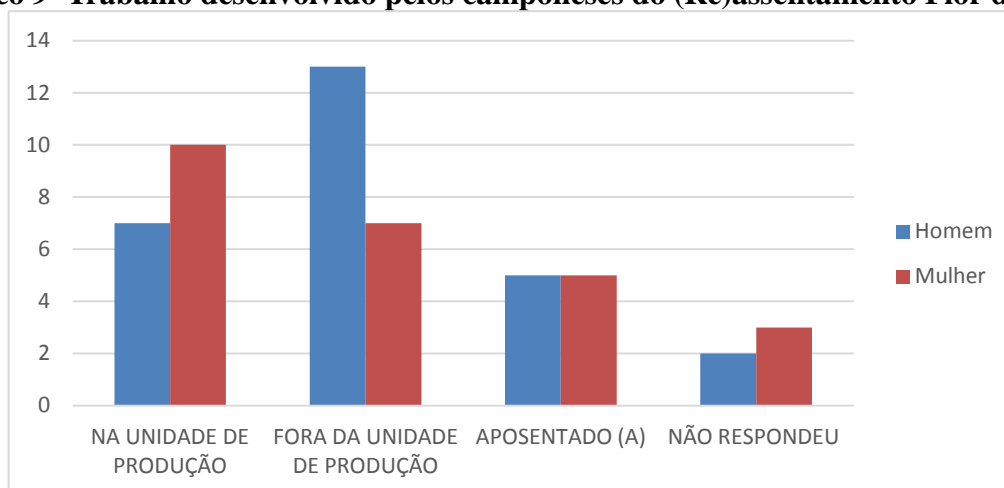


Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelos (Re) assentados (gráfico 09), o número de famílias cujos membros executam o seu trabalho principal fora da unidade de produção é muito elevado. Os homens (13) e mulheres (7) declararam ter o trabalho principal fora da unidade de produção. A existência de emprego temporário demonstra a fragilidade do projeto de (re) assentamento, é possível notar na fala de um (re) assentado:

“Aqui em casa nós somos quatro pessoas, eu, a mulher e dois filhos. Como o nosso pedaço de chão não é muito fértil, nós tivemos que procurar um emprego fora daqui para podermos ganhar dinheiro para garantir o pedaço de pão na mesa. [...] Aqui nós cria umas galinhas e também plantamos mandioca, abobora e um feijãozinho, só que não dá pra viver só com o que a gente planta, tem outras coisas que devemos comprar para garantir a nossa alimentação e sustento[...]” (R. T de O., entrevista realizada em 09 de outubro de 2017).

Gráfico 9- Trabalho desenvolvido pelos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

A maior parte dos chefes de família (10) prestam serviço nas grandes fazendas próximas, na escola da comunidade (02) e no município de Porto Nacional (01). Já as mulheres, 02 prestam serviço nas grandes fazendas vizinhas, geralmente acompanhada dos cônjuges, e 05 prestam serviço na comunidade. Das famílias que tem a unidade de produção como a única fonte de renda homens (07) e mulheres (10), uma dessas famílias possui um bar onde é vendido bebidas e alguns itens alimentícios industrializados, não há a presença de itens produzido na propriedade. Isso demonstra o processo de fragilização da agricultura camponesa, uma vez que o pequeno estabelecimento não tem sua inserção garantida nos programas de crédito institucional, o que concorreria para o melhoramento técnico da unidade e posterior ampliação da produção e da produtividade.

Quanto ao número de pessoas que prestam serviço fora da comunidade o presidente da associação fala que:

“se o povo⁴ tivesse investido nas áreas aqui na comunidade, não tinha a necessidade de nós sair pra fora, nós produzía aqui mesmo e vendia na cidade” (A. G, entrevista realizada em 18/05/2018).

A questão da infertilidade do solo, escassez hídrica e o descaso do poder público, são os pontos mais destacados pelas famílias entrevistadas como empecilhos na produção de alimentos nas propriedades. Todavia, a técnica é sem dúvida um dos elementos cruciais para que esse quadro se instale, aliás, a ausência dela, pois com a técnica o domínio da natureza é assegurado pelo homem e a fertilidade natural de qualquer ambiente pode ser qualitativa e quantitativamente artificializada.

Em relação à produção, segundo o presidente da associação “o maior problema são os parceiros, né! Que a gente busca parceria aqui em Porto e nada. O poder público está deixando a desejar. Na hora eles promete muitas coisas, faz a gente andar atoa, promete e depois a gente não vê retorno nenhum”. (A. G., entrevista realizada em 18/06/2018)

Quanto ao solo da comunidade, segundo Batista (2009) o solo do (Re) assentamento Flor da Serra foi analisado no ano de 2001, tal análise foi encomendada pela empresa responsável pelo (Re) assentamento mediante exigências do Ministério Público do estado do Tocantins. Teve como finalidade o diagnóstico de adensamento/compactação dos solos designados ao uso agrícola.

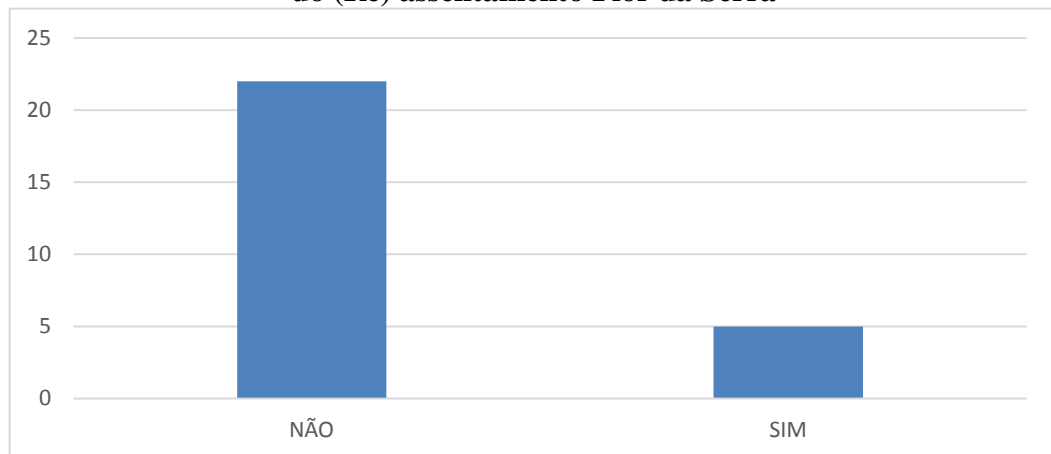
Através da análise, foram detectados cinco tipos de solos distintos: latossolo vermelho distrófico, latossolo vermelho-amarelo distrófico, latossolo amarelo coeso, plintossolo háplico, gleissolo háplico. Em relação a fertilidade natural, todos eles apresentam um fertilidade baixa exceto o Gleissolo háplico que é considerado Média alta, no entanto esse tipo de solo foi encontrado em uma área de 122 ha, apesar disso, essa área apresentam aptidão restrita para lavouras pelo fato de estarem sujeitas a inundações sazonais. Tirando o plintossolo háplico distrófico, todos os outros possuem alto potencial para adubação (BATISTA, 2009).

Em relação ao local onde os projetos de (re)assentamentos são implantados Sieben (2012), fala que nem sempre o que é prometido pelo setor elétrico é cumprido, na maioria das vezes as terras ofertadas são de difícil acesso ou pouco valiosas, esse fato ocorreu em Tucuruí, primeira grande hidrelétrica da região Norte a qual causou grandes problemas sociais à população menos favorecida atingida. Fato também presente no Flor da Serra segundo as análises do solo realizada em 2001.

⁴ Povo = poder público, na fala do presidente.

As preocupações das famílias vão além do solo, pois existe também a escassez hídrica para fins domésticos, criação e produção alimentícia (gráfico 10). Ao serem questionados se a água existente na propriedade era suficiente para a produção, 22 famílias disseram que não, 05 famílias disseram ter água suficiente para a produção e criação. As famílias que afirmam ter água suficiente 03 deles possui um poço semi-artesiano na propriedade

Gráfico 10 – Disponibilidade de água para consumo e produção nas unidades produtivas do (Re) assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Á água de uso coletivo que abastece a comunidade é oriunda de um poço artesiano (figura 16) com 91m de profundidade. A Água chega até as famílias por meio de rede de distribuição. Foi instalada nas residências uma caixa d'água de 500 litros.

Figura 16 – Reservatório de água do (re) assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Devido à falta de água na comunidade, em outubro de 2017 ao chegar em uma das propriedades para realizar entrevista, fomos surpreendidos com a presença de uma vaca morta (figura 17) ,outra em um sistema denominado pelo produtor de girau⁵(figura 18) e um bezerro prostrado no chão sem forças para levantar (figura 19) No mês seguinte ao retornar à comunidade fomos informados que os dois animais que estavam lutando pela vida haviam morrido.

Figura 17– Animal morto devido à falta de água e alimento



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 18– Animal debilitado



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 19 – Bezerro debilitado



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 20– Pastagem seca



Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Todos esses problemas estão atrelados a falta de chuva, escassez hídrica e a falta de técnicas de captação e armazenagem de água, estas últimas supririam qualquer adversidade que o meio empossa aos camponeses. Segundo o proprietário dos animais mortos: “Esse ano a seca foi brava, só aqui na nossa região fiquei sabendo da morte de cinco gado, tudo por falta de água, os bichinhos morreram de fome e de sede” (A. R., entrevista realizada em novembro de 2017).

⁵ Peça confeccionada de madeira que serve para *sustentar animais debilitados*

Uma das soluções encontrada pelos produtores no que tange à problemática da seca que castiga os animais em certa época do ano, é a de alugar pastos em propriedades vizinhas, no entanto, nem todos eles têm condições financeiras para isso, o que resta para esses camponeses é lutar contra o tempo e seguir na esperança de dias melhores, durante essa fase alguns animais sucumbem.

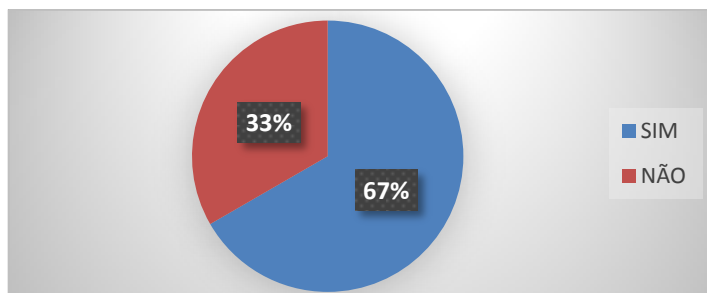
Quanto à produção alimentícia, durante conversas com as famílias, as mesmas destacaram que para realizar a plantação (semeadura) no (re) assentamento é necessário de calcário, fertilizantes e maquinários para gradear e limpar a terra, no entanto, todos esses elementos são de grande custo para as famílias, essas características desfavoráveis do novo território mostra como as políticas indenizatórias dos processos de implantação de usinas hidrelétricas são frágeis.

Segundo o presidente da associação, a comunidade possui trator, grade, niveladora, carretinha e máquina de limpar arroz, no entanto, todos esses maquinários estão com defeitos e precisando de manutenção. O orçamento já foi realizado e levado ao órgão municipal responsável pelo conserto, contudo, não obtiveram nenhum retorno, a falta de técnicas é outro elemento da precarização da condição camponesa. (A. G., entrevista realizada em 18/05/2018).

Na comunidade, existem também a presença de pragas em todas as propriedades, a presença destas obriga os camponeses a usarem agrotóxicos, cujo uso inadequado acarreta numa série de problemas (dor de cabeça, tontura, enjoos, etc.). Os cuidados com o depósito e manipulação das embalagens são fatores preocupantes, pois nem todos eles têm ciência dos problemas acarretados em virtude do descarte incorreto das embalagens. É importante salientar que não existem postos de coleta desse material nas proximidades do (re) assentamento.

Perguntados sobre o uso de agrotóxicos (gráfico 11) na propriedade, 67% dos entrevistados disseram já terem feito o uso do mesmo pelo menos uma vez e 33% disseram nunca terem usado.

Gráfico 11 – Percentual de uso de agrotóxico na unidade produtiva do (Re) assentamento Flor da Serra



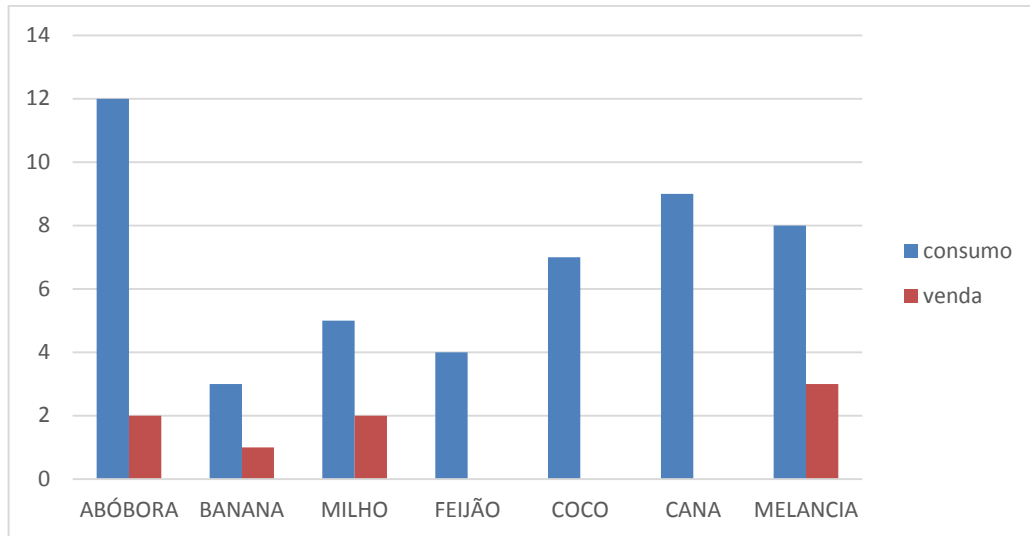
Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Os camponeses que já fizeram o uso de agrotóxicos disseram não ter feito o uso de equipamentos de proteção individuais (EPIs) no preparo e no uso nas lavouras.

No decorrer da pesquisa percebe-se que apesar dos impedimentos já citados, é possível notar a produção mesmo que em pequena escala em algumas das propriedades.

De um modo geral, o que mais é produzido no (Re) assentamento (gráfico 12). é a abobora, 14 camponeses disseram produzir esse vegetal, 02 deles disseram fazer a venda do excedente. O segundo alimento mais produzido é a cana (figura 23), a mesma é produzida por 09 famílias tanto para o consumo familiar quanto dos animais em forma de ração, especialmente do gado. Já a melancia (figura 22) é produzida por 11 famílias, além do consumo o seu excedente é vendido por 03 delas. 04 camponeses disseram produzir banana (figura 21), 03 famílias as produzem apenas para o consumo familiar e uma delas além do consumo é feito também a venda. O milho está presente em 07 propriedades, em 05 é usado para o consumo da família e dos pequenos animais (galinha e porco). 07 famílias disseram produzir coco onde a sua produção é voltada apenas para o consumo familiar, o (re) assentamento apresenta um baixo desenvolvimento das forças produtivas, o que limita o comércio

Gráfico 12– Alimentos produzidos no (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Além dos alimentos excedentes postos à venda, citados acima, são vendidos pelos produtores: artesanatos (tapetes), derivados bovinos (leite, queijo, e coalhada escurrida) ovos, farinha e plantas ornamentais. Parte desses produtos são vendidos dentro da comunidade e outra parte é vendida na feira de domingo e na *feira do pequeno produtor* que acontece nas quarta-feira na cidade de Porto nacional.

Figura 21– Plantação de banana

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Figura 22– Plantação de melancia

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Figura 23– Plantação de cana

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Figura 24– Plantação de mandioca

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Dos alimentos usados para o consumo familiar e venda, em uma das residências o proprietário produz farinha, cuja venda é feita dentro da comunidade. De acordo com um camponês a mandioca utilizada para a produção de farinha (figuras 25 e 26) é oriunda da capital, Palmas. Segundo a fala do mesmo: “Eu compro a mandioca de um rapaz de Palmas, eu compro porque aqui como você mesma pode ver não tem como produzir, a terra é ruim e ainda por cima falta água[...]”. ((Re)assentado, entrevista realizada em outubro de 2017).

Figura 25– (re)assentado manuseando a mandioca para a produção de farinha

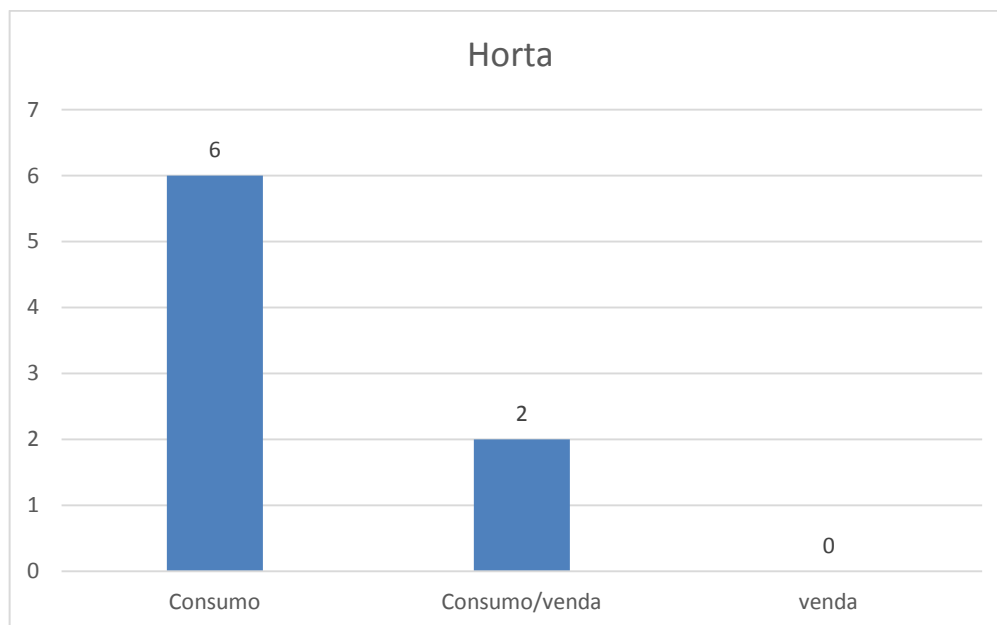
Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Figura 26– Mandioca usada na produção de farinha

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Na comunidade há 08 famílias que fazem o cultivo de horta (gráfico 13), os alimentos cultivados são: cebola verde, coentro, maxixe, jiló, pimenta e couve. As famílias (06) fazem esse cultivo, mas apenas 02 delas comercializa o excedente. A venda é realizada dentro da comunidade e também na feira municipal nas quartas-feiras e nos domingos.

Gráfico 13 – Percentual de cultivo de horta no (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Quanto aos indicadores do sistema de produção, os camponeses que realizam plantação dizem preparar o solo de forma mecânica e manual.

Em uma propriedade visitada notou-se, que a plantação de horta é feita no sistema *mandala*, esse sistema funciona através de irrigação comunitária ao redor de uma fonte de água, a água é distribuída uniformemente para as plantações diferentes possibilitando o cultivo de diversas culturas. Segundo o proprietário toda a sua produção é feita sem o uso de veneno.

Outro diferencial na produção encontrada no (re) assentamento foi uma plantação de melancia e milho irrigados (figuras 27 e 28). Com que a produção é usada para o consumo da família e o excedente comercializado na feira de domingo e na comunidade. Essa propriedade diferencia-se das demais qualitativamente, o nível das forças produtivas é bem mais significativo.

Figura 27– Horta no sistema Mandala

Fonte: Cunha, E. R. – agosto de 2017

Figura 28 – Plantação de melancia e milho irrigado

Fonte: Cunha, E. R. – agosto de 2017

Além dos alimentos utilizados para a venda, há na comunidade uma família que trabalha com a venda de plantas ornamentais (orquídeas, suculentas e rosas do deserto) As plantas (figuras 29 e 30). são vendidas na comunidade e na feira de domingo na cidade de Porto Nacional, além das plantas a proprietária leva frangos e ovos para serem comercializados.

Figura 29– Orquidário

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Figura 30– Plantas utilizadas para comercialização

Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

Outra forma de obtenção de renda dos (re) assentados vem da criação de animais (frango, porcos e gado) (gráfico 14) e de seus derivados (ovos, leite, carne e queijo), a presença desses animais principalmente o gado, é pouco expressiva, devido à falta de pasto.

No tocante às famílias que criam animais, o elemento mais expressivo comunidade é a ave (figura 32), foi identificado a presença de galinha, pato e cocá em 18 propriedades. Sendo que em 12 delas a criação é voltada apenas para o consumo da família, em 04 propriedades a criação serve para a alimentação familiar e o excedente é comercializado. O número de aves

nas propriedades varia entre 20 a 280 cabeças. O gado se faz presente em 09 propriedades, a sua criação é feita para o consumo familiar (carne, leite, queijo, requeijão), em 03 propriedades é realizado a venda. O rebanho varia entre 08 a 35 cabeças. Já o porco (figura 31) é criado por 06 famílias, 02 delas comercializam o excedente. O número do rebanho bovino varia entre 02 a 40 cabeças.

Figura 31– Criação de Porco – Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R. – outubro de 2017

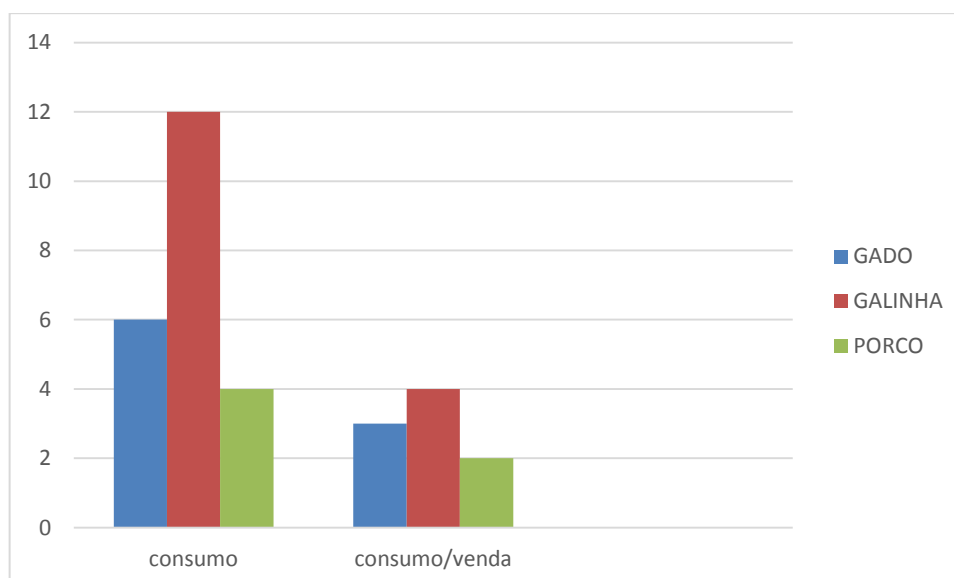
Figura 32-Criação de galinha – Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

A comercialização desses animais é realizada dentro da comunidade. A venda do gado é feita após o abate, sua carne é vendida por kg entre os interessados.

Gráfico 14- Criação de animais no (re)assentamento Flor da Serra

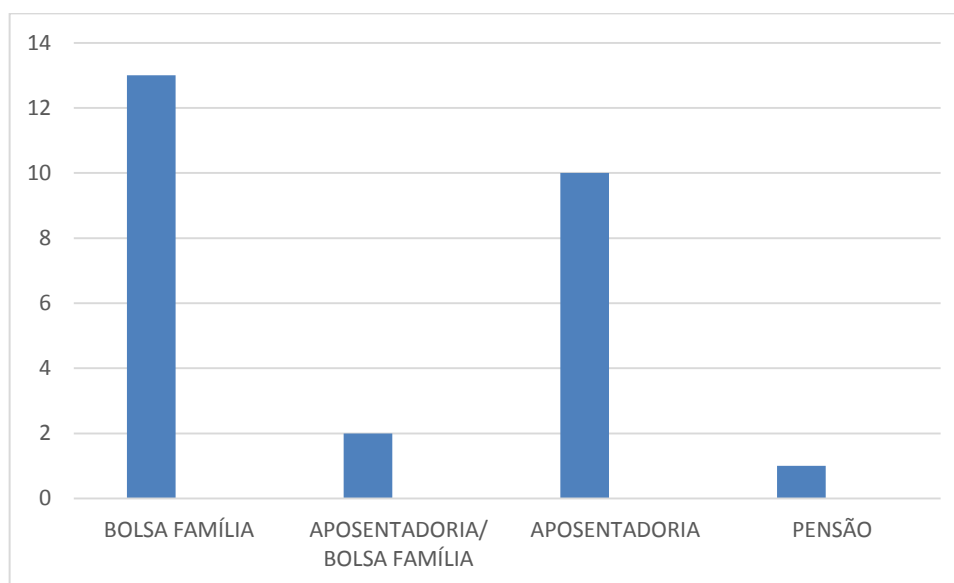


Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Outras rendas significativas no (Re) assentamento são as aposentadorias e os benefícios recebidos pelo Governo (bolsa família, e pensão). Observa-se no gráfico 15, que 13

famílias recebem bolsa família, sendo que 02 delas recebem tanto a bolsa família quanto a aposentadoria. O número de aposentados (10) presentes na comunidade é bem significativo sendo que 01 família recebe pensão

Gráfico 15– Outras Rendas obtidas pelos camponeses do (Re)assentamento Flor da Serra



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Essas rendas externas além de serem essenciais para as famílias que as recebem, servem também para o crescimento do comércio dentro da comunidade pois é um dinheiro a mais circulando na localidade.

Assistência técnica e capital são disponibilizados aos camponeses por meio do Governo Federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶. 12 famílias disseram ter tido acesso ao crédito no mínimo uma vez na modalidade de custeio⁷. Sete dessas famílias relataram que a atividade financeira onde foi feita a aplicação não garantiu o pagamento do empréstimo, onde muitas delas acabaram aplicando o dinheiro em atividades não propostas pelo programa.

Nota-se que mesmo as famílias tendo a orientação e o acompanhamento dos técnicos em relação as linhas de credito do programa, muitas dessas famílias não acompanham os critérios exigidos para planejar sua produção sob as normas estabelecidas pelo programa.

⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo Governo federal em 1995 com o objetivo de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades por meio da família.

⁷ A modalidade Custeio é destinado à produção de alimentos básicos.

A comunidade conta com uma associação fundada 2001, mesmo ano em que as famílias chegaram no (re) assentamento. A associação possui em torno de 20 sócios, onde até o momento, não é exigida taxas para arcar com as despesas referente a associação (transporte, combustível, viagens etc.). Até o momento, a associação não possui sede própria, devido a isso, os encontros acontecem no galpão da comunidade ou na escola local. As eleições para presidente ocorrem a cada dois anos sendo que, o atual presidente da associação é o Senhor Andrade Mota de Oliveira o qual está no seu 2º ano de liderança.

Segundo o presidente, a associação já possuiu uma área de plantação coletiva, no ano de 2002 foi cultivado arroz e em 2003 foi plantado soja, mas, devido desentendimento entre os sócios, não foi possível dar continuidade na produção e a área de plantação comunitária está sem uso, até o momento.

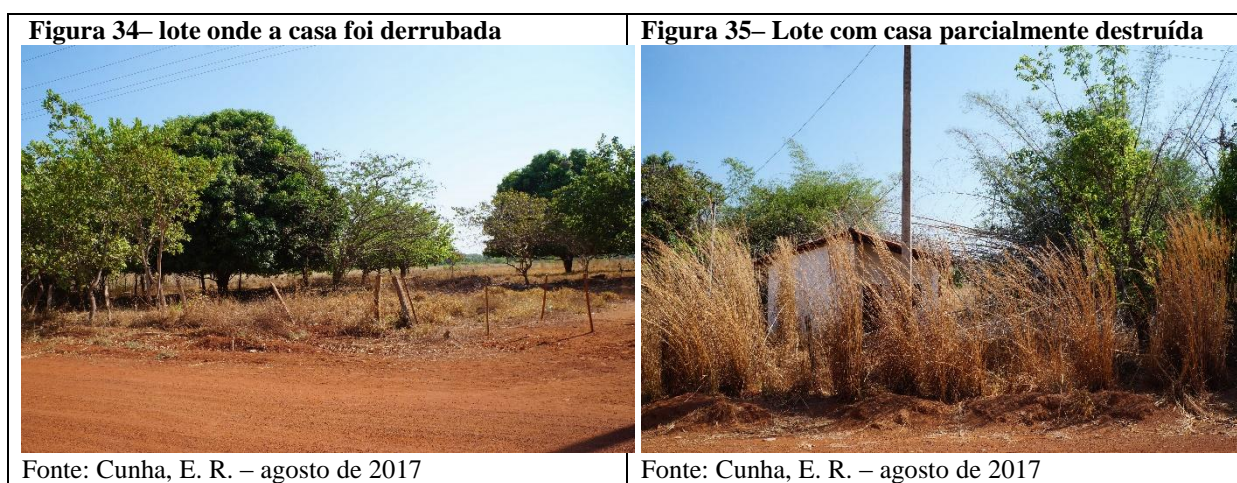
A associação possui maquinários:(figura 33) Trator, grade, niveladora, carretinha e máquina de limpar arroz, todos eles estão com defeitos que impossibilita o uso. Segundo o Sr. A..G., já foi feito a solicitação ao órgão municipal, responsável pela manutenção dos equipamentos, no entanto, não obtiveram retorno de quando será realizado o conserto dos mesmos



Em torno do (re) assentamento existem propriedades que estão passando por um processo de concentração fundiária. Dessas, há propriedades que exploram atividades agropecuárias e outras são voltadas ao plantio de soja em grande quantidade.

Um desses produtores já fez a aquisição de três lotes dentro do (re) assentamento com intenção de usar os lotes para criação de gado (segundo informações dos (re) assentados). Dois dos lotes vendido já tiveram suas casas derrubadas e outro a casa está parcialmente

destruída, isso mostra o processo de ampliação da grande propriedade em detrimento do modo de vida camponês (figuras 34 e 35)

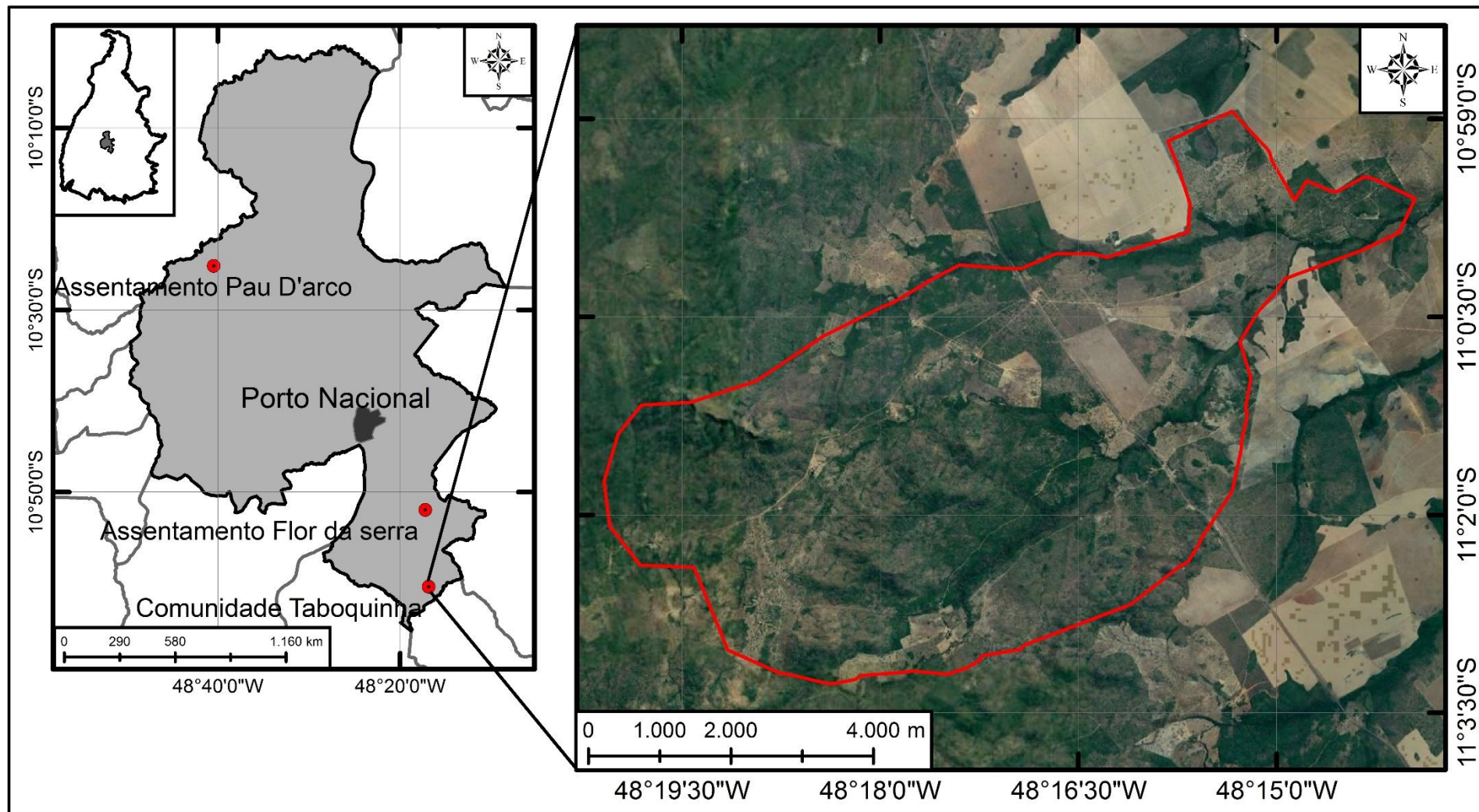


3.3 Comunidade Taboquinha

Situado à 40 km do município de Porto Nacional, a comunidade Taboquinha contempla, com direito de exploração de unidades produtivas, famílias deste município, de Silvanópolis e de Ipueiras. Tal comunidade está localizada na porção central do estado do Tocantins, conforme (mapa 03), na bacia hidrográfica do Córrego Riachão, abrangendo uma área de 6.992,87 hectares. Nesta bacia, encontram-se duas unidades geomorfológicas: o Planalto Residual do Tocantins, caracterizado pela serra João Damião, e a Depressão do Tocantins.

Para composição dos dados a serem analisados foram aplicados 15 questionários socioeconômicos com os chefes de famílias ou cônjuges de cada unidade familiar distinta. No entanto, os aproximados 7.000 hectares de terras está dividido em 27 parcelas com dimensões distintas e, com grau de consanguinidade fortemente marcado pelo grau de parentesco, conforme será verificado a seguir. Das 15 famílias pesquisadas 02 residem em áreas do Planalto Residual do Tocantins, em locais de baixa declividade do relevo e, 13 famílias residem na Depressão do Tocantins, em áreas planas.

Mapa 3 - Localização da comunidade Taboquinha



Organização: Cunha, E. R.. Elaborado por Cardoso, G. em maio de 2018

Em entrevista realizada com o Sr. J. L. P., um dos moradores mais antigo da comunidade, descreve que a comunidade Taboquinha surgiu no ano de 1937, em que o seu avô, L. P. adquiriu aproximados 7.000 hectares de terra da antiga agropecuária Bueno de propriedade do senhor I. A. e, que posteriormente essas terras foram divididas com os cinco filhos, como forma de partilhamento de herança em vida. O senhor J. L. P. fala que:

Meu avô era vaqueiro do I. A., antigo dono dessa fazenda, que antes se chamava a fazenda Bueno. O I. A. vendeu essa fazenda pra meu avô pra ele ir pagando devagar. O pagamento era feito com as coisas que eram produzidas aqui mesmo. Nesse tempo o homem confiava no outro (risos). Como o meu avô não tinha dinheiro para comprar as terras o patrão dele vendeu essas terras pra ele pagar em troca do que ele produzia, que era farinha, banana, mandioca, arroz, milho, feijão, enfim, tudo que ele plantava ele passava em forma de pagamento (Sr. J. L. P., entrevista realizada em 29/04/2018).

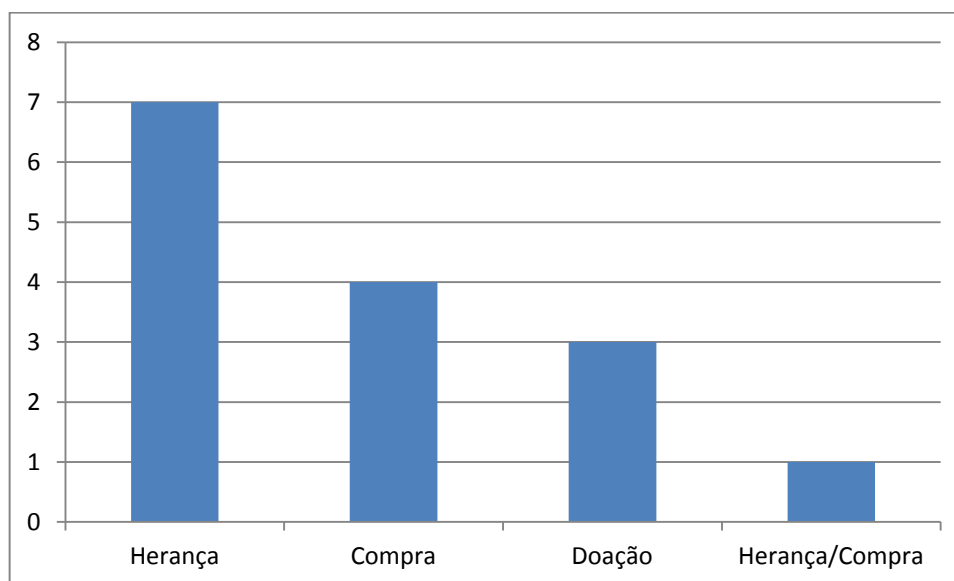
Os meios de obtenção de terras desde a Lei de Terras instituída no Brasil em 1850, se dá pela compra. O domínio estabelece uma relação de propriedade mediante a condição de produtividade. Tais situações converge no direito adquirido pelo senhor Luiz P. Santana e, a aquisição deste domínio conforme relatado pelo José Luiz P. Santana não compreendeu imediatamente o pagamento em espécie, mas o pagamento em excedentes produzidos pelo aquiredor primeiro, assim como por todos integrantes de sua família.

A divisão parcelar desta grande unidade abrange um processo enraizado na cultura que assegure a permanência de membros da família em proximidade ao núcleo central familiar. Isso quer dizer que na medida em que os filhos formavam matrimônios, ou seja, novas famílias, estes recebiam como herança uma porção de terras para garantir a sua reprodução familiar. Esta situação nos conduz a entendimento da interdependência da força de trabalho para lida cotidiana com a terra, assim como para garantia do direito de seu uso, intensificando e diversificando a produção, mesmo sem o título da propriedade.

Uma situação peculiar na relação terra, família e trabalho está diretamente relacionado com os aspectos perfil do trabalhador, fertilidade dos solos e, dependência tecnológica da propriedade. Estes elementos são as vezes determinante do esforço necessário para garantia da satisfação dos bens produzidos. São eles os responsáveis para assegurar a permanência das famílias nas unidades produtivas. Por isso, o agricultor familiar está constantemente entrando e saindo das parcelas da qual possui direito de exploração. E certamente esta é a realidade da comunidade Taboquinha.

Das famílias que foram aplicados os questionários quando perguntado a forma de obtenção do direito à exploração das suas parcelas, 07 famílias da comunidade disseram ter obtido através de herança, 04 famílias adquiriram através da compra, 03 disseram ter recebido em forma de doação e, 01 família declarou ter obtido uma parte por herança e outra através de compra, conforme representado no gráfico 16 a seguir:

Gráfico 16– Forma de obtenção da unidade produtiva pelos camponeses da Comunidade Taboquinha



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

As interpretações desta tabela revelam o entendimento anterior, de que forças internas e externas à propriedade familiar têm promovido a transferência de domínio de alguns dos integrantes da família Santana. Os interesses do capital e dos capitalistas para com estas propriedades, pressionam os interesses das famílias que vivem e se reproduzem na terra de trabalho, podendo estes ser convencidos da especulação de compra e venda ou, resistirem e permanecerem lutando para garantia da sua reprodução social e cultural.

A venda nestas condições somente é atrativa quando o nível de satisfação familiar é maior do que o vivido na unidade produtiva. Desta maneira, compreende-se que a entrada de outras famílias por aquisição de propriedade tenha ocorrido na proposição que a proposta de “pagamento pela terra” satisfazia os interesses da unidade familiar.

Conforme mencionado anteriormente a aquisição da área total que está assentada as 27 famílias na comunidade Taboquinha compreendeu primeiramente o fracionamento da fazenda Bueno e, imediato transferência de domínio para um único proprietário, o Sr. Luiz Pereira Santana. A nova divisão desta área com seus respectivos filhos se deu em vida, porém em

acordos familiares, sem devida obrigatoriedade de registro em cartório. Não sendo uma divisão oficial, ou seja, registrado em cartório e com titulação individual dos lotes formados, a prática de compra e a venda que vem ocorrendo nesta comunidade compreende tão somente a concessão do direito de uso das unidades produtivas. Assim, de acordo com o senhor L. P. - um dos membros da comunidade - são poucos os moradores que possuem o título definitivo das terras,

“[...] pois a dificuldade se dá pelo fato da mesma ser herança e também pela grande quantidade de famílias que envolve. [...] está muito difícil de conseguirmos o título dessa terra, quando a gente começa a organizar a papelada para fazer o inventário alguém da família some ou morre” (L.P., entrevista realizada em 29/04/2018).

Os tamanhos das propriedades (quadro 02). dos entrevistados variam bastante: 06 das 15 propriedades foram declaradas com dimensões de 20 hectares; 02 propriedades equivaleram à áreas entre 85 e 92 hectares; 03 das propriedades possuem áreas entre 150 a 185 hectares; 03 propriedades foram declaradas com áreas entre 200 a 250 hectares; 01 propriedade possui área equivalente de 414 hectares. Tendo como referência o módulo fiscal rural (MF) de Porto Nacional⁸ o que corresponde à 80 hectares, seis dos entrevistados disseram ter menos que um MF, três afirmaram ter entre dois e três MF, três mencionaram possuir entre três e quatro MF, dois afirmaram possuir de quatro a cinco MF e, apenas um declarou possuir mais de quatro MF

Quadro 2 - Tamanho da Unidade Produtiva dos camponeses da Comunidade Taboquinha

Tamanho da unidade produtiva em Hectares e Módulos Fiscais			
Área (ha)	Nº Propriedades	Módulos Fiscais	Nº Propriedades
Até 20	06	< 01	06
85 - 92	02	de 02 < 03	03
150 - 185	03	de 03 < 04	03
200 - 250	03	de 04 < 05	02
414	01	> 04	01

Elaborado por: Cunha, E. R. e Foschiera A. A, 2017.

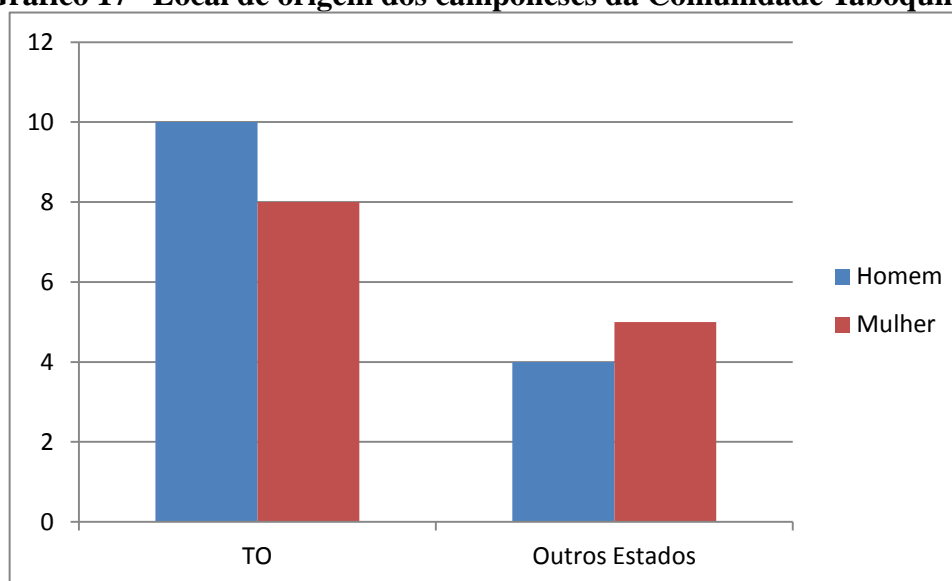
Na comunidade o tamanho das propriedades varia em função de resultarem de sucessivos fracionamento por parte de alguns dos proprietários, desde a concessão de herança, conforme anunciado anteriormente. Contudo, a menor parcela compreende em muito das

⁸ Dado apresentado em publicação da EMBRAPA, que considera: “Modo Fiscal (MF) é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis (BRASIL, in LANDAU *et al*, 2012 p.7).

vezes área superior à muitas áreas de uma unidade produtiva presente nos projetos de assentamento rural no estado do Tocantins e em demais estados brasileiros. Tais constatações leva ao entendimento imediato da necessidade de diversificação das atividades produtivas para que a unidade familiar se contemple nas suas questões sociais e econômicas, principalmente nas parcelas de menor dimensões.

Como mencionado, o questionário foi aplicado em 15 unidades produtivas na comunidade Taboquinha. Nestas unidades foram entrevistados 27 chefes de família, o que compreende à doze casais, dois viúvos e uma divorciada (que totalizam 14 homens e 13 mulheres). Conforme (gráfico 17) abaixo, a maioria dos chefes de família são naturais do estado do Tocantins, tanto homens quanto mulheres. Sempre nos reportamos para esta situação como de grande relevância para fixação dos agricultores familiares nas unidades produtivas. Esta condição é provavelmente a categoria que tenha garantido a permanência das famílias descendentes do Sr. L. P. S.

Gráfico 17– Local de origem dos camponeses da Comunidade Taboquinha



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

Ao analisar o número de pessoas que residem em cada propriedade, a composição familiar predominante é de duas pessoas, o que corresponde ao casal chefe da família. Esta realidade foi evidenciada em onze das quinze propriedades visitadas e não é um dado específico desta comunidade pois os projetos de assentamentos destinados à cumprir a função social da terra têm evidenciado uma realidade equivalente a esta mesma composição. O fato é que a juventude campesina tem cada vez mais sentido atraída ao modo de vida das cidades, quer seja por uma necessidade de emprego da sua força de trabalho, quer seja por uma

demanda de continuidade de sua vida escolar, ou até mesmo por outros indicadores como acesso à determinadas tecnologias, relacionamentos, lazer, participação em determinados grupos sociais.

Não obstante desta realidade, além de se sentirem atraídos pelo modo de vida urbano existe grande interesse do capital e de seus donatários de esvaziar às áreas ocupadas por comunidades tradicionais e camponesas para anexação destas à grande propriedade. Por isso, além de incentivar a saída da juventude (por acreditarem ser os integrantes da unidade familiar mais vulneráveis à determinadas mudanças) oferecem valores para aquisição de suas respectivas unidades produtivas que muito das vezes compreendem um quantitativo superior aos que acreditam de fato ser. Apesar de concordarmos que a terra não deveria ser uma mercadoria, pois não é fruto do esforço humano, esta situação é efetivamente uma realidade da comunidade Taboquinha.

Para além desta constatação acrescenta-se ainda que em todas unidades visitadas não se presencia a juventude, o que de fato é um fator agravante, dado a necessidade do labor diário da terra. Nessa tessitura as atividades desenvolvidas são executadas pelos respectivos chefes de família, que muito das vezes são limitadas pelo fator idade média de seus integrantes. O casal mais jovem que reside na comunidade é Sr^a. D. P. e seu esposo L. P., com idade de 49 anos e 54 anos respectivamente. O senhor C. R. é o morador mais idoso da comunidade com 87 anos. (figura 37). Do total dos 27 entrevistados, 17 tem mais de 60 anos. A média de idade dos homens e das mulheres da comunidade está entre 64 e 59 anos, respectivamente. Para compensação da escassez de mão de obra familiar são contratados trabalhadores temporários para desenvolver as atividades que exige mais vigor físico, como a capina, o roçado, a recuperação de cercas, abertura de novas áreas, dentre outros.

Figura 36– Mulher mais jovem da Comunidade

Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 37- Homem mais idoso da comunidade

Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

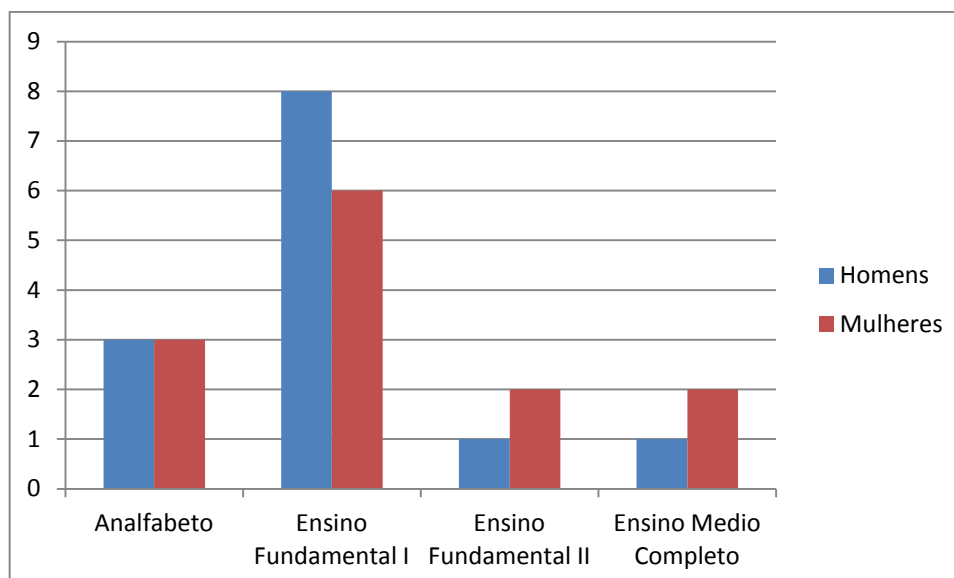
Mais da metade (10) das famílias entrevistadas da comunidade Taboquinha possui casa em áreas urbanas. Essas casas ficam localizadas nas cidades de Porto Nacional, Palmas e Silvanópolis onde geralmente são ocupadas pelos seus respectivos filhos que passam a semana na cidade trabalhando/estudando e nos finais de semana e feriados vão visitar os pais.

De um modo geral, as famílias possuem serviços e equipamentos básicos em suas residências, como energia elétrica, televisão, geladeira, fogão a gás e rádio. Quanto à comunicação por telefonia, para a maioria, ocorre via celular. A presença desse meio de comunicação tem facilitado à circulação de informações no interior da comunidade e também externa a esta.

Quanto ao grau de escolaridade dos moradores da comunidade Taboquinha (gráfico 18), foram considerados para análise treze homens⁹ e quatorze mulheres. Do total dos homens, três declararam ser analfabetos, oito não finalizaram o Ensino Fundamental I, um cursou o primeiro ano do Ensino Fundamental II (antiga 5ª série) e um finalizou o Ensino Médio. Quanto as quatorze mulheres, três declararam ser analfabetas, seis não completaram o Ensino Fundamental I, duas não finalizaram o Ensino Fundamental II e duas finalizaram o Ensino Médio.

Gráfico 18- Nível de escolaridade dos camponeses da Comunidade Taboquinha

⁹ Não se obteve informação de dois dos homens entrevistados.



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

A participação das famílias da Comunidade Taboquinha em atividades sociais é voltada basicamente para a igreja e para a associação. O encontro comunitário entre os moradores da Taboquinha é pouco expressivo, ocorrendo, principalmente, em reuniões da associação e ou em visitas coletivas de técnicos da RURALTINS. No mesmo sentido ocorrem as relações bilaterais entre moradores da comunidade, pois as visitas entre eles também se mostram incipientes. A associação tem papel central na integração comunitária.

Treze dos entrevistados fazem parte da Associação, os encontros promovidos pela entidade ocorrem no primeiro domingo de cada mês, onde são discutidas as diretrizes a serem seguidas referentes à organização e produção dos camponeses.

A Associação dos Pequenos Agricultores da Região da Taboquinha (ASPART), foi fundada em 24/03/1991. Como os camponeses da região de Taboquinha não faziam parte de nenhum sindicato, sentiram-se na necessidade de criar uma associação própria onde poderiam somar forças para conseguirem melhorias em seus quadros de vida. Conforme informações do senhor, R. F. da C., primeiro presidente da associação, muitos dos agricultores não acreditavam que um dia a comunidade poderia possuir uma associação.

Atualmente, fazem parte da associação 15 sócios, que pagam mensalmente uma taxa no valor de R\$ 10,00 (dez reais), quantia esta destinada à manutenção da Associação.

Para a compra do terreno onde se localiza o prédio da associação foram realizadas duas festas com leilões e bingos, onde foram arrecadados a quantia de R\$ 6.000 (seis mil reais), deste, R\$ 5.500 (cinco mil e quinhentos reais), que foi usado para a compra do terreno de

cinco hectares, no ano de 2009, o restante do dinheiro foi utilizado para organizar a documentação da área.

Na figura 38 está o, primeiro presidente da associação e na figura 39 a atual representante da ASPART.



A sede da associação encontra-se em construção e, atualmente, possui um galpão¹⁰ (figura 40 e 41) onde são realizadas as reuniões, e dois cômodos fechados, sendo que um está destinado para ser a secretaria e o outro a cantina.

Nos primeiros anos, a associação teve suas ações ligadas à produção coletiva em áreas de terras cedidas por alguns de seus sócios. Essa área era cedida durante alguns anos consecutivos e o tamanho da mesma era o doador que decidia. Vencido o prazo, ficava em aberto para que outro sócio se manifestasse doando uma área em sua propriedade. Em dez anos de atividade essa produção coletiva ocorreu em cinco propriedades, destacando-se o plantio de arroz em oito anos e de mandioca em dois. Isso demonstra como o campesinato é capaz de se organizar coerentemente de forma autônoma.

No ano de 1996 a associação sofreu um impacto devido ao fato de os camponeses terem deixado de receber benefícios por parte do governo estadual, como maquinários e insumos agrícolas para a produção. A associação, na expectativa da vinda das máquinas para preparar a terra, deixou passar o período de plantio e com isso as atividades desenvolvidas pela comunidade foram enfraquecendo naquele ano. Por mais dois anos seguidos (1997 e 1998), não ocorreu produção coletiva por intermédio da ASPART.

Em 1999 retomou-se a plantação coletiva de arroz na propriedade de um dos sócios sendo que, do produto colhido, 50% (cinquenta por cento) foi dividido com os sócios e a outra

¹⁰ Conforme denominação dos associados.

metade foi armazenada na propriedade de um dos associados para servir como semente para o próximo plantio e para pagar as despesas como aluguel de maquinários e a compra de insumos agrícolas.

Figura 40– Prédio da Associação



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 41– Parte externa da Associação



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 42- Plantação de milho na Associação



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Figura 43– Plantação de feijão na Associação



Fonte: Cunha, E. R.– outubro de 2017

Já no século XXI, em setembro de 2009, a ASPART adquiriu terreno de cinco hectares, tendo, a partir de então, uma área própria para a produção coletiva. Nos primeiros anos foi plantado arroz e feijão.

No ano de 2017 foi plantado milho e feijão (figuras 42 e 43). Parte do que será produzido destinar-se-á à venda; o dinheiro arrecadado será dividido entre os sócios e a outra parte da produção será comercializada entre os moradores da comunidade, neste caso, o dinheiro arrecadado servirá para investir na parte física do prédio da associação.

Os camponeses disseram receber visitas dos técnicos da Ruraltins com frequência. Nessas visitas, além da supervisão técnica da plantação, é ofertado aos pequenos produtores cursos que visa aumentar e melhorar a produtividade das unidades produtivas, pensado sempre na saúde das famílias e na conservação ambiental.

Os cursos e ações são oferecidos na Associação ou na propriedade de alguma das famílias. Dentre as diversas ações ofertadas pelos servidores da Ruraltins, a imagem abaixo mostra a produção de Biofertilizantes¹¹ (figura 44) e compostagem¹² (figura 45) todos esses fertilizantes naturais são simples, econômicos e ecologicamente sustentáveis, e auxiliam no controle dos insetos, doenças e também o fornecimento de nutrientes para as plantas.

Figura 44 – Técnicos da Ruraltins e camponês na produção de biofertilizante



Fonte: Cunha, E. R.- agosto de 2017

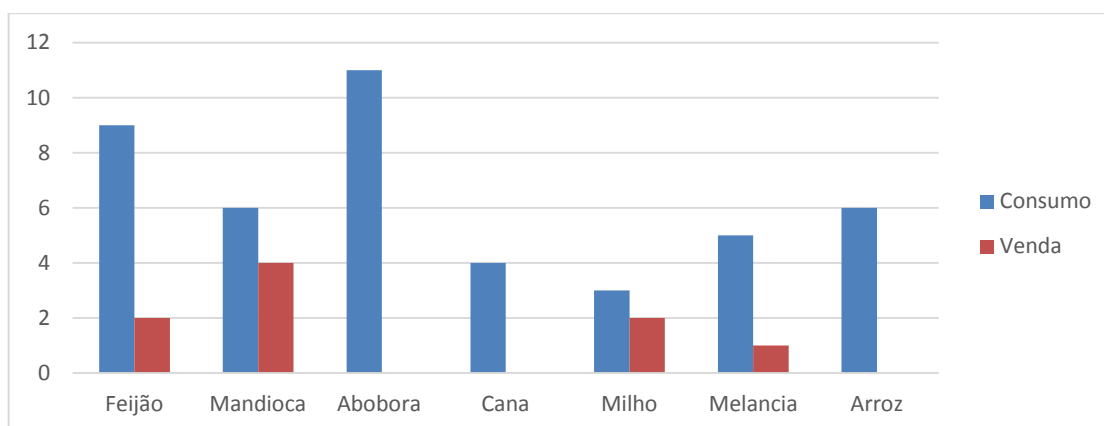
Figura 45- Técnicos da Ruraltins e camponês na produção de compostagem



Fonte: Cunha, E. R.- agosto de 2017

Com relação à produção camponesa da comunidade Taboquinha, foi considerado na análise o que visa apenas o consumo familiar e o que é disponibilizado para a venda (Gráfico 19). A abóbora é o produto que se encontra no maior número de famílias, 11, sendo que apenas quatro não desenvolve essa produção. Ela é produzida, exclusivamente, para consumo das famílias.

Gráfico 19 – Alimentos produzidos na unidade familiar da Comunidade Taboquinha



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

¹¹ Biofertilizante é um adubo orgânico líquido feito com materiais encontrados na propriedade (frutas, urina bovina, esterco de gado fresco, folhas etc.) o qual é usado para a pulverização das folhas.

¹² A compostagem é um adubo sólido, orgânico, produzidos com folha seca, esterco bovino, urina de gado, etc.

O feijão, que é produzido em nove propriedades, também tem como finalidade o consumo familiar. Em semelhante situação está a mandioca, que é plantada em seis unidades, geralmente depois de processada é transformada em farinha. A cana de açúcar que é produzida em quatro propriedades serve para o consumo animal e dos integrantes da família.

Os produtos que são disponibilizados para a venda como o feijão, mandioca, milho e a melancia, são comercializados internamente entre os moradores da comunidade, com exceção o leite, a farinha e cheiro verde o qual dois produtores fazem entregas direto ao consumidor nas áreas urbanas nos finais de semana. Apenas um dos entrevistados trabalha com venda na feira Coberta no dia de Domingo, na cidade de Porto Nacional, onde o mesmo comercializa farinha, leite, frango e cheiro verde.

O arroz, que é produzido em seis propriedades, também tem a finalidade de consumo familiar. Em semelhante situação está a cana de açúcar, que é plantada em quatro propriedades, servindo para o consumo animal e dos integrantes da família (Figuras 46 e 47 e 49).

Figura 46- Plantio de arroz e milho



Fonte: Cunha, E. R.

Figura 47- Plantio de arroz e cana



Fonte: Cunha, E. R.

Figura 48- Horta em uma das propriedades



Fonte: Cunha, E. R.

Figura 49 – produção para o consumo familiar



Fonte: Cunha, E. R.

Na comunidade, há uma família que se utiliza de técnicas de irrigação (figura 51) e quatro faz o uso de sistema agroflorestais (figura 50), que segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tais sistemas sistemas

[...]são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade a ser obtida. Há diminuição na perda de fertilidade do solo e no ataque de pragas.

Figura 50 – Sistema Agroflorestral (coco, banana e maxixe)



Fonte: Cunha, E. R.- outubro de 2017

Figura 51 – Plantação de melancia irrigada

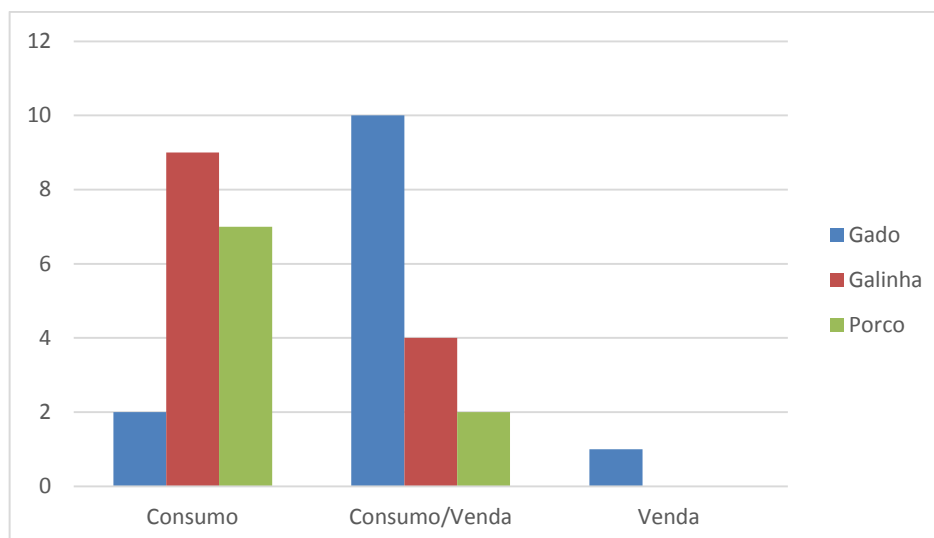


Fonte: Cunha, E. R.- outubro de 2017

Na comunidade Taboquinha há uma certa divisão social do trabalho no seio de cada unidade produtiva; os homens se dedicam as atividades agropecuárias e as mulheres ficam responsáveis pelos trabalhos domésticos, cuidar da horta, que está presente em treze propriedades, bem como cuidar dos pequenos animais e do processamento dos derivados do leite (queijo, requeijão, coalhada, doce, etc.) e de alguns produtos naturais (doce de buriti, caju, etc.). Em menor quantidade, algumas auxiliam nas atividades agropecuárias.

Tendo como referência a criação de animais (gráfico 20)., estes tem a finalidade de consumo da família e/ou venda.

Gráfico 20- Criação de animais na unidade familiar da Comunidade Taboquinha



Fonte: Cunha, E. R., 2018

A criação de galinha se faz presente em 14 propriedades, sendo que nove as tem apenas para o consumo próprio e quatro delas também as criam para a venda (Figura 52) o tamanho do rebanho varia entre 35 a 200 cabeças,. Em relação a criação de porcos (figura 53), ela ocorre em nove propriedades, onde sete apenas o fazem para o consumo, enquanto duas também fazem venda desses animais, a quantidade varia entre 01 a 15 cabeças.

Figura 52- Criação de galinha



Fonte: Cunha, E. R.

Figura 53- Criação de porcos



Fonte: Cunha, E. R.

Quanto à criação de gado , ocorre em 12 propriedades, em dez unidades essa produção é destinada ao consumo próprio e à venda (carne e derivados), duas apenas para o consumo e uma os cria para a venda. Segundo informações dos entrevistados, o gado vendido geralmente ainda bezerro é comercializado no valor de 600 a 1000 reais, o tamanho do

rebanho varia de 02 a 150 cabeças¹³. A criação de gado, além de contribuir para a economia familiar, serve, também, como uma reserva econômica para situações atípicas que necessitam de dinheiro, como em caso de problemas de saúde, construção de alguma obra, etc.

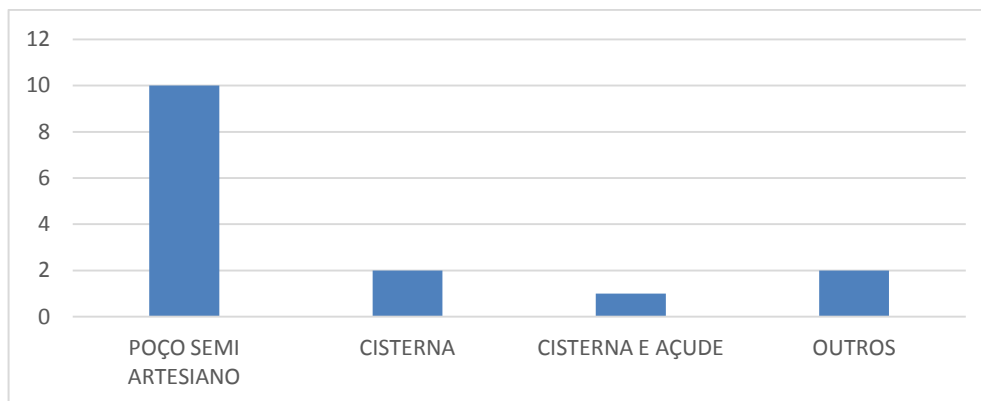
Em todas as propriedades onde há criação de gado (figura 54) se encontra tanto pastagens naturais como plantadas. Também, três famílias entrevistadas disseram fazer silagem e nove informaram que fazem complemento alimentar para o gado com milho e/ou ração e/ou capim triturado.



Diferentemente das duas comunidades estudadas anteriormente, 13 moradores da comunidade Taboquinha disseram ter água suficiente para a produção. Conforme mostra o gráfico 21, das 15 propriedades estudadas em 10 delas se faz presente o uso do poço semi-artesiano. Em outras duas usa-se a cisterna e em uma outra é usado a cisterna e o açude, nas demais utiliza-se se outras formas de captação de água. Segundo informações dos entrevistados o principal uso da água é voltado para a criação de animais.

Gráfico 21- Origem da água da unidade familiar da Comunidade Taboquinha

¹³ A propriedade a qual o dono diz ter um rebanho de 150 cabeças de gado é uma das maiores da comunidade, a mesma chega a medir 414 ha e possui um poço semi-artesiano para facilitar na alimentação dos animais.



Fonte: Cunha, E. R., 2018.

É importante ressaltar que nas proximidades da comunidade já se encontram produção de soja em larga escala (figura 55). Apesar disso, até o momento, apenas uma família disse já ter recebido proposta para a venda de sua terra por parte de sojicultores. Alguns dos entrevistados reclamaram do veneno que é usado pelos grandes produtores, eles temem que esse veneno venha prejudicar a saúde da família.

Dois camponeses destacaram que antes a plantação de soja os córregos que passavam pela propriedade ainda não haviam secado e que após a chegada dos sojicultores o mesmo estão secando anualmente (figura 56), acreditam-se que esse fato se deve ao desmatamento das árvores que ficam próximas aos córregos, o que gera o assoreamento e a escassez hídrica dos mesmos, assim como o comprometimento de algumas nascentes (figura 57)).

Para tentar amenizar esse quadro, foi oferecido pela Ruraltins (figura 58). dois dias de curso, onde foi ensinado técnicas de uso e conservação dos recursos hídricos, como também foi feito a distribuição de plantas nativas para serem plantadas próximas as nascentes

Figura 55 – Plantio de soja próximo à comunidade

Fonte: Cunha, E. R.

Figura 56– Canal do córrego Bueno

Fonte: Cunha, E. R.

Figura 57 – Nascente em uma das propriedades

Fonte: Cunha, E. R.

Figura 58– Curso ofertado pela Ruraltins aos moradores da Comunidade Taboquinha

Fonte: Cunha, E. R.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as proposições que foram apresentadas no decorrer da pesquisa e da escrita desta dissertação, que tiveram por base o projeto de assentamento (PA) Pau D'arco, o (re) assentamento Flor da Serra e a comunidade camponesa Taboquinha no município de Porto Nacional-To, pôde-se justificar o objetivo geral da pesquisa que era analisar a dinâmica produtiva e as dificuldades que envolvem a agricultura camponesa no campo em Porto Nacional-TO no de 2017.

Notou-se que o trabalho desenvolvido pelas família nas comunidades Pau D'arco, o (re) assentamento Flor da Serra e Taboquinh, está ensejado por uma divisão do trabalho, cuja característica maior é a dicotomia entre os trabalhos realizados por mulheres e os executados

por homens nas comunidades em estudo; as mulheres tendem a exercer atividades domésticas, de processamento de produtos naturais e derivados de leite e cuidados com horta e pequenos animais. Já os homens se detêm em atividades de cunho agropecuário. A exceção é o (re) assentamento da Flor da Serra, onde o trabalho fora da unidade produtiva é realizado de forma relevante por ambos os sexos.

Uma outra observação é que as residências da maioria dos moradores das comunidades foram construídas com materiais e técnicas mais rústicas sendo a maioria delas de adobe e pau-a-pique e algumas com cobertura de palha (as que são construídas com tijolos são poucas que possui reboco). A exceção fica por conta das moradias do (re) assentamento Flor da Serra, cujo padrão de construção enquadra-se nos moldes das residências urbanas; tal fato se deve ao processo de “apaziguamento” promovido pelos empreendedores da usina que expropriou estes camponeses, caso contrário, as tensões poderiam ter sido ampliadas no contexto da implantação da UHE de Lajeado.

Os encontros comunitários entre os camponeses das três comunidades ocorrem principalmente, em reuniões da associação e igrejas (católica ou evangélica) e/ou em visitas coletivas com os técnicos da RURALTINS. As associações têm um papel central na integração comunitária.

De um modo geral, as famílias das três comunidades estudadas possuem serviços e equipamentos básicos em suas residências, como energia elétrica, televisão, geladeira, fogão a gás e rádio. Quanto à comunicação por telefonia, para a maioria, ocorre via celular. A presença desses meios de comunicação tem facilitado à circulação de informações nas comunidades e é destacado como elemento que contribuiu para acelerar e aumentar a troca de informações entre as famílias.

Com base no módulo fiscal rural de Porto Nacional, nas comunidades tem-se a predominância de propriedades com áreas que podem ter um rendimento econômico adequado à vida familiar. Porém, conforme foi destacada pelos entrevistados, a falta de máquinas, a escassez hídrica (presente no assentamento Pau D´arco e no (re) assentamento Flor da Serra) e equipamentos agrícolas tem sido um limitador na quantidade de área cultivada, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se barrado por uma questão de políticas públicas adequadas à condição camponesa. Por isso, a maior atenção na comunidade Taboquinha e assentamento Pau D´arco se volta para a criação de gado, atividade que exige um grau de investimento técnico bem menor do que a agricultura.

Além das dificuldades relacionadas à escassez hídrica e ao solo pouco fértil, pode se juntar ao dilema dos camponeses das três comunidades a problemática da convivência em meio ao cerco de grandes propriedades produtoras de soja em larga escala. Tal fato ocasiona sérios problemas ao modo de vida camponês, como os problemas respiratórios e poluição dos cursos d'água devido à utilização de agrotóxicos nas plantações de soja, essa é uma das práticas mais corriqueiras da agricultura patronal; o desmatamento também assola o campesinato, pois ele desencadeia uma série de problemas ao meio físico, como a seca e o assoreamento das nascentes dos cursos d'água, que são de suma importância para a permanência das famílias em suas propriedades.

A produção agrícola (feijão, melancia, cana, milho, arroz, mandioca, etc) e de pequenos animais (galinha e porco) das três comunidades estudadas está voltada ao consumo da família, sendo que a venda de alguns desses produtos aparece como renda complementar, não ocorrendo de forma sistemática. Já a criação de gado, apesar de fornecer carne e leite para o consumo, tem como finalidade principal o comércio. A criação de bovinos, além de contribuir para a economia familiar, serve, também, como uma reserva econômica para situações atípicas que necessitam de dinheiro, como em caso de problemas de saúde, construção de alguma obra, etc; assim, o gado funciona como uma *poupança*.

Formas diferentes de produção foram encontradas na Comunidade taboquinha e (re) assentamento Flor da Serra como, por exemplo, horta no sistema mandala, plantação de árvores frutíferas no sistema agroflorestal e produção de milho e melancia irrigados, notou-se uma pequena ruptura com os antigos modos de se produzir, anteriormente baseados unicamente nos ciclos naturais. Já no assentamento Pau D'arco, por outro lado, não foi encontrado nenhuma forma de cultura que se diferencie das formas tradicionais.

Ao analisar os dados levantados nas comunidades, pode-se afirmar que os seus moradores se encaixam no perfil do PRONAF, que é uma política fruto do debate sobre agricultura familiar. Os camponeses recebem com frequência visita de técnicos de órgãos do estado para está auxiliando os mesmos na utilização adequada da verba de acordo com o perfil das famílias.

De modo geral, verificou-se a resistência camponesa frente às dificuldades vivenciadas no cotidiano impostas pelo modo de produção capitalista; os camponeses mesmo contraditoriamente seguem produzindo para o consumo da família, e quando possível comercializando o excedente, o que na maioria das vezes ocorre dentro da própria comunidade.

As três comunidades se destacam tanto no viés econômico, quanto pela presença da produção mesmo que em pequena escala para subsistência e venda do excedente, a luta pela produção natural (método tradicional de produção, conservação do meio ambiente, etc.) e pelo enfrentamento à expansão do agronegócio, e a base familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, J.P. A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994: 94-104.

BATISTA, Eloisa Arminda Duarte. **A recomposição do modo de vida nos reassentamentos rurais do setor elétrico: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis (Estado do Tocantins)**, Palmas, 2009. Dissertação (mestrado em Ciências do Ambiente) Universidade Federal do Tocantins- UFT

BRUM, Argimiro. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2013. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2014.

CAMPOS, Christiane. A territorialização do agronegócio no Brasil. In: _____. **A Face Feminina da Pobreza em Meio a Riqueza do Agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. cap. IV.

DELGADO, Guilherme. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato**. Mimeo, s/d.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLORY, François. De François, por Francisco, a Chico: **meus trinta anos a serviço das comunidades de base no Brasil amazônico**. 1 ed. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2017. 476 p.

GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p. ISBN: 978-85-9966-229-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

IBGE. Cidades@, 2013. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>> acesso em jan. 2017.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. SIPRA (2016).

Disponível: <[http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/Espelho de Projetos Completo MT0160000](http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/Espelho%20de%20Projetos%20Completo%20MT0160000)> acesso em: 21 de maio de 2018.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O proceder e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 2010. 181 f. tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2010

JUNIOR, José Maria. **Reassentamentos rurais da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães – Tocantins**: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental. Palmas, 2005. Dissertação (mestrado em Ciências do Ambiente) Universidade Federal do Tocantins- UFT.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas, Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1. (Os Economistas).

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins**. 1995, 293f. Dissertação de

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas**: a geopolítica da (re)ocupação territorial da Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels, São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

MATOS, Patricia Francisca/PESSÔA, Vera Lucia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. Geo UERJ- Ano 13, n°22, v2, 2° semestre de 2011, p. 290 – 322.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**. São Paulo: UNESP, 2000.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. (Coleção Prismas).

MESSIAS, Noeci Carvalho. Porto Nacional: **patrimônio cultural e memória**. Goiânia. Ed. da PUC Goiás, 2012. 196p. Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: UNESP, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César. **Geografia agraria: teoria e poder**. Ed.: Expressão popular. São Paulo- SP. 2007. Pág.: 211-270.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001a. 164 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agraria**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Maria de Fátima, **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1980/1910**. Anapolis, 2010. Ed. Coleção olhares. 128p.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Didática; 3).

PESSÔA, Vera Lucia e INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O prodecer (re) visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. Campo-território: revista de geografia agrária.** Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014

REINALDO, Thayssllorranny Batista. **Fronteira agrícola na Amazônia Legal: a experiência da Cooperativa Agropecuária portuense LTDA-CAPPOL-Porto Nacional/TO.2016.206 f.** Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3a ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008. 334 p.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro Rocha. **O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional-TO.** 2015.121 f. (Dissertação em Geografia)- Universidade Federal do Tocantins Campus Porto Nacional, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2014. (Coleção Milton Santos; 1).

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** In: Estudos **CEBRAP 26.** São Paulo- Petrópolis: vozes, pág.: 42-80. 1980.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** Uberlândia, 2012. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas gerais.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Camponesa.** São Paulo: Alameda, 2011.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral.** In: anuário antropológico 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, ed. Editora da UNB, 1990, p. 11-76.

